

# JORNAL 54 anos CCIONAL SEMANALA

Fundado em 03/04/60 - Ano 54 ......... Nº 2729 Rua Lord Lovat nº 500 - Telefax (44) 3252-1177 Telefone (44) 9111-1871

COLORADO Fundado em 25/12/76 - Ano 38 ....... Nº 181 Rua Dep. Branco Mendes nº 549 Telefax - (44) 3323-2543

Nesta edição: 14 páginas

Nova Esperança, Sexta-feira, 19 de Dezembro de 2014

# Adubo para pequenos produtores rurais de Colorado

www.oregionaljornal.com.br

A Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Colorado em parceira com a SEAB - Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento e a EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, realizaram, na tarde da sexta-feira (dia12), a formalização da entrega aos pequenos produtores rurais de Colorado de 1.250 kg de Adubo (super fosfato simples) a cada um dos 70 Pequenos Produtores Rurais Classificados pela Emater/ Colorado, depois de feita a análise do solo de cada propriedade rural inscrita.

A reunião, aconteceu no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colorado, com quase todos os participantes, que tinha como objetivo orientar os agricultores quanto à necessidade da correção do solo assim melhorando sua produtividade.

O adubo já esta armazenado e a disposição para ser retirado pelos produtores rurais, na Garagem Municipal sítu a Rua Goiás nº 10, com o Técnico Agrícola Gustavo Blonsk.

Os incentivadores do projeto indicam que, com a doação dos adubos, os pro-

dutores terão um aumento na sua produção.

Esse projeto tem o objetivo de continuar dando aos pequenos produtores rurais, formas para que eles continuem a fazer com que nossas terras produzam os nossos alimentos.

Estiveram presentes no evento: Pela EMATER Joel Carneiro dos Santos - Gerente de Colorado, Carlos Eduardo Vercesi Coordenador Regional Maringá e César Miguel Candeo Gerente Regional Maringá; Pela Secretaria Municipal de Agricultura o engenheiro agrônomo, José Geraldo Miranda, e o Prefeito Joaquim Horácio Rodrigues.



# Escola do Paraná fica em 1º lugar em concurso nacional de plantio de árvores



Estadual Carmelina Ferreira Pedroso, em Arapoti, fecharam o ano letivo de 2014 com uma grande conquista, o 1º lugar nacional e o 20º lugar mundial em um concurso internacional de plantio de árvores promovido pela Eno Tree Planting Day. Ao todo, foram 3.741 mudas de diferentes espécies de árvores plantadas no município. Participaram 3.541 escolas de 114 países.

O plantio acontece sempre em maio e setembro. O objetivo do programa é conscientizar sobre a importância de preservação do meio ambiente e a meta é plantar 100 milhões de árvores até 2017. Até este ano, foram plantadas 17 milhões. A ação faz parte da Treelympics 2014, promovida pela ENO Environment Online para comemorar os dez anos do programa.

A Eno é uma rede global para o desenvolvimento sustentável e paz mundial. Escolas de todo o mundo estudam questões ambientais, compartilham conhecimentos, resultados de aprendizagem e fazem pactos para alcançar o equilíbrio com o planeta. O programa, fundado em 2000 na Finlândia, tem dentre outras

organizações parceiras, o Programa das Nações para o Meio Ambiente e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

No colégio, a iniciativa começou há quatro anos, com o envolvimento da direção, equipe pedagógica, Associação de Pais, Mestres e Funcionários e a professora de Língua Inglesa Rosilda Tapparo. Este ano, contou ainda com a participação do coordenador do Projeto Jovens Voluntários, Jean Carlos Klichowski. De acordo com a diretora do colégio, Mariley Bassani, aproximadamente 90 jovens estiveram envolvidos no plantio.

Ela comentou que esse trabalho promove a cidadania e concorda com a professora Rosilda ao citar São Francisco de Assis: "Primeiro é preciso fazer o necessário, depois, o que é possível e de repente a pessoa fará o impossível". Os jovens plantaram, além de árvores

como o Ipê, árvores frutíferas e se empenharam para acompanhar o crescimento da planta.

Para assistir ao vídeo do fundador e diretor do Programa ENO, Mika Vanhanen, parabenizando o Colégio, acesse: www.youtube.com/watch?v=fLa5bVhiEeg DESTAQUE – O Colégio Estadual Tiradentes, em Umuarama, também foi destaque mundial. Ele obteve a segunda colocação nacional e 63ª geral, com o plantio de 1.046 árvores.

Aação é desenvolvida pela professora de Geografia Inês Lourenço Augusto, que coordena o projeto Árvores da Vida. A escola interessada em participar, pode se cadastrar no site: www.enotreeday. net/. Todos os participantes recebem certificado. Saiba mais sobre o trabalho do governo do Estado em: www.facebook.com/governopr e www.pr.gov.br.

# Zeca Dirceu comemora grande votação em Jardim Olinda, Paranapoema e Itaguajé

Na quinta-feira (11), o deputado federal Zeca Dirceu visitou Jardim Olinda, Paranapoema e Itaguajé para agradecer a votação que obteve nas últimas eleições e participou de festividades dos municípios.

A primeira agenda foi realizada em Jardim Olinda, que completou 50 anos no dia 11 de dezembro. O parlamentar participou de uma homenagem aos pioneiros do município. É muito bom ver a população contente com o rumo que o município

está tomando. Graças aos investimentos do Governo Federal, Jardim Olinda está caminhando para o desenvolvimento. Eu também quero parabenizar todos os responsáveis pela realização desta bonita homenagem", destacou Zeca Dirceu.

O prefeito Juraci Paes reconhece o trabalho que o parlamentar vem desempenhando. "Zeca é o deputado que mais trouxe recursos para nossa cidade, e sei que ele tem muito mais para nos oferecer", enfatizou o prefeito. Participaram do evento o vice-prefeito Adelmo, vereadores, secretários municipais e população.

Em seguida, o deputado se encontrou com lideranças em Paranapoema, onde foi recebido pela prefeita Leu e o vice Sidnei Frazatto durante um grande show em comemoração ao aniversário de 50 anos do município . A Professora Leu agradeceu o empenho do deputado em garantir recursos para o desen-

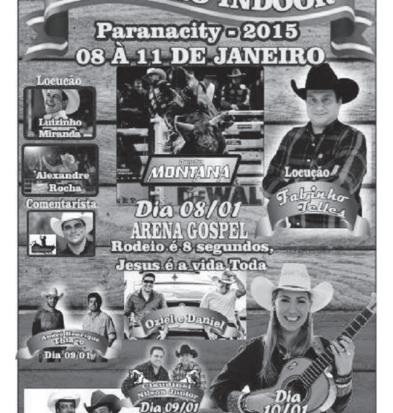
volvimento da cidade. "Hoje a nossa cidade está realizando um grande sonho com a conquista da construção da primeira escola do município, no valor de R\$ 1 milhão. Por esse e por outros motivos me sinto à vontade para dizer que o Zeca é um grande parceiro", declarou a prefeita. Zeca agradeceu os votos que o levaram novamente à Câmara Federal e falou sobre sua contribuição para o município. "Me sinto entusiasmado em representar as demandas do município lá em Brasília. Foi muito gratificante poder contribuir com o desenvolvimento de Paranapoema", ressaltou.

Em Itaguajé, o deputado foi recebido pelo prefeito Jairo Parron, vereadores, secretários municipais, lideranças locais e comemorou as conquistas do município, na segunda noite da 24ª Festa de Peão de Itaguajé. "Os investimentos do Governo Federal para a cidade ultrapassam os R\$ 6 milhões e contemplam as áreas da saúde, infraestrutura,

educação e habitação.

O exemplo mais recente é a construção de uma escola de 12 salas, que possui valor total de R\$ 3,5 milhões", afirmou o deputado reiterando seu compromisso com o desenvolvimento do município. De acordo com o prefei-

to Jairo o apoio do deputado federal está sendo essencial para o município. "Poucas lideranças são como o Zeca, que sempre está disposto a nos ajudar e dar boas notícias. A presença dele em nossa festa só demonstra o seu carinho por Itaguajé", destacou.







# Nova Esperança: Edição nº 2729/Colorado: Edição nº 1816



### Legislativo Municipal de Paranapoema



ANEXO ÚNICO DO EDITAL DE RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

401 – ADVOGADO						
gua Conhecimentos guesa Específicos	Nota Final	Classific				
30 4.80	8.40	1				
20 4.80	8.00	2				
30 4.40	8.00	3				
20 4.80	8.00	4				
20 4.80	8.00	5				
60 4.00	7.60	6				
60 4.00	7.60	7				
20 4.40	7.60	8				
3.60	7.20	9				
00 2.80	6.80	10				
3.60	6.80	11				
80 4.00	6.80	12				
3.60	6.40	13				
3.60	6.40	14				
0 3.20	6.40	15				
2.80	6.40	16				
0 2.40	5.20	17				
	5.20	18				

402 – CONTADOR						4		
NOME	INSCRIÇÃO	Data de nascimento	Lingua Portuguesa	Conhecimentos Específicos	NOTA DA PROVA OBJETIVA	NOTA DA PROVA DE TÍTULOS	NOTA FINAL	Classificação
Rafael Eugenio Leite Chaves	52400006	06/04/1989	4.00	4.80	8.80	0.27	9.07	1
Cleiton Palmeira Da Costa	52400017	25/04/1986	3.60	3.20	6.80	0.00	6.80	2
Gilson Aparecido Mendes Moreira	52400018	05/05/1993	2.80	3.60	6.40	0.00	6.40	3

6º (quinto) Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 005/2011

fermo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços, que entre si fazem a Câmara Municipal de Paranapoema/PR e a empresa Torrevan Consultorias Contabels Lida - ME

A Câmara Municipal de Paranapoema/PR, com sede na Avenida Dr. Candido Muricy, nº 209, Centro, Paranapoema/PR, Inscrito no CNPJ sob n.º 02.231.038/0001-09, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor Claudio Alcaniara Mereda, CPF nº 820.557.699.87, a seguir denominado CONTRATANTE e a empresa TORREVAN CONSULTORIAS CONTABEIS ITDA - ME, com sede na Rua São Paulo nº 866, Inscrita no CNPJ sob nº 07.955.754/0001-44, neste ato representado pelo Sr. João Carlos Della Torre, CPF 848.835.539-49, a seguir denominada CONTRATADA, têm entre si, justo e avençado, o presente Termo Additivo ao Contrato de Prestação de Serviços mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira: Do Objeto

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência estabelecido na Cláusula ?º (Sélimo) do contrato nº 5/2011 celebrado entre as partes em 20/12/2011 (Ucitação Tomada de Preços nº 002/2011)

Cláusula Segunda: Do Prazo

Fica prorrogado por 01 (um) mes o prazo previsto na Cláusula 7º (sétima) do Contrato celebrado entre as partes, iniciando-se o mesmo em 23/12/2014 e findando em 22/01/2015.

ula Terceira: Da Ratificação s os demais ciáusulas não especificamente modificadas pelas alterações decorrentes Termo Aditivo permanecem em vigor e obrigando as Partes conforme originalmente adas.

Manoel Paulino da Silva Neto







PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA E-mail: contabilidade\_ourizona@yshoo.com.br - CNPJ: 76.282.672/0001-07 Rua Bela Vista, 1.014 - Fone: (44) 3278-1592 - Fax: (44)3278-1314 Cep: 87.170-000 Ourizona - Paraná

**EDITAL** 

### AUDIÊNCIA PÚBLICA

PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO - PLANO DIRETOR QÜINQÜÊNIO 2015/2019.

EM ATENDIMENTO AO ARTGO 3°, INCISO IV E ARTIGO 4°, DA LEI N° 15.229, DE 29 DE JULHO DE 2006, LEI MUNICIPAL N° 591 QUE INSTITUI O PLANO DIRETOR, BEM COMO A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE OURIZONA - PR, A PREFEITURA MUNICÍPAL DE OURIZONA, PELO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL JANILSON MARCOS DONASAN, COM O OBJETIVO DE AMPLIAR E APROFUNDAR AS AÇÕES DEMOCRÁTICA DE DIREITOS CONSTITUIDOS, BEM COMO FOMENTAR E DESENVOLVER A CIDADANIA, AÇÃO ESSENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, CONVIDA A POPULAÇÃO, PARA PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA PÚBLICA A SER REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL, NO DIA -15 DE JANEIRO DE 2015(QUINTA-FEIRA), COM INÍCIO ÀS 20:00
HORAS NA PLENÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL , PARA
AUDIÊNCIA PÚBLICA À SER DISCUTIDO O NOVO PLANO DE
AÇÃO E INVESTIMENTO DO PLANO DIRETOR PARA O QÜINQÜÊNIO 2015/2019.

OURIZONA - PR, 16 DE DEZEMBRO DE 2014.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAI PRAÇA SANTA CRUZ, 249 – CENTRO – FONE (044) 243-1157 CNPJ/MF, 76.282.649/0001-04 São Jorge do Ivai - Estado do Paraná

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 009/2014

O Prefeito do Município de São Jorge do Ivai, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas por Lei e,

Considerando o resultado classificatório dos candidatos aprovados em Concurso Público, Objeto do Edital de Concurso Público n.º 004/2011 de 24/06/2011 e prorrogado pelo Decreto n.º 135/2013, resolve

CONVOCAR

A candidata aprovada abaixo relacionada para, no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, a conta da data da Publicação deste Edital, comparecer à Divisão de Pessoal, desta Prefeitura Municipal com o especial fim de submeter-se ao processo admissional, munidos dos seguintes documentos:

- CTPS Carteira de Trabalho e Previdência Social
- Atestado Médico que esta apto ao trabalho
- Certidão de Nascimento ou Casamento; Fotocópia de Comprovante de inscrição do PIS/PASEP Fotocópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos; Xerox da carteira de vacinação: Certidão de antecedentes criminais;

- Certidão de regularidade perante a Justiça Eleitoral. Certificado de Escolaridade exigido de cada cargo. Declaração de Bens Comprovante de Endereço







XTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVENIO Nº 001/2014

CONVENENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO – PR CNPJ/MF sob o n.º76.970.326/0001-03.

CONVENIADO: ASSOCIAÇÃO CASA LAR DE COLORADO CNPJ sob o n.º 07.318.250/0001-13

OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra identificadas, de comum acordo e conforme consta no Terceiro Termo Aditivo que altera o Anexo I – Plano de Trabalho, do objeto do Termo de Repasse nº 001/2014, permanecendo as demais clausulas inalteradas.

DATA DE ASSINATURA: 16/12/2014.

14. NAQUEM HORACIO ROBRIGUES



### Conselha khaririyat de Sainte

RUA: GOVERNADOR MUNHOZ DA ROCHA, 170, SALA 07, CENTRO. E-MAIL: CONSELHOMUNISTAINES@HOTMAIL.COM

RESOLUÇÃO Nº006, de 11 de Dezembro de 2014

Dispõe sobre a Formação da Comissão fiscal De Gestão do Exercício 2014.

ordinária realizada em 10 de Dezembro de 2014, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal nº 356 de 08 de maio de 2014;

Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar  $n^0$  141, de 13/01/2012;

Considerando o inciso IV, do art. 4º, da Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, o qual determina que para receber os recursos de que trata o art. 3º dessa mesma lei, os municípios deverão elaborar o Relatório de Gestão; e

Considerando o § 4º do art. 33, da Lei Federal nº 8 080, de 19/09/90 Lei Orgânica da Saúde

TRAFF

Art. 1º Fica aprovada a Comissão fiscal de Gestão do Fundo Municipal de Saúde de Santa Inês, referentes ao exercício do ano de 2014, com Inicio no dia 01/01/2015 e Termino em 30 de Março 2015, podendo ser Prorrogada.

- Brauner Galdioli Borges Jose Roberto da Silva
- Claudia Inacio de Jesus Santos Suzana Aparecida Rodrigues da Silva

Santa Inês, 11 de dezembro de 2014

DR. Antonio Correa Pinto PRESIDENTE CMS CPF 458.038.039-87



### PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

CNPJ: 78.092.293/0001-71 Rua Governador Munhoz da Rocha, 200 FONE: 44\*\*3313 10 90 - FAX: 44\*\*3313 10 91 Email: pmstaines@colnet.com.br CEP: 86.660-000 - SANTA INÊS - PR.

LEI Nº 370/2014

Súmula: Autoriza a correção das tabelas I, II, III e IV da lei Municipal nº 292/2009 de 06/11/2009 e dá outras

Art. 1º - O Executivo Municipal fica autorizado a efetuar a correção dos valores das tabelas I, II, III e IV da Lei Municipal nº 292/2009, de 06/11/2009, para fins de cobrança de Impostos, Taxas e Serviços Municipais para o exercício financeiro de 2015 e seguintes, de acordo com o índice inflacionário apurado pelo IPCA do Governo Federal, apurado no período de janeiro a dezembro

Art. 2º - O art. 3º e o seu parágrafo único, da Lei Municipal nº 292/2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3° - Fica estabelecido em R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) o valor mínimo para cobrança dos Impostos Municipais".

Parágrafo Único - Não será parcelado Impostos e Taxas cujo valor das parcelas seja menor que R\$ 35,00 (trinta e cinco reais)".

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santa Inês, em 18 de dezembro de 2014.





### PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.970.300/0001-65 PRAÇA DEP NILSON BATISTA RIBAS, 131 CEP 86.680-000 FONE 0XX44-312-1310FAX: 0XX44-312-ll50 - email: pmgracas@kfnet.com.br

LEI Nº729/2014

SÚMULA: DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS PARTICIPANTES DO EMPREENDIMENTO IMÓVEL NA PLANTA — FGTS — OPERAÇÕES COLETIVAS — CAUÇÃO -MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRACAS

A Câmara Municipal de Nossa Senhora das Graças

Aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarada como instituição de Utilidade Pública, a Associação dos Participantes do Empreendimento Imóvel na Planta - FGTS - Operações Coletivas - Caução - ASSOCIAÇÃO DAS GRACAS I, inscrita no CNPJ nº 17.502.605/0001-83, sediada na Rua Maria Message, S/N, deste Município de Nossa Senhora das Gracas.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, a presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora/das Graças, 05 de dezembro

JOÃO PINELI PERROSO refeito Municipa

LEI Nº 728/2014

SÚMULA: DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS PARTICIPANTES DO EMPREENDIMENTO IMÓVEL NA PLANTA - FGTS - OPERAÇÕES COLETIVAS - CAUÇÃO -MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS.

A Câmara Municipal de Nossa Senhora das Graças

Aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarada como Instituição de Utilidade Pública, a Associação dos Participantes do Empreendimento Imóvel na Planta – FGTS – Operações Coletivas – Caução – ASSOCIAÇÃO DAS GRACAS II, inscrita no CNPJ nº 17.502.597/0001-75, sediada na Rua Maria Message, S/N, deste Município de Nossa Senhora das Graças.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, a presente lei entra em vigor na

Edificio da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças, 05 de dezembro

JOÃØ PINELI PEDRÓSO tefeito Monicipal



Dezembro de 2014

### Prefeitura Municipal de Paranapoema Estado do Paraná CNPJ nº 76.970.391/0001-39

PORTARIA Nº135/2014

LEURIDES SAMPAIO FERREIRA NAVARRO, Prefeita

CUMPRA-SE

de Paranapoema- Paraná em 15 de

do Município de Paranapoema –Paraná, no uso de suas atribuições legais.

CONCEDER, férias regulamentares a que tem direito a funcionária, MARIA SOCORRO SOUZA BEZERRA, portadora do CPF Nº 050.235.769-06, RG Nº 5.689.318-0 PR, TELEFONISTA, no período de aquisitivo de 01.05.2004 à 30.04.2005, a partir de 20.12.2014 à 18.01.2015., conforme artigo 106º da Lei Municipal Nº.144/92 ,23 de Novembro de 1992.(REGIME JURÍDICO UNICO-B.III) REGISTRA-SE PUBLIQUE-SE

LEURIDES SAMPAIO FERREIRA NAVARRO

Prefeita Municipal

www.oregionaljornal.com.br

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Colorado - Colorado Prev

C.N.P.J. 04.886.077/0001-61

RESOLUÇÃO Nº 01/2014

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar e

A Diretora Presidenta do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Colorado – Colorado Prev, embasado nos dispostos da Lei Municipal nº 2586 de 13 de dezembro de 2013 e de conformidade com o Artigo 43 da Lei nº 4320/1964.

Artigo 1º - Fica aberto no exercício financeiro de 2013, o crédito adicional suplementar no orçamento programa do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Colorado, no valor de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e olienta mil reais), destinado ao reforço das seguintes dotações:

> Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Municipio de Colorado Previdência Municipal Previdência Social Previdência do Regime Estatutário Previdência no Serviço Público Desenvolvimento Previdencián Municipal nto Previdenciário Muni s do RPPS, Reserva 1.0.0.040

1.0.0.040 03 R\$ Total das Suplementações 480.000,00

 $Artigo \ 2^o - Como \ recurso \ hábil \ para \ cobertura \ do \ presente crédito adicional, fica indicado o provável excesso de arrecadação:$ 

RECURSOS EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

1.3.2.8.10.00.00.00 Remuneração dos Investimentos do Regime Próprio de 1.0.0.040 Previdência do Servidor em Renda Fixa

Artigo 3º - Este Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edificio da Prefeitura Municipal de Colorado, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

Total do Excesso de Arrecadação

### PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ ESTADO DO PARANÁ

C.N.P.J. (M.F.) 76.970.318/0001-67 Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 133/2014

PROCESSO ADMINIST RATIVO Nº 133/2014

RATIFICO PROCESSO DE DISPENSA Nº 082/2014 - P. M. I., NA FORMA DOS PARECERES DA LEI.

FUNDAMENTAÇÃO: LEI 8666 ART 24 É DISPENSAVEL LICITAÇÃO - para

Outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previsto nesta Lei, desde que não se refiram a parcela do mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que passa ser realizada de uma só vez: (
Redação dada pela Lei nº 9,648,de 1998).

OBJETO: AQUISICAO DE LIVROS PARA USO DO DEPARTAMENTO DE EDUCACAO. FORNECEDOR:

R\$3.836,32 (TRÊS MIL, OITOCENTOS E TRINTA E SEIS REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATO LOCAL E DATA DAJÁ PR, 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

PREFEITO MUNICIPAL

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 19/2014 - PMI PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 132 - PMI

PARECERES DA LEI FUNDAMENTAÇÃO: LEI 8666 ART. 25 é inexigível a licitação quando houver inviabilidade

OBJETO: A presente, tem como objeto, a aquisição de serviços de costura, para a cobertura das necessidades do Departamento de Saúde. FORNECEDOR DOS SERVIÇOS: MARIA DAS DORES DA SILVA

VALOR CONFORME ORÇAMENTO RECEBIDO: R\$1.000,00 (Hum mil reais) FORMA DE PAGAMENTO: PARCELADO DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA UTILIZADA PARA PAGAMENTO:

E 2014, ALCIDES ELIAS FERNANDES



CNP | 76 970 359/0001-53 EXTRATO DO CONTRATO Nº 61/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ, Estado do Paraná, com sede à Av. Governador Lupion CONTRATANTE: 605, inscrito no CNPJ/MF nº76.970.359/0001-53.

CONTRATADO: COMERCIAL VISA LTDA, CNPJ/CPF: 03.677.262/0003-45.

Contratação de Empresa do Ramo Comercial de Brinquedos para fornecimento de Brinquedos e Embalagens ao Departamento Municipal de Assistência Social para distribuição a crianças carentes do Município de 00 a 12 anos, por ocasião das festas Natalinas, conforme descrição constante no anexo I deste edital (Termo de Referencia). OBJETO

R\$ 12.492,20 (doze mil, quatrocentos e noventa e dois reais e vinte centavos). VIGÊNCIA: DOTAÇÃO:

12.005.08.243.0029.6.066.3.3.90.30.00.00. - 31934 - MATERIAL DE CONSUMO 03.001.04.122.0003.2.005.3.3.90.30.00.00 - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO 02.001.04.122.0003.2.002.3.3.90.30.00.00 - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO FORO: Comarca de Colorado - Estado do Paraná.

> CONTRATANTO IRO AUGUSTO PARRON

Além do site, você pode retirar seu exemplar gratuitamente nos estabelecimentos comerciais a seguir:

**Atalaia** G&G Móveis Auto Posto Flórida Colorado

Restaurante e Churrascaria Sabor e Arte Auto Posto A Jato Livraria do Tio Restaurante-Churrascaria-Pizzaria Colorado

Supermercado Ramos - Jardim Cairi Distrito de Alto Alegre SuperMercado Casquinha Cruzeiro do Sul Hotel e Restaurante Eliana Floraí

Auto Posto Floraí Inaiá Panificadora e Confeitaria União Farmácia Santa Inês Itaguajé

Auto Posto E1

Fran's Doces e Salgados

Supermercado Pontal Quitanda do Marreta **Jardim Olinda** Panificadora Doce Sabor

A Churrascaria Panificadora Pão de Mel Banca de Revista Nova Esperança Ourizona Mercearia Itaipu Paranacity Lanchonete do Roberto Panificadora Primor

Nova Esperança

Paranapoema Auto Posto Paraná Michel Cabeleireiro Panificadora 2 Irmãos **Presidente Castelo Branco** Loterias Faraoni Santa Inês

Marinas do Paranapanema **São Jorge do Ivaí** Auto Posto Forini Studio Mec Foto e Vídeo Farmácia Popular Uniflor

Auto Posto Garoto Panificadora Uniflor Lanchonete e Restaurante O Caseiro Distrito de Fiorópolis Venda do José Baixinho



DATA DE FUNDAÇÃO

Administração, Redação, Publicidade Rua Lord Lovat, nº 500 (sede própria) Telefone: 9111-1871 - Tefefax: (44) 3252-1177 E-mail: jornaloregional@homenett.com.br CEP 87.600.000 - Nova Esperança - Paraná SUCURSAL EM COLORADO

Rua Deputado Branco Mendes nº 549 1º Andar (sede própria) Telefax: (44) 3323-2543 CEP 86.690.000 - Colorado - Paraná Diretor: Edemar Del Grossi

Maria Gomes Colaboradores: Alcídio Odair Polo - Colorado Projeto Gráfico:

Diário do Noroeste - Paranavaí Tiragem: 3.000 exemplares

Panificadora Cantinho do Pão



Diretores de Redação: Lucas Siqueira Del Grossi, Luis Fernandes,

Artigos assinados são de responsabilidade do autor, não representam a opinião do veículo que dispõe de direito de respost

Antonio Vitoreti - Nova Esperança

É permitida a reprodução de qualquer matéria Veiculada, sem prévia autorização da Direção, Desde que conste a fonte; "Jornal o Regional"

unerada e 01 R\$ 410.000,00 70.000,00

REESTIMATIVA DA RECEITA ORÇAMENTARIA FONTE VALOR

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 082/2014

EDITORA FTD S A

10.002.12.361.0010.2103 3.3.90.30.00.00-1000

RATIFICO O PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 19/2014 - PMI, NA FORMA DOS

09.002.10.301.0016.2902 3.3.90.36.00.00-1000 DATA: 15 DE DEZEMBRO DE 2014,

Prefeitura Municipal de Itaguajé

Avenida Munhoz da Rocha, 605 - Fone (0\*\*44) 332-1222 / Telefax 332-1283 Caixa Postal 11 - Cep 86.670-000 - ITAGUAJÉ - PR.



### Prefeitura do Município de Colorado ESTADO DO PARANÁ

enida Brasil, 1250 - Centro - Caixa Postal 01 - CEP 86690-000 - Colorado - Paraná - (44) 3323.3033 CNPJ 76.970.326/0001-03 - coloradopr@coloradopr.gov.br coloradopr.com.br

LEI Nº 2650/2014

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL, ALTERA AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E ALTERA O PLANO PLURIANUAL 2014/2017 DO MUNICÍPIO DE COLORADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO, ESTADO DO PARANÁ:

Faço saber a todos, que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte Leix

Artigo 1º - Autoriza o Executivo Municipal a efetuar abertura de crédito adicional suplementar no exercicio financeiro de 2014, alterar as Diretrizes Orçamentárias de 2014 e alterar o Plano Plurianual de 2014 a 2017 do Município de Colorado.

Artigo 2º - Fica o Executivo municipal autorizado a abrir nas Diretrizes Orçamentárias, no Plano Plurianual e no Orçamento Programa do Município de Colorado para o exercício de 2014, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 427.000,00 (Quatrocentos e vinte e sete mil reais), destinados ao reforço das equiptos detectos e representárias.

80	SECRETARIA MUNICIPAL DE	EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
08.002	DIVISAO DA EDUCAÇÃO INF.	ANTIL
08.002.12.3	55.0010.2017	DESEVOLVIMENTO DO FUNDEB NA

00.002	DIVISAC DA EDO	CAGAOIII	I-MATIE
08.002.1	2.365.0010.2017		DESEVOLVIMENTO DO FUNDEB NA EDUCAÇÃO INFANTIL
195	3.1.90.11.00.00	1101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
196	3.1.90.16.00.00	1101	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE 09.001.10.301.0007.2025 DESENVOLVER AS AÇÕES DOS BLOCOS DO FUNDO DE SAÚDE 3.1.90.11.00.00 1495 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVI

09.001.10.304.0007.2026 MANTER AS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA 3.1.90.11.00.00 1497 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVI

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA MANTER OS SERVICOS DA DEFESA CIVIL **12.002.06.182.0005.2039** 434 3.1.90.11.00.00 1515 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

Total das Suplementações R\$ 427 000 00

Artigo 3º - Como recursos hábeis para cobertura do presente crédito adicional, fica indicado o provável excesso de arrecadação:

### RECURSOS EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

	REESTIMATIVA DA RECEITA ORÇAMENTARIA	FONTE	VALOR	
1.1.2.1.99.02.00.00	Taxa de Combate a Incêndio FUNREBOM	515	6.000,00	
1.7.2.1.33.10.02.04	PMAQ – Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica	495	250.000,00	
1.7.2.1.33.30.01.02	Incentivo de Qualificação as Ações da Dengue	497	10.000,00	
1.7.2.4.01.01.00.00	Transferências do Fundeb – 60%	101	161.000,00	

Total do Excesso de Arrecadação.. ...R\$ 427,000.00

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Colorado, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de





### Prefeitura Municipal de Itaguajé

Avenida Munhoz da Rocha, 605 - Fone (0\*\*44) 332-1222 / Telefax 332-1283 Caixa Postal 11 - Cep 86.670-000 - ITAGUAJÉ - PR.

CNPJ 76.970.359/0001-53 TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 35/2014 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ – PR. E ALESSANDRA SILVA GONÇALVES.

Pelo presente instrumento de rescisão contratual amigável, de um lado, a Prefeitura Municipal de Itaguajé, pessoa jurídica, com sede na Avenida Munhoz da Rocha, nº, 605 Itaguajé, PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº, 76,970,359/0001-53, doravante denominada Contratante, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor, JAIRO AUGUSTO PARRON, Brasileiro, Casado, residente e domiciliado nesta Cidade a Rua Heitor José Tolentino nº 809, portador da cédula de identidade RG nº 4,090,569-3 PR, CPF nº 616,971,769-68 e de outro lado ALESSANDRA SILVA GONCALVES 39504737854, CNPJ N° 20.174.661/0001-40, com sede na Rua São Paulo nº 194 Centro Itaguaje - PR, doravante denominado Contratado, na modalidade Dispensa de Licitação nº. 18/2014 tem entre si justo e contratado o que consta relatado nas clausulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA: As partes CONTRATANTES resolvem de comum acordo rescindir amigavelmente o Contrato de prestação de serviços nº. 35/2014, com vigência de 18/01/2015, de acordo com conveniência entre as partes em conformidade com o artigo 79, inciso II, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA: As partes CONTRATANTÉS se declaram quitadas quanto aos direitos e obrigações oriundas do Contrato, ficando, portanto, a Administração desobrigada do pagamento das parcelas vincendas no período de 0/10/12/015 a 18/01/2015, no valor RS 1.140,00 (hum mil cento e quarenta reais) mensal, correspondente ao valor estabelecido na Cláusula Terceira do Contrato de prestação de serviço, considerando a rescisão do presentistrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA: As partes signatárias deste instrumento elegem, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o Foro da Comarca da Colorado, para dirimir quaisquer questões referentes a este Termo de Rescisão Contratual Amigavel.

E, por se acharem justas e acordadas, firmam as partes, perante as testemunhas abaixo, o presente Termo de R Comtratual Amigável, em 4 (quator) vías, que terá sua eficácia condicionada a sua publicação no Diário Ofi Município, para que produza os efeitos legais.

TESTEMUNHAS

Itaguajé, 11 de Dezembro de 2014

PREVEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ-PR JAIRO AUGUSTO PARRON Prefeito Municipal

Uleyandra L. A. ALESSANDRA SILVA GONÇALVES CONTRATADA

ALDRIANO JESUS MATIAS RG 28.864.315/SP CPF 844.582.549-20



### PORTARIA Nº 079/2014

O Sr. André Luis Bovo, prefeito do município de São Jorge do Ivaí, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei, e

Considerando a veiculação através da mídia regional de alcance estadual de que algumas empresas que opera na área moveleira, encontram-se envolvidas em procedimentos licitatórios em alguns municípios da região, com suspeitas de irregularidades juntamente com outras empresas participantes

Considerando que, recentemente, o Município de São Jorge do Ivaí, promoveu procedimento licitatório na modalidade de Pregão Presencial sob o nº 38/2014, objetivando "Registro de preços para eventuais contratações de empresa especializada em confecção de moveis sob medida, incluindo instalação, reforma e manutenção dos mobiliários, com fornecimento de peças e acessórios, conforme especificações e quantidades constantes do edital, notadamente o

Considerando que o processo licitatório teve o seu julgamento com a contemplação da empresa constante da ata de registro de preços,

Considerando, por fim, a necessidade de a administração pública coibir a prática de atos como tais, que venham a ocasionar prejuízos ao erário público,

I - <u>DETERMINAR preventivamente</u> a suspensão dos efeitos da(s) ata(s) com a(s) resa(s) vencedora(s) do certame instaurado pelo procedimento licitatório de Pregão Presencial nº 38/2014, até que ocorra o devido esclarecimento dos fatos veiculados na mídia regional;

 DETERMINAR a suspensão de eventuais pagamentos, caso tenha havido qualque aquisição de móveis pelo procedimento licitatório de Pregão Presencial nº 38/2014.

Registre-se

Paço Municipal Dr. Raul Martins, em 16 de dezembro de 2014.

Andre Luis Boyo



### Prefeitura Municipal de Paranapoema Estado do Paraná

CNPJ nº 76.970.391/0001-39

PORTARIA Nº 0001/2014 LEURIDES SAMPAIO FERREIRA NAVARRO,

Prefeita do Município de Paranapoema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais. CONCEDER, férias regulamentares a que tem direito, os funcionários abaixo descritos, do setor da EDUCAÇÃO MUNICIPAL, a serem gozadas de 17 de dezembro de 2014 á 15 de janeiro de 2015, conforme artigo 106º da Lei municipal nº. 144/92, de Novembro de 1992.(REGIME JURIDICO ÚNICO).

Funcionários/Servidor Período

-ELSON OLIVEIRA PINTO 30.03.2013 à 02.03.

-JOSE DE SENA NETO

2014.



PREFEITA MUNICIPAL



### Prefeitura Municipal de Jardim Olinda

TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV № 01055/2014

DEVEDOR AV SIAQUEIRA CAMPOS, 83 Telefone (044) 3311-1212 (044) 3311-1214 E-mail: Repres CPF: Cargo: E-mail: JURACI PAES DA SILVA

01/01/2013 REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE CNPJ: 09.528.435/0001-88 AV. SIQUEIRA CAMPOS, 83

(044) 3311-1212 contabilidade@jardimolinda.pr.gov.b SIVALDO LOPES FERREIRA 807.228.141-00 Cargo Data início da gestão: 01/01/2013

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Jardim Olinda de quantia de R\$ 341.367,31 (trezentos e quarenta e um mila terzentos e sessenta e sete reais e otienta e um centavos), correspondentes aos valores de Contribução Patronal dévidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 01/2002 a 06/2011, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anaxo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Jardim Olinda confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data. A divida objeto do reparcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretratável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da divida atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Divida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de renancelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos debitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha aido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilibrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsávelo por sua paração e acréction de juros legials simples de 0.05% so mês (zero Vigalia cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e muita de 0,50% (zero virgula cinquenta por cento).

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

a) das prestações acordidas nesta termo de acordo de parceiamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da ciáusula tercaira;
b) das contribuições previdenciárias não incluidas neste termo de acordo de parceiamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na
forma da legislação do ente.

A vinculação sea formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta
de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial extrajudicial, quaisquer das seguintes situações:

a) a infração de qualquer das cláusulas do termo;
 b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas;
 c) a susência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de março de 2013, por 3 (três) meses co alternados:

alternados; d) a revogação da Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

Para dirimir qualsquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o force de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) tes Jardim Olinda - PR / 15/12/2014

JURACI PAES DA SILVA

SERGIO SIMÃO DA SILVA

CPF: 772.584.449-04

NILSON RODRIGUES GOMES CPF: 021.224.319-54

RG: 7.458.544-3

### DECLARAÇÃO

Por ser expressão da verdade, firma a presente

JURACI PAES DA SILVA

	nexo ao Termo de Aco	I do de Farcelan		de Depitos Fier	
Acordo CADPREV nº	01055/2014		Data		25/11/2014
Valor consolidado	341.367,81		Valor da presta	ção inicial	11.378,93
Número prestações	30		Vencimento 1ª	orestação	10/01/2015
		DE	VEDOR		
Ente Federativo	Jardim Olinda/PR			CNPJ	76.970.383/0001-92
Representante Legal	JURACI PAES DA SILVA			CPF	581.696.529-87
Conta para débito	Banco do Brasil Agência nº 0676-9			Conta nº	3499-1
		C	REDOR		
Unidade Gestora	idade Gestora REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA CNPJ			CNPJ	09.528.435/0001-88
Representante Legal	SIVALDO LOPES FE	RREIRA		CPF	807.228.141-00
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	0676-9	Conta nº	19828-5

2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada si liberações do FPM e transferir para a conta da Unidad Gestora os valores não pagos no seu vendimento, enquanto estiver vigente e o termo de acordo, observado o seguinte procedimento: 2.1 — Decordidos 5 (cinco) das do vendimento da prestação da acordo de parcelamento (llem 1.1) ou 30 (trinta) clas do vendimento da prestação da acordo de parcelamento (llem 1.1) ou 30 (trinta) clas do vendimento da contribuições não parceladas (la minum 1.2), semque o conte deferativo, com dopta ao entre deferativo entre deferativo, com dopta ao entre describos contribuições nagarantos, a Unidado Gestora enceminharão ao Banco do Brasil demonstrativo altradas do valor devido, com dopta ao entre de la contribuições describados de contribuições describados de la contribuições describados describados de la contribuições describados describados de la contribuições describados describados describados de la contribuições describados describados de la contribuições describados de la contribuições de la contribuições describados de la contribuições de la contribuições describados de la contribuições describados de la contribuições de la contribuições de

... valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsa inco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e en vidência Social, por mejo do CADPREV

ASSINATURAS ENTE FEDERATIVO UNIDADE GESTORA BANCO DO BRASIL (\*)



### PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA E-mail: contabilidade\_ourizona@yahoo.com.br - CNPJ: 76.282.672/0001-07 Rua Bela Vista, 1.014 - Fone: (44) 3278-1592 - Fax: (44)3278-1314 Cep: 87.170-000 Ourizona - Paraná

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 04 CONTRATO Nº 24/2011

Contratante: MUNICÍPIO DE OURIZONA-PR Contratada: A.O.B GERÊNCIA DE PROJETOS LTDA

Objeto: Acréscimo no importe de 8,4% sobre o valor contratado Valor: R\$ 3.830,40(Três mil, oitocentos e trinta reais e quarenta centavos) Data da Assinatura: 18 de dezembrode 2014.

Foro: Comarca de Mandaguaçu-PR Ourizona-PR, 18 de dezembro de 2014. 4 Ourosque

JANILSON MARCOS DONASAN Prefeito Municipal EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 02 **CONTRATO Nº 47/2013** 

Contratante: MUNICÍPIO DE OURIZONA-PR Contratada: EDSON APARECIDO SILVA ME

Foro: Comarca de Mandaguaçu - PR

Objeto: Acréscimo no importe de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor contratado alor:12.000,00 (Doze mil reais) Data da Assinatura: 18 de dezembro de 2014

Ourizona-PR, 18) de dezembro de 2014.

10x010m JANILSON MARCOS DONASAN

### FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ATALAIA-FPS CNPJ Nº 05.238.078/0001-62

Praça José Bento dos Santos nº 02 - Sala nº 02 - Fone (44) 3254-1122

### **PORTARIA Nº 001/2014**

Estabelece critérios para o Credenciamento de Instituições Financeiras e Similares, Sociedades Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários, junto às quais o FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ATALAIA-PR poderá vir alocar seus recursos financeiros.

O Diretor-Presidente do Fundo de Previdência Social dos Servidores Municipais de Atalaia-PR, no uso de suas atribuições legais e, e em conformidade com a Portaria 519 MPS publicada em 24 de agosto de 2011 e suas alterações, Portaria 170 MPS, publicada em 25 de abril de 2012, Decreto Municipal nº 135/2014 e Resolução nº 3.922/2010, publicada em 25 de novembro de 2010, do Banco Central do Brasil e alterações futuras,

### **RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar o Edital para o Credenciamento de Instituições Financeiras e Similares, Sociedades Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários, junto às quais o FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ATALAIA-PR poderá vir a alocar seus recursos disponíveis, na forma do Anexo I.

Parágrafo único. É requisito prévio para a aplicação de recursos que todas as instituições envolvidas sejam credenciadas na forma do edital em anexo, ou seja, deverão ser credenciados os administradores, gestores, custodiantes e distribuidores do ativo.

Art. 2º As Instituições Financeiras, Sociedades Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários, postulantes ao credenciamento serão submetidas a uma série de quesitos e apresentação de documentos, que tratam das questões inerentes à rentabilidade, segurança, solvência, liquidez, transparência e legalidade da sua constituição e dos produtos oferecidos, na forma do Edital nº 001/2014 e seus anexos, parte integrante desta Portaria.

Parágrafo único. Os documentos e quesitos indicados no "caput" deste artigo serão submetidos à análise e parecer do Comitê de Investimentos instituído pela Portaria nº 140/2014, sendo que, somente aquelas que forem consideradas aptas receberão o Certificado de Credenciado, conforme modelo previsto no Anexo IV, do Edital de

Credenciamento nº 001/2014. Art. 3º As instituições que mantêm relacionamento financeiro com o FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ATALAIA-PR não estão dispensadas de participar deste processo seletivo

Art. 4º O credenciamento das Instituições Financeiras, Sociedades Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários junto ao FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ATALAIA-PR, terão validade de 02 (dois) anos.

Parágrafo único. Até 90 (noventa) dias antes do prazo que trata o "caput" deste artigo as Instituições Financeiras, Sociedades Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários credenciadas deverão apresentar os quesitos e a documentação exigida no Anexo I, II e III do Edital nº 001/2014, sendo novamente submetida à análise do Comitê de Investimentos na forma do artigo 2°.

> Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Atalaia, 17 de dezembro de 2014.

Diretor Providente

### Legislativo Municipal de **Jardim Olinda**

PORTARIA Nº 016/2014 de 12 de dezembro de 2014.

Concede incorporação de gratificação de função a servidor.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 86 da Lei Municipal nº 679/13, e considerando a implementação, por parte do servidor Izael Porto Reis, do requisito de incorporação previsto no dispositivo legal referido, qual seja a percepção, por 5 anos

### RESOLVE:

ininterruptos, de gratificação de função,

Art. 1º Fica incorporado ao vencimento base do servidor Izael Porto Reis o percentual de 50% (cinquenta por cento) referente à percepção, por 5 anos ininterruptos, de gratificação de função.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, publicado no Edital da Câmara Municipal e posteriormente no Órgão de Imprensa Oficial do Município.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Jardim Olinda, 12 de dezembro de 2014.

Underlie Baier
VANDERLEI BORIAN Presidente Biênio 2013/2014

PORTARIA Nº 017/2014

O SENHOR VANDERLEI BORIAN, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR

### RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder ao Sr. Izael Porto Reis, servidor da Câmara Municipal de Jardim Olinda, ocupante do Cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO EM CONTABILIDADE**, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jardim Olinda, 20 (vinte) dias de Férias ao período aquisitivo de 02/01/2013 a 02/01/2014 a ser concedidas na data de 12/12/2014 a 31/12/2014, e 10 (dez) dias convertidos em dinheiro, nos termos do Art. 111 do estatuto do funcionário público.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, publicado no Edital da Câmara Municipal e posteriormente no Órgão de Imprensa Oficial do Município.

Registra-se

Publica-se

Cumpra-se

Edifício da Câmara Municipal de Jardim Olinda, aos 12 de dezembro de 2014.

> Vondeli Bour VANDERLEI BORIAN Presidente Biênio 2013/2014

### Prefeitura Municipal de Jardim Olinda

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV № 01050/2014)

Ente Federativo/UF:	Jardim Olinda/PR	CNPJ:	76.970.383/0001-92
Endereço:	AV SIAQUEIRA CAMPOS, 83		
Bairro:	CENTRO	CEP:	87690-000
Telefone:	(044) 3311-1212	Fax:	(044) 3311-1214
E-mail:	contabilidade@jardimolinda.pr.gov.br		
Representante legal:	JURACI PAES DA SILVA		
CPF:	581.696.529-87		
Cargo:	Prefeito	Complemento:	GRSTOR
E-mail:	juraci-paes@hotmail.com	Data início da gestão:	01/01/2013
CREDOR			
Unidade Gestora:	REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE	CNPJ:	09.528.435/0001-88
Endereço:	AV. SIQUEIRA CAMPOS, 83		
Bairro:	CENTRO	CEP:	87690-000
Telefone:	(044) 3311-1212	Fax:	(044) 3311-1214
E-mail:	contabilidade@jardimolinda.pr.gov.br		
Representante legal:	SIVALDO LOPES FERREIRA		
CPF:	807.228.141-00		
Cargo:	Presidente	Complemento:	GESTOR
F-mail:	sivelrineconomista@hotmail.com	Data início da gestão	01/01/2013

Cláusula Primeira - DO OBJETO O REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Jardim Oli da quantia de R\$ 706.216,33 (setacentos e seis mil e duzentos e dezesseis reais e noventa e três centavos), correspondentes aos valores Contribuição Patronal devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos sendidores públicos, relativos ao periodo 01/2013 a 10/2014, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

O montante de R\$ 706.216,93 (setecentos e seis mil e duzentos e dezesseis reais e noventa e três centavos), será pago em 30 (trinta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 23.540,56 (vinte e três mil e quinhentos e quarenta reals e cinquenta e seis centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terorira.

o valor R\$ 23.540,56 (vinte e três mil e quinhentos e quarenta reais e cinquenta e seis centavos), vencerá em 10/0 asma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretratável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa. ado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações refei nto através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos déblios até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de Junos legalas simplea de 0,50% ao mês (zero vírguia cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilitório financeiro e atuarial.

Parágrato segundo - Em caso de atraso no pagamento de qualsquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo rigado responsávelo por sua aqueração a caráction de juros legais semples de 5,0% a mês fazero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento).

Cláusula Ouarta: DA VINCLII ACÃO DO EPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:
a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelariemto e não pagas no seu vencimento, statutizadas na forma da clásusula tercolira;
b) das contribuções predelecidárias hai ciulcidas neste termo de acordo de parcelariento do ha pagas no seu vencimento, devidamente atuatiz

is contribuções previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente abulazadas. Na cal eligidação do ente.

cucluação será formalizada por meio do formecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Debito na Contragoses do Fundo de Perticipação dos Municípios - FPM", conforme amexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do apasses do Fundo de Perticipação dos Municípios - FPM", conforme amexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, qualisquer das seguintes situações:

a) a infração de qualquer das cláusulas do termo;
 b) a faita de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas;
 c) a ausência de pease integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de março de 2013, por 3 (três) meses consecutivos ou

dos; rogação da Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em nova transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos temos dos artigos 348, 353 a 354, do Cédigo de Processo Civil, devendo paracitado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como divida fundada com a unidade gestoria do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) te

REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA

DECLARAÇÃO

Por ser expressão da verdade, firma a presente

JURACI PAES DA SILVA

			ÍPIOS - FPM		
	nexo ao Termo de Aco	ordo de Parcelar	nento e Confissã	o de Débitos Prev	ridenciários
Acordo CADPREV nº	01050/2014	-	Data		26/11/2014
Valor consolidado	706.216,93		Valor da pres	tação inicial	23.540,56
Número prestações	30		Vencimento 1	a prestação	10/01/2015
		DI	EVEDOR		
Ente Federativo	Jardim Olinda/PR			CNPJ	76.970.383/0001-92
Representante Legal	JURACI PAES DA SILVA			CPF	581.696.529-87
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	0676-9	Conta nº	3499-1
		С	REDOR		
Unidade Gestora	REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA			CNPJ	09.528.435/0001-88
Representante Legal	SIVALDO LOPES FE	RREIRA		CPF	807.228.141-00
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	0676-9	Conta nº	19828-5

mo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Debitos Previdenciários acima identificado, científica o Banco do Brasil de que, segundo o para cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municloios - FPM como para cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municloios - FPM como

ntia de pagamento: - das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento; - das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vei

esse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada ás liberações do FPM a transferir para a conta da Unidad a os valiores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente e o termo de acordo, observado o seguinte procedimento: ecordos 5 (cnoc) das do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (tiem 1.1) ou 30 (trinta) das do vencimento das contribuiçõe creatidas (filem 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidada Gestora encarinhará ao Banco do Brasil demonstrativo do valvad relado, com doja ao entre afesti debitarto valver devido na contra do entre federativo, na data de liberação da primeira parcel uente do FPM, transferin dos do unediato para a conta est unidada Gestora encarintizado pelo saldo existente na conta o evalvor insporte de contra de contra de PFM. Transferin dos de contra de contra

- O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de Inteira responsabilidade da Unidade Ge o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de p a a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta. Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Mi vidência Social, por meio do CADPREV.

Jardim Olinda/PR - 15/12/2014 ASSINATURAS ENTE FEDERATIVO



BANCO DO BRASIL (\*

### Prefeitura Municipal de Itaguajé

Avenida Munhoz da Rocha, 605 - Fone (0\*\*44) 332-1222 / Telefax 332-1283 Caixa Postal 11 - Cep 86.670-000 - ITAGUAJÉ - PR. CNPJ 76.970.359/0001-53

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 26/2014 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ - PR. E MARIA APARECIDA FERREIRA DA SILVA.

Pelo presente instrumento de rescisão contratual amigável, de um lado, a Prefeitura Municipal de Ituguajé, pessoa juridica, com sede na Avenida Munhoz da Rocha, nº, 605 Itaguajé PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº, 76.970.359/0001-53, doravante denominada Contratante, neste a to representado pelo Prefeito Municipal, senhor, JAIRO AUGUSTO PARRON, Brasileiro, Casado, residente e domiciliado nesta Cidade à Rua Heitor José Tolentino nº 809, portador da cédula de identidade RG nº 4.090.509-3 PR, CPF nº 616.971.769-68 e de outro lado MARIA APARECIDA FERREIRA DA SILVA 3036449909, CNPJ N° 15.427.99/10091-31, com sede na Rua José Correia de Araujo nº 906 Carta Itaguajé – PR., doravante denominado Contratado, na modalidade Pregão nº, 21/2014 tem entre si justo e contratado o que consta relatado nas Gisuluslas e pondicios sabaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA: As partes CONTRATANTES resolvem de comum acordo rescindir amigavelmente Contrato de prestação de serviços n°. 26/2014, com vigência até 24/02/2015, de acordo com conveniência entre as parte: em conformidade com o artigo 79, lincis oll, da Lei 8.66697.

CLÁUSULA SEGUNDA: As partes CONTRATANTES se declaram quitadas quanto aos direitos e obrigaçõe do Contrato, ficando, portanto, a Administração desobrigada do pagamento das parcelas vincendes do período de 01/01/2015 à 24/02/2015, no valor R\$ 990,00 (novecentos e noventa reais) mensal, correspondente ao valor estabelecido na Cláusula Terceira do Contrato de prestação de serviço, considerando a rescisão do presente instrumento.

DO FORO

CLÁUSULA TERCEIRA: As partes signatárias deste instrumento elegem, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o Foro da Comarca da Colorado, para dirimir quaisquer questões referentes a este Termo de Rescisão Contratual Amigavel.

E, por se acharem justas e acordadas, firmam as partes, perante as testemunhas abaixo, o presente Termo de Rescisão Contratual Amigiavel, em 4 (quatro) vias, que terá sua eficácia condicionada a sua publicação no Diário Oficial do Município, para que produza os efetois legais.

Itaguajé, 11 de Dezembro de 2014.



TESTEMUNHAS ALDRIANO JESUS MATIAS

RG 28.864.315/SP CPF 844.582.549-20





### Prefeitura Municipal de Paranapoema Estado do Paraná

CNPJ nº 76.970.391/0001-39

TERMO ADITIVO Nº 01/2014 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 01-01/2014 OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL DA FROTA DO USO DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE PARANAPOEMA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAPOEMA, ESTADO DO PARANÁ com sede a Rua. Dr. José Cândido Muricy, 216, centro, nesta cidade, pessoa jurídica de direito público Interno, inscrita no CNPJ sob nº 76.970.391/0001-39, doravante denominada Prefeitura Municipal, neste ato representado pela Prefeita Municipal Srª. LEURIDES SAMPAIO FERREIRA NAVARRO, brasileira, casada, residente e domiciliado a Av. Paranapanema, 551, nesta cidade, inscrito no CPF sob nº 564.835.839-87 e CI.RG sob n.º 2.256.731-4 - SSP/PR,

CONTRATADO: SANDRA C LOURENÇO SILVA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua/Av Paranapanema nº 62, na Cidade de Paranapoema, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF n.º 03.387.596/0001-12, neste ato representado por Sandra Cristina de Lourenço Silva, brasileira(a), casada, empresária(a), residente e domiciliado na Rua/Av. Barão de Monte Alegre, nº 389, na cidade de Paranapoema, Estado do Paraná, CEP.: 87.680-000, portador da Cédula de Identidade RG n.º 5.726.636-8, e do CPF/MF n.º 865.873.749-72, residente e domiciliada, na cidade de Paranapoema, Estado

### A Clausula 3º passara a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor por litro	Valor Total.
1	DIESEL	Litros	10.000	R\$ 2,45	R\$ 24.500,00
2	GASOLINA	Litros	9.000	R\$ <sub>6</sub> 3,09	R\$ 27.810,00

As demais cláusulas permanecem inalteradas. E por estarem acordadas as partes assinam o presente termà em duas vias de igual teor e valor, com presença de 2 (duas) testemunhas, para os efeitos legais

> news PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAPOEMA SRª PREFEITA: LEURIDES SAMPAIO FERREIRA NAVARRO SANDRA CLOURENÇO SILVA

TESTEMUNHAS:

AUTO POSTO PARANA

PORTARIA Nº-143/2013 LEURIDES SAMPAIO FERREIRA NAVARRO, Prefeita Municipal de Paranapoema,

Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Concede férias regulamentares a que tem direito os Servidores (as) abaixo descritos pertencentes ao quadro da EDUCAÇÃO MUNICIPAL, período de 17.12.2014 à 15.01.2015.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE

Paranapoema, Estado do Paraná, em 15 de Dezembro de 2014.

SERVIDORES (A)	PERÍODO AQUISITIVO
01-ANTONIO PEREIRA NASCIMENTO	01.06.2009 à 31.05.2010
02-EDSON GONÇALVES DA SILVA	01.02.2013 à 30.01.2014
03-ELIANE OLIVEIRA QUEIROZ SILVA	30.01.2014 à 30.12.2014
04-GERALDO CANDIDO DA SILVA	02.01.2009 à 31.12.2009
05-IOLANDA FERREIRA LIMA	01.08.2013 à 31.07.2014
06-ELZI DE JESUS FRAZATTO	30.01.2013 à 30.01.2014
07-LUCIANA PEREIRA DOS S PRADO	03.02.2013 à 01.01.2014
08-MARIA APARECIDA P.DA SILVA	01.07.2012 à 29.06.2013
09-MARIA HELENA RUBIN DA SILVA	01.02.2013 à 30.01.2014
10-MARLENE JORGE	31.01.2012 à 30.01.2013
11-SELMA ARAUJO DA SILVA	01.09.2012 à 30.08.2013
12-TELMA REGINA DE S.SANTOS	02.04.2012 à 31.03.2013
13-ZENEUZA DE SOUZA C. CABRAL	01.02.2013 à 30.01.2014
14-MARIZA APARECIDA JORGE	03.01.2013 à 01.01.2014
15-ALZIRA DAS GRAÇAS MELO	31.08.2011 à 30.08.2012
16-JANETE MARIA DA SILVA	31.01.2010 à 30.01.2011
17-ROSELY ALVES P. FONSECA	01.10.2012 à 29.09.2013
18-ROSEMAR ANTONIA C. CHAVES	01.10.2012 à 29.09.2013
19-SONIA MARIA DE SALES MENDES	30.09.2012 à 29.09.2013
20-ALEXANDRA AFONSO DE C. ITO	31.01.2010 à 30.01.2011
21-CLAUDIA OLIVEIRA QUEIROZ	03.01.2013 à 01.01.2014
22-CLEOMARA F.ANJOS MENDONÇA	31.05.2013 à 30.05.2014
23-DEBORA CRISTINA D.A.PORFIRIO	01.09.2010 à 31.08.2011
24-ELISANDRA CORREA GUIMARAES	03.01.2013 à 01.01.2014
25-TANIA CRISTINA S. MEREDA	02.01.2013 à 01.01.2014
26-LUCENEIDE ITO DOS SANTOS	02.03.2013 à 29.02.2014
27-MARIA APARECIDA DA SILVA	18.02.2013 à 16.02.2014
28-MARIA JOSILDA DA S. NAUFAL	31.01.2013 à 30.01.2014
29-MARTA ROBERTA ITO	01.05.2013 à 10.05.2014
30-REGINA DE SOUZA CARVALHO	01.09.2013 à 30.08.2014
31-SANDRA BEATRIS DA COSTA	01.02.2013 à 30.03.2014
32-SOLANGE IBANES	01.03.2012 à 26.02.2013
33-TELY IZABEL DE SOUZA SILVA	01.02.2013 à 30.01.2014
34-VALERIA CRISTINA DA S.F.SOARES	30.09.2013 à 29.09.2014
35-VIVIANE AP. DO D.FERREIRA	01.05.2013 à 30.05.2014
36-CINIRA SCANDOVIERI	15.03.2012 à 13.03.2013
The state of the s	7

LEURIDES SAMPATO FERREIRA NAVARRO Prefeita Municipal de Paranapoema



### CÂMARA MUNICIPAL DE INAJA

Rua: Ronald Gomes N°. 46 - CEP 87.670-000 e-mail camarainaja@brturbo.com.br fone: (44) 3440-1537 CGC/MF. 01.600.393/0001-37

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2014 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2014

RATIFICO PROCESSO DE DISPENSA Nº 007/2014 - C.M.I, NA FORMA DOS PARECERES DA LEI

FUNDAMENTAÇÃO: LEI 8666 ART 24 É DISPENSAVEL LICITAÇÃO -

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alinea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998).

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO REFERENTE À AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES, NOBREAK, IMPRESSORA, SUPORTE PARA CPU, BEBEDOURO, PROJETOR DATASHOW, TELEFONE SEM FIO, PENDRIVES, UMIDIFICADORES DE

EMPRESA: SORAIA CRISTINA TURQUINO MACKERT - EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA.

VALOR CONTRATADO: RS 7.959.80 (SETE MIL E NOVECENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E OITENTA CENTAVOS).

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATO.

LOCAL E DATA: INAJÁ, 09 DE DEZEMBRO DE-2014,

DISPENSA DE LICITAÇÃO REFERENTE À AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES, NOBREAK, IMPRESSORA, SUPORTE PARA

PRESIDENTE

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 007/2014-C.M.I. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2014

N°. 007/2014 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL			01.0001.01.0	31.00	001.2.001.44.90.52.00.00
→ Lei n°. 8.666/93; Lei n	°. 8.883/94; Lei	n°. 9.648/9	98 e suas post	teriore	es alterações.
Contratante:	CÂMARA I	JUNICIPAL	L DE INAJÁ –	PR	
Data da Contratação:	09/12/14	09/12/14			
Previsão legal:	Artigo 24, I	l, da Lei nº	8.666/93		
Fornecedor:	SORAIA INFORMÁ		TURQUINO	) MA	ACKERT - EQUIPAMENTOS D
Endereço:	PRAÇA SA	NTA CRU	Z, nº. 1370		
CNPJ:	12.654.502	/0001-15			
Cidade:	SÃO JORO	E DE IVA	- PARANÁ		
RESUMO DO OBJETO:			. ,		VALOR MÁXIMO TOTAL COM
DISPENSA DE LICITA	CÃO PEEEDE	NTE À A	ACUISICÃO I	DE	IMPOSTOS:

CPU, BEBEDOURO, PROJETOR DATASHOW, TELEFONE SEM novecentos e cinquenta e nove FIO, PENDRIVES, UMIDIFICADORES DE AR. reais e oitenta centavos). TERMO CONTRATUAL: CADASTRO DE FORNECEDOR: CONDIÇÃO DE AQUISIÇÃO: Imediata e/ou Parcelada ( X ) Sem Instrumento ) Contrato FORMA DE PAGAMENTO:

<u>Justificativa de escolha de fornecedor</u>. Empresa de caráter idôneo, que fornece produtos e/ou serviços de boa qualidade e praticante de preços compatíveis com os de mercado regional em gerai. <u>Justificativa de aceitação do preço:</u> Os preços fornecidos pelo contratado encontram-se em ires justos e compatíveis com os praticados no mercado.

Justifica-se, ainda, para os fins do artigo 24, caput, li da Lei Federal nº 8.666/93 para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alinea "a".

Em 09/12/2014 JÚLIO ČESAR B. VIEIRA

Observado os ditames legais, Ratifico a presente dispensa de ratifica-se à dispensa em análise, licitação, com fulço nos personas de licitação, com fulgo nos personas de licitações de lic de acordo com parecel anexo. Em 09/12/2014 RENATA N. V. SANCHES Departamento Jurídico

ANÁLISE JURÍDICA:

Em 09/12/2014 GERVANIO TSEI

RATIFICAÇÃO DO PRESIDENTE:

R\$ 7.959 80 (Sete mil e

## Legislativo Municipal de

DECRETO LEGISLATIVO N. º 004/2014

SÚMULA — Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplamentar por Anulação de Dotação e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Jardim Olinda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhes são conferidas tendo em vista o artigo 4º da Lei Municipal n º 890/2013 de 27/12/2013, Lei Municipal nº 723 de 18 de dezembro de 2014 e do artigo 43º da Lei Federal n º 4.320/64;

**Jardim Olinda** 

DECRETA

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício financeiro o Crédito Adicional Suplementar de R\$ 10.000,00 (Deis mil reals), destinado ao reforço da seguinte dotação orçamentária:

LEGISLATIVO MUNICIPAL ATIVIDADES LEGISLATIVAS Manutenção da Câmara Muni 01.001.01.031.0001.2.001 Manute 3.3.9.0.39.0000/09

Outros Serviços, de Terceiros - Pessoa Jurídica

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO....

Artigo 2º – Como recurso hábil para cobertura do presente Crédito Adicional Suplementar, fica cano igual importância da seguinte dotação do orçamento:

01001 01.001.01.031.0001.2.001 4.4.9.0.52.0000/10 Equipamentos e Material Permanente

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor nesta data, publicado no Edital da Câmara Municipal e posteriormente no Órgão de Imprensa Oficial do Município.

### PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ ESTADO DO PARANÁ

Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000 TERCEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE INAJÁ E A EMPRESA INAJÁ SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.

O Município de Inajá, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito Publico, com sede na Avenida Antonio Veiga Martins, nº80/82 inscrita no CNP] N º 76.970.318/0001-67 doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Alcides Elias Fernandes, em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado na Avenida Antonio Veiga Martins Nº 10, nesta cidade, portador da cédula de Identidade R.G. Nº 1.510.688 – SSP/PR e C.P.F. Nº 558.350.749-72 Se a Empresa INAJÁ SERVIÇOS MÉDIA, pessoa jurídica de direito privado, come sede na Rua São Tomé, Nº 337-B, na Cidade de Inajá, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ nº 17.420.903/0001-24, neste ato representada pelo Sr. PAULO SEGGIO BELINI, brasileiro, empresário, residente e domiciliado na Rua Pedro Paulo Venério, na Cidade de Paranacity, Estado do Paraná, portador da cédula de identidade R.G. Nº 1.754.608-2 e C.P.F. Nº 497.448.879-15, a seguir denominado CONTRATADO, acordam e ajustam firmar o presente termo, pelas condições, do Pregão Presencial Nº 003/2013 – PMI e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – ADITIVO

Nos termos do Art. 57, "D" da Lei 8.666/93, as partes resolvem aditivar o contrato no que diz respeito ao periodo descrito no Contrato Administrativo Nº 12/2013, por serem serviços executados de forma continua. Sendo assim, o referido contrato Através da solicitação recebida pelo Departamento de Saúde no qual trata a necessidade da prestação de serviço ao Estratégia Saúde da Família – ESF. Sendo assim, o contrato vigorará até . A empresa continuará prestando serviços médicos nos casos de CRURGIGAS DE PEQUENO PORTE, PLANTÕES DE URGENCIA E EMERGENCIA, INTERNAMENTOS CLÍNICOS REALIZADOS NO HOSPITAL MUNICIPAL ESPIRITO SANTO TOTALIZANDO 24 HORAS POR DIA, E ATENDIMENTO AMBULATORIAL (PPEN NATAL, PEDIATRIA E CLÍNICA MÉDICA NA UBS). PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA DO TRABALHO (PCMSO), PERICIAS MÉDICAS A SEREM REALIZADOS NOS SERVIDORES MUNICIPAIS, de acordo com os demais detalhes previstos no processo de licitação modalidade Presão Presencial N° 003/2013 – PMI. s previstos no processo de licitação modalidade Pregão Presencial Nº 003/2013 - PMI.

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do contrato originário, datado de 20 de fevereiro de 2013.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo. Inajá, 28 de agosto de 2014.

RINALDO ORLATO MAROLDI



CNPJ 76.970.359/0001-53

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 22/2014 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ – PR. E ADRIANA DOS SANTOS.

Pelo presente instrumento de rescisão contratual amigável, de um lado, a Prefeitura Municipal de Itaguajé, pessoa juridica, com sede na Avenida Munhoz da Rocha, nº. 605 Itaguajé /PR, inscrito no CNPI/MF sob o nº. 76.970.359/0001-53, doravante denominada Contratante, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor, Alfo MUGUSTO PARRON, Brasileiro, Casado, residente e domiciliado nesta Cidade á Rua Heitor José Tolentino nº 809, portador da cédula de identidade RG nº 4.090.569-3 PR, CPP nº 616.971.769-68 e de outro lado ADRIANA DOS SANTOS 83442131990, CNPJ Nº 19.468.880/0001-47, com sede na Rua das Primaveras nº 36 Jardim das Flores Itaguajé –PR, doravante denominado Contratado, na modalidade Dispensa de Licitação nº. 14/2014 tem entre si justo e contratado o que consta relatado nas cláusulas e condições abaixo:

DA RESCISÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA PRIMEIRA: As partes CONTRATANTES resolvem de comum acordo rescindir amigavelmente o Contrato de prestação de serviços nº. 22/2014, com vigência até 07/02/2015, de acordo com conveniência entre as partes, em conformidade com o artigo 79, inciso II, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA: As partes CONTRATANTES se declaram quitadas quanto aos direitos e obrigações oriundas do Contrato, ficando, portanto, a Administração desobrigada do pagamento das parcelas vincendes no período de 01/01/2014 à 07/02/2015, no valor RS 750,00 (setecentos e cinqüenta reasis) mensal, correspondente ao valor estabelecido na Cláusula Terceira do Contrato de prestação de serviço, considerando a rescisão do presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA: As partes signatárias deste instrumento elegem, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o Foro da Comarca da Colorado, para dirimir quaisquer questões referentes a este Termo de Rescisão Contratual Amigavel.

E, por se acharem justas e acordadas, firmam as partes, perante as testemunhas abaixo, o presente Termo de Rescisão Contratual Amigável, em 4 (quatro) vias, que terá sua eficácia condicionada a sua publicação no Diário Oficial do Município, para que produza sos efeitos legados.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJE PR.
JAIRO AUGUSTO PARRON
Prefeito Municipal Adriana dos santos CONTRATADA

TESTEMUNHAS

ALDRIANO JESUS MATIAS RG 28.864.315/SP CPF 844.582.549-20

CPF 042.262.249/49

LEI N.º 900/2014

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal proceder alteração do Perímetro Urbano da Cidade de Itaguajé, por anexação, e dá

O Prefeito Municipal de Itaquaié, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a declarar como urbana a área suburbana constituída pelo lote de terras suburbano sob o nº 57 - com área de 6800 M², situado na Gleba 01, Colônia Governador Lupion, no Município de Itaguajé - PR, o qual esta dentro das seguintes divisas e confrontações:

"Ao norte, numa distância de 59,00 metros, limita-se com a Rua Amazonas. Ao Leste, numa distância de 120,00 metros, limita-se com a chácara nº 58. Ao Sul, numa distância de 61,00 metros, limita-se com o Córrego Governador Lupion. Ao Oeste, numa distância de 105,00 metros, limita-se com a chácara nº 56".

"De 263°25'13", confrontando neste trecho com o <u>Córrego Lupion</u>, chegase ao marco P1, denominado por ponto inicial.

Art. 2º - A área constante do artigo anterior fica, a partir desta lei, incorporada ao perímetro urbano desta Cidade de Itaguajé e será destinada para

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaguajé Em 16 de Dezembro de 2.014.

Jairo Augusto Parron

Frefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, JAIRO AUGUSTO PARRON, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº. 10.520/02 e alterações posteriores, a vista da Ata de Sessão de Pregão Presencial e Parecer Jurídico, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos

10/12/2014
Contratação de Empresa do Ramo Comercial de Brinquedos para fornecimento de Brinquedos e Embalagens ao Departamento Municipial de Assistência Social para distribuição a crianças carentes do Municipio de 00 a 12 anos, por ocasão das festas Natalinas, conforme descrição constante no anexo I deste edital

Fornecedor: COMERCIAL VISA LTDA CNPJ/CPF: 03.677.262/0003-45

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	BONECA GIRLS FASHION DE PLASTICO COM SELO DO INMETRO	Unid	500,00	11,9800	5.990,00
2	PICK UP. COLEÇÃO RESGATE DE PLASTICO EXERCITO COM SELO DO INMETRO	Unid	500,00	12,1800	6.090,00
3	SACO PLASTICO PRES. 35X60 C/50 FLORES	Unid	9,00	18,9000	170,10
4	SACO PLASTICO PRES. 45X60 C/50 OCEANO	Unid	9,00	26,9000	242,10

Valor Total Homologado - R\$ 12.492,20

ITAGUAJÉ, 16 de dezembro de 2014.

JAKO AUGUSTO PARP

10.000,00

LEGISLATIVO MUNICIPAL ATIVIDADES LEGISLATIVAS Manutenção da Câmara Municipal

TOTAL DO CANCELAMENTO .....

Edificio da Câmara Municipal de Jardim Olinda em 18 de dezembro de 2.014.

Wanderlei Borian
Pracidente Biènio 2013/2014

C.N.P.J. (M.F.) 76.970.318/0001-67

PARAGRAFO ÚNICO

ALCIDES ELIAS FERNANDES PREFEITO MUNICIPAL DE INAJÁ

ANA PAULA DE OLIVEIRA



Nova Esperança, Sexta-feira,

Câmara Municipal de Cruzeiro do Sul

C.N.P.J Nº 01.517.961/0001-30 Tel: 44 - 3465-1130 - Fax: 44 - 3465-1479 Pr / E-mail: camarai

Portaria nº 005/2014

O Exmº Sr.JOSÉ ÂNGELO FERREIRA, Presidente da Câmara Municipal de Cruzeiro do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

Tornar público que a CAMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL- ESTADO DO PARANA, não terá atendimento ao Público de 19/12/2014 a 02/01/2015, em virtude de Recesso Legislativo.

Sala de Sessões "Celito Rasvailer" de Câmara Municipal de Cruzeiro do Sul - Pr, 12 de Dezembro de 2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE

José Angel Ferreira
Présidente

Portaria nº 007/2014

Art. 1º - Fica concedido o gozo de férias à Servidora Pública Municipal **Luciana de Melo Figueiredo.**Portadora do RG n.º 5.551.280-9 - exercendo o cargo de Advogaca na Câmara Municipal de Cruzeiro do Sul - Pr, no periodo de 05.01.2015 a 04.02.2015.

José Algelo Ferreira
Presidente

Portaria nº 008/2014

O Exmº Sr.JOSÉ ÂNGELO FERREIRA, Presidente da Câmara Municipal de Cruzeiro do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, resolve baixar a seguinte:

Art. 1º - Fica concedido o gozo de ferias A Servidora Pública Mcnicipal **Márcia da Silva Cabreiro**, Portadora da RG n.º 7.685.973-6 - exercendo o cargo de Auxiliar de Serviços Gerals na Câmara Municipal de Cruzeiro do Sul - Pr, no periodo de 05.01.2015 a 04.02.2015.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões "Celito Rasvailer" da ara Municipal de Cruzeiro do Sul - Pr, 17 de Dezembro de 2014.

José Angelo Ferreira
Presidente
Portaria n° 006/2014

Art. 1° - Fica concedido o gozo de férias ao Servidor Público Municipal **Giovanni Bernardes da Cunha**, Portador da RG 5.696.994-2 - exercendo o cargo de Assistente Legislativo na Canara Municipal de Cruzeiro do Sul - Pr, no periodo de 05.01.2015 a 04.02.2015

Sala de Sessões "Celito Rasvailer" da Câmara Municipal de Cruzeiro do Sul - Pr, 12 de DEZEMBRO de 2014.

Art. 1° - Fica concedido o gozo de ferias ao Servidor Público Municipal Rodrigo Rodrigues Martins, Portador da RG 6.879.976-7, exercendo o cargo de Contador na Câmara Municipal de Cruzeiro do Sul - Pr, no periodo de 05.01.2015 a 04.02.2015.

 $$\operatorname{\textbf{Art.}}$$  2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões "Celito Rasvailer" da Câmara Municipal de Cruzeiro do Sul - Pr, 17 de DEZEMBRO de 2014.

José Angel Tence
José ANGEN FERREIRA
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

ESTADO DO PARANÁ C.N.P.J. (M.F.) 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000

DECRETO N.º 044/2014,

DE 06 DE OUTUBRO DE 2014.

Art. 1.º - Exonerar o SR. DANIEL OLIVEIRA DE JESUS, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º 965.609-0/SSP-PR e C P F n.º 198.761 229-01 do

ua Jeauna de Identidade R.G. n.º 965.609-0/SSP-PR e C.P.F. n.º 198.761.229-91. de exercício do Cargo em Comissão denominado DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, simbolo CCI. em 66 de cumbro de 2014.

Prefeitura Municipal de

Jardim Olinda

**DECRETO Nº 723/2014** 

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

§ 1º - Os Servidores em recesso deverão ficar a disposição do Município e se apresentar de imediato se convocados para o serviço;

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as

JURACI PAES DA SILVA Prefeito Municipal

O Prefeito Municipal de Jardim Olinda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei.

LEGISLATIVO MUNICIPAL ATIVIDADES LEGISLATIVAS Manutenção da Câmara Municipal Outros Serviços de Terceiros – F TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO...

recurso hábil para cobertura do presente Crédito Adicional Suplementar al importância da seguinte dotação do orçamento:

ta Lei entrará em vigor na data de sus publicação, revogadas as disposi

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJA, ESTADO DO PARANA.
GABINETE DO PREFEITO, EM 06 DE OUTUBRO DE 2014

Alcides Elias Pernandes

ALCIDES ELIAS FERNANDES, Prefeito do Município de Inajá, araná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Súmula: "CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL - PR"

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na

Súmula: "CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA DE CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL - PR"

"REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE"

Súmula: "CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL - PR"

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Súmula: "CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL - PR"

"REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE"

DECRETO Nº 720/2014 - 15/12/2014.

O Prefeito Municipal de Jardim Olinda Estado do Paraná, Senhor Juraci Paes da Silva, no uso de suas atribulções legais que lhe foram conferidas, considerando o resultado de avaliação atuarál.

Art. 1º O RPPS do Município de Jardim Olinda, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09 628.435/00001-88, responsável pelo regime próprio de previdência dos servidores municípais dos Poderes Legislativo e Executivo, incluidas as autarquias e fundações, na forma do Art. 40 da Constituição Federal, é CREDOR junto à Prefeitura Municípal de Jardim Olinda da quantia R\$ 10.653.199,20 (dez milhões seiscentos e cinquenta e três mil cento e noventa e nove reals e vinte centavos), tendo como data base 31 de dezembro de 2013 (cuja quantia deve ser revisia anualmente a cada avaliação atuarial), correspondente ao déficit fecnico atuarial (custo suplementar) gerados pela ausência ou insuficiência de aliquotas de contribuição, inadequação da metodologia ou hipóteses atuariais ou outras causas que ocasionaram a insuficiência de ativos necessários às coberturas das reservas matemáticas previdenciárias.

§ 1º A Prefeitura Municipal de Jardim Olinda, compromete-se a quitar a quantia disposta no caput de forma definitiva e irretratável, configurando-se como "confissa extrajudicial", nos termos dos Arts. 348, 358 e 354 do C

§ 2ºA Prefeitura Municipal de Jardim Olinda renuncia expressamente a qualque contestação quanto ao valor e procedência da divida, assumindo integra responsabilidade pela exatidad do montante declarado e confessado, ficandia centretanto, ressalvado o direito do RPPS do municipio de Jardim Olinda de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas, não incluídas neste Decreto, ainda que relativas ao mesmo periodo.

Art. 2º O Município de Jardim Olinda, para obter o equilibrio financeiro e atuarial nos termos do Art. 1º, caput, da Lei Federal 9.717/88, do Art. 2º, caput da Portaria MPAS 4.992/99, do Art. 5º Il da Portaria MPS 204/08, do Art. 8º da Portaria MPS 402/08 e do Art. 8º da Portaria MPS 402/08 e do Art. 18, § 1º da Portaria MPS 403/08 realizará a amortização do déficit técnico atuarial em 28 (vinte e ofto) aros, conforme projeção de amortização da avaliação atuarial, constante no Anexo I deste Decreto. Parágrafo Único. Conforme projeção de amortização do déficit técnico atuarial, demonstrado no Anexo I, haverá a quitação no exercício de **2041**.

Art. 3º O Município de Jardim Olinda, para o exercício de 2014, realizará o pagamento do déficit técnico atuarial, com fulcro no Art. 19, §§ 1º e 2º da Portaria MPS 403, de 10 de dezembro de 2008, *na forma de aportes mensais de R§* 13,397,64 (træz mil terzentos e noventa e sete reais e sessenta e quadro centavos), conforme Anexo II deste Decreto, sucessivas até o 30º (trigésimo) día subsequente ao mês de competência.

§ 1º O vencimento dos primeiros repasses do exercício 2013 anteriores à edição deste Decreto dar-se-à até o último dia útil do mês subsequente ao da publicação deste Decreto e as demais parcelas seguem o disposto no caput.

§ 3º O RPPS do município de Jardim Olinda não está obrigado a providenciar qualquer notificação ou interpelação para constituir a Prefeitura Municipal em mora pelo não pagamento de qualsequer das parcelas do presente Decreto, sendo que o simples e puro inadimplemento já obriga o pagamento da totalidade remanescente.

§ 4º O não pagamento pela Prefeitura Municipal de quaisquer parcelas nos vencimentos estipulados, implicará no imediato vencimento do saldo devedor remanescente, passando a ser inscrito em divida na Divida Ativa do Municipio de Jardim Olinda, com os

§ 5º Fica facultado ao Chefe do Executivo editar Decreto para que seja retida determinada alíquota ou aporte periódico do FPM – Fundo de Participação dos Municípios e repassado ao RPPS do município de Jardim Olinda, dando cobertura ao pagamento do déficit técnico atuarial.

Art 4º Por influência de fatores biométricos, demográficos e econômicos o déficit técnico atuarial deverá ser revisto anualmente, ficando condicionado à realização das reavaliações atuariais anuais.

Parágrafo Único. Com base no Art. 18, § 2º da Portaria MPS 403, de 10 de dezembro de 2008, caso o plano de amortização não esteja contido na realização da reavaliação atuarial anual, na forma disposta nos Arts. 1º e 4º deste Decreto, ou caso contido não indicar a necessidade de alteração do plano de equacionamento do déficit técnico atuarial, a amortização será realizada na forma da projeção disposta no Anexo I do presente Decreto, pautando-se nas premissas e diretrizes fixadas na ultima Nota Técnica Atuarial, cabendo ao Chefe do Executivo a edição de Decreto para regulamentar a forma de amortização em cada exercício competente.

Art. 8º O Município de Jardim Olinda compromete-se a informar o pagamento de cada prestação mensal deste Decreto e o recolhimento de quaisquer contribuições previdenciárias correntes mensais, incidentes sobre a remuneração dos servidores efetivos, tanto a parte eritida dos servidores efetivos, quanto a parte patronal, em conformidade com as aliquotas previdenciárias apuradas pelo Cálculo Atuarial e definida em Ato Municipal, através dos seguintes documentos:

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIN OLINDA, 15 DE DEZEMBRO DE 2014

JURACI PAES DA SILVA PREFEITO MUNICIPAL

ANO	APORTES ANUAIS
2014	160.771,54
2015	225.080,16
2016	289.388,77
2017	353.697,39
2018	418.006,01
2019	482.314,62
2020	546.623,24
2021	610.931,86
2022	675.240.47
2023	739.549.09
2024	803.857.71
2025	868,166,32
2026	932.474,94
2027	996.783,56
2028	1.061.092,17
2029	1.125.400.79
2030	1.189.709,41
2031	1.254.018,02
2032	1,318,326,64
2033	1.382.635,26
2034	1.446.943.87
2035	1.511.252,49
2036	1.575.561.11
2037	1.639.869.72
2038	4 704 470 04

exo extraído da avaliação atuarial com data base de 31/12/2013 ANEXO II

MESES	DÉFICIT TÉCNICO	APORTES MI
2014	R\$ 160.771,54	-
1		R\$ 13.397,
2		R\$ 13.397,
3		R\$ 13.397,
4		R\$ 13.397,
5		R\$ 13.397,
6		R\$ 13.397,
7		R\$ 13.397,
8		R\$ 13.397,
9		R\$ 13.397,
10		R\$ 13.397,
11		R\$ 13.397,
12		R\$ 13.397.

LEI Nº 722/2014. DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

débitos do Município de Jardim Olinda com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS

Dispõe sobre o reparcelamento e parcela

Faz saber que a Câmara Municipal de Jardim Olinda aprovou e eu sa

LEI:

Art. 1º Fica autorizado o reparcelamento dos débitos oriundos das ções previdenciárias devidas e não repassadas pelo Município (patronal) ad Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, das competências (01/2002) a (06/2011): ento dos débitos oriundos das: contribuições previde repassadas pelo Município (patronal/aportes) ao Regime Próprio de Previdência Social RPPS, das competências (02/2013) a (10/2014); em até 30 (trinta) prestações mensais, iguais e consecutivas, nos termos do artigo 5º da Portaria MPS nº 402/2008, na redação das Portarias MPS nº 21//2013 e nº 307/2013.

Parágrafo único. É vedado o parcelamento, para o período a que se refere o caput deste artigo, de débitos oriundos de contribuições previdenciárias descontadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas e de débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias.

atualizados pelo IPCA, acrescido de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 0.5% (meio por cento), acumulados desde a data de vencimento até a data da

acrescido de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês, acumulados desde a data pagamento

cido de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 0,5% (meio por cento), acumulados desde a data de vencimento da prestação até o mês do efetivo

Municípios - FPM como garantia das prestações acordadas no termo de parcelame Parágrafo único. A garantia de vinculação do FPM deverá constar de

Art. 3º Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos

ula do termo de parcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as

Jardim Olinda, 15 de Dea bro de 2014. / Willia

LEI Nº 725/2014 - 18/12/2014

O Prefeito Municipal de Jardim Olinda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pala l ei

LEI

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento Geral do Municipio, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reals) destinado ao reforço das seguintes

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, fica utilizado o Excesso de Arrecadação; Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua hublicação, revogadas as disposições em contrano.

Edificio da Prefeitura Municipal de Jardim oli da Estado do Paraná, em 18 de dezembro de 2014. Decreto nº 724/2014 de 18/12/2014

JURIDICA
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SEDS - SERVIÇOS - PISO BÁSICO FIXO
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA

Artigo 3º

/ Wii

### DECRETO Nº 722 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

Súmula: "Dispõe sobre a reestrutura e nomeação dos membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar - COMAE, criado pela Lei № 332/99 de 28 de dezembro de 1.999". O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

Representante do Poder Executivo;
 Titular: Eliabe Cardoso
 Suplente: Sivaldo Lopes Ferreira

Representantes das Entidades Civis Organizada; Titular: Vanessa Tomé de Lima Suplente: Angelita de Cássia Martos Pallares Araújo Titular: Marlene Xavier de Souza Suplente: María Aparecida de Melo Freitas

PNAE; Elaborar o Regime Interno do COMAE;

tar relatório de atividades ao FNDE, sempre que solicitado

Artigo 5º - As funções dos membros do Conselho são consideradas atividades de relevante

Jardim Olinda, 17 de dezembro de 2014. LEI Nº 724/2014 - 18/12/2014

LEI Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 50.500,00 (cínquenta mil e quinhentos reais) destinado ao reforço das seguintes Dotações Orgamentárias.

| INTEGRAD | DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | GUIDA | DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 38,000,00 | DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | DEPARTAMENTO MUNICIPAL

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na bata de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Oloda, Estado do Paraná, em 18 de dezembro de



### **CÂMARA MUNICIPAL DE INAJÁ** Rua: Ronald Gomes N°. 46 - CEP 87.670-000 e-mail camarainaja@brturbo.com.br fone: (44) 3440-1537 CGC/MF. 01.600.393/0001-37

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2014 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2014 RATIFICO PROCESSO DE DISPENSA Nº 006/2014 - C.M.I, NA FORMA DOS PARECERES DA LEI

FUNDAMENTAÇÃO: LEI 8666 ART 24 É DISPENSAVEL LICITAÇÃO -

II. para outros serviços e comprisa de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alinea "a", do iniclo il do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compria ou alienação de maior vulto que possas ser realizada de uma só vez; (Redação dada pala Lei n° 9.648, de

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO REFERENTE À PUBLICAÇÃO DE ATOS

EMPRESA: DEL GROSSI & CIA LTDA.

PRESIDENTE

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 006/2014-C.M.I.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO		INDICAÇÃO DA DOTAÇÃO			
N°. 006/2014		01.001.01.031.0001.2.001.3390399000			
FUNDAMENTAÇÃO LEG → Lei n°. 8.666/93; Lei n°.		ei n°. 9.648/98 e suas po	sterior	es alterações.	
Contratante:	CÁMARA	MUNICIPAL DE INAJÁ	- PR		
Data da Contratação:	09/12/14				
Previsão legal;	Artigo 24,	II, da Lei nº. 8.666/93			
Fornecedor:	EDEMAR	DEL GROSSI			
Endereço:	RUA LOR	D LOVAT, N.º 500			
CNPJ:	79.989.50	5/0001-80			
Cidade:	NOVA ES	PERANÇA – PARANÀ			
DISPENSA DE LICITAÇ. ATOS OFICIAIS DO PODI	ER LEGISLA	TIVO.		IMPOSTOS: R\$ 7.800,00 (Sete mil e citocentos reais).	
TERMO CONTRATUAL:	CADAST	RO DE FORNECEDOR:	. 1	CONDIÇÃO DE AQUISIÇÃO:	
( X ) Sem Instrumento	1 ,	) Cadastrado		Imediata e/ou Parcelada	
( ) Contrato		X ) Não Cadastrado		FORMA DE PAGAMENTO:	
				Imediato	
Justificativa de es serviços de boa qualidade	colha de for e praticante	rnecedor: Empresa de de preços compatíveis d	caráte om os	r idôneo, que fornece produtos e/ou de mercado regional em geral	
Justificativa de a patamares justos e compa	ceitação do tíveis com os	preço: Os preços fore praticados no mercado	necidos	s pelo contratado encontram-se em	
Justifica-se, ainda serviços e compras de vak	, para os fir or até 10% (d	ns do artigo 24, caput, lez por cento) do limite p	II da previsto	Lei Federal nº 8.666/93 para outros na alínea "a".	
ANÁLISE DA CPL:		ISE JURIDICA:	la a a i a	RATIFICAÇÃO DO PRESIDENTE: Ratifico a presente dispensa de	

Em 09/12/2014
SERVANIO TS
Presidente da Câr



# Prefeitura do Município de Colorado

Avenida Brasil, 1250 - Centro - Caixa Postal 01 - CEP 88690-000 - Colorado - Paraná - (44) 3323.3033 CNPJ 76.970,328/0001-03 - coloradopr@coloradopr.gov.br

LEI COMPLEMENTAR Nº 06/2014

Súmula: Institui o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e as empresas de pequeno porte no âmbito do Município, na conformidade das normas gerais previstas no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07/08/2014 e dá outras providências.

### O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO, ESTADO DO PARANÁ:

Faco saber a todos, que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte Lei: Capítulo I DISPOSICÕES PRELIMINARES

- Art. 1°. Esta lei complementar estabelece o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e as empresas de pequeno porte no âmbito do Município, na conformidade das normas gerais previstas na Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa
- de Pequeno Porte, especialmente sobre:
- ue requeno Porte, especialmente sobre:

  I definição de microempresa e empresa de pequeno porte;

  II beneficios fiscais municipais dispensados às micro e pequenas empresas;

  III preferência nas aquisições de bens e serviços pelo Poder Público;

  IV incentivo à geração de empregos;

  V incentivo à formalização de empreendimentos;

  VI incentivos à inovação e an associativames.

- VI incentivo a iorinanzação e constituidades VI incentivos à inovação e ao associativismo; VII abertura e fechamento de empresas.
- Art. 2º. Para o recolhimento do Imposto sobre Serviços (ISS) devido pelas microempresa Art. 2º. Para o recoimmento do imposto sobre Serviços (ISS) devido pelas microempresas e empresas de pequeno porte estabelecidas em seu território, o Municipio adotará o regime jurídico tributário diferenciado, favorecido e simplificado, concedido a essas empresas (SIMPLES NACIONAL), instituido pela Lei Complementar nº 123, de 1 de dezembro de 2006, segundo as normas baixadas pelo Comitê Gestor de Tributação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos previstos no artigo 2º dessa Lei Complementar, conscielamento que solución.
- especialmente em relação:  $I-\dot{a}$  apuração e recolhimento do tributo, mediante regime único de arrecadação, inclusive
- I a apuração e recominento do trottos, mecanate regime tunte de arrecadação, inclusive obrigações acessórias (SIMPLES NACIONAL);

  II à instituição e abrangência do SIMPLES NACIONAL, bem como hipóteses de opção, vedações e exclusões, fiscalização e processo administrativo-fiscal;

  III às normas relativas aos acréscimos legais, juros e nulta de mora e de oficio, previstos pela legislação federal do Imposto de Renda, e imposição de penalidades.
- Art. 3º. No âmbito do Município, o tratamento favorecido e diferenciado aplicado às micro
- Art. 3. No almoito do Municipio, o tatalmento tavorectuo e diretenciado aplicado as microempresas e empresas de pequeno porte de que trata o art. 1º desta Lei Complementar será
  gerido pelo Comitê Gestor Municipal, com as seguintes competências:

  1 acompanhar a regulamentação e a implementação do Estatuto Nacional da Microempresa
  e da Empresa de Pequeno Porte no Município, inclusive promovendo medidas de integração
  e coordenação entre os órgãos públicos e privados interessados;

  II orientar e assessorar a formulação e coordenação da política municipal de desenvolvimento
  das microempresas e empresas de prequenca porte:
- das microempresas e empresas de pequeno porte; III acompanhar as deliberações e os estudos desenvolvidos no âmbito do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, do Fórum Estadual da Microempresa e da
- aas Microempresas e Empresas de requeno Porte, do Forum Estadual da Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte e do Comité para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios; IV—sugerir e/ou promover ações de apoio ao desenvolvimento da microempresa e da empresa de pequeno porte local ou regional. § 1º O Comitê Gestor Municipal atuará junto ao gabinete do Prefeito Municipal e será
- I representantes das Secretarias Municipais indicados pelo Sr. Prefeito Municipal, cabendo
- 1—representantes das Secretarias Municipais indicados pelo Sr. Prefeito Municipai, cabendo a um deles a coordenação do órgão;
  II representantes de entidades do comércio, indústria, serviços ou de produção rural existentes no município;
  III representante dos Contabilistas instalados no município;
  IV representante de entidade de apoio ou representativa das micro e pequenas empresas existentes en punicípio; existentes no município;
- V representantes das demais entidades existentes no município e que apóiem o desenvolvimento da microempresa e da empresa de pequeno porte. § 2º Cada representante efetivo terá um suplente e mandato por um período de 02 (dois anos), permidia recondução:
- anos), permitida recondução. § 3º Os representantes das Secretarias Municipais, no caso de serem os próprios titulares das respectivas Pastas, terão seus mandatos coincidentes com o período em que estiverem no exercício do cargo. § 4º O suplente poderá participar das reuniões com direito a voto, devendo exercê-lo, quando
- § 4" O suplente podera participar das reunioses com direito a voto, devendo exerce-lo, quando representar a categoria na ausência do titular efetivo.

  § 5" No prazo de 30 (trinta) dias a contar da entrada em vigor desta lei os Membros do Comitê Gestor Municipal deverão ser definidos e indicados em Decreto do Executivo e no prazo de mais 30 (trinta) dias o Comitê elaborará seu regimento interno.

  § 6" No regimento interno deverá ser definida a Secretaria Executiva.

  § 7" O Poder Executivo poderá conferir caráter normativo às decisões do Comitê Gestor Municipal, "ad referendum" do Poder Executivo Municipal.

  8 8" A função de membro do Comitê Gestor Municipal, não será remunerada, sendo seu
- § 8º A função de membro do Comitê Gestor Municipal não será remunerada, sendo seu
- exercício considerado de relevante interesse público.
- exercicio considerado de relevante interesse público.

  § 9º Caberá ao Coordenador do Programa a função de "ELO DE LIGAÇÃO" entre a Administração Pública e o Comitê Gestor.

  § 10º Caberá ao prefeito municipal a nomeação do Agente de Desenvolvimento, de que trata o artigo 85-A da Lei Complementar 123/2006, na redação da Lei Complementar 128/2008.

  § 11º O Agente de Desenvolvimento de que trata o parágrafo anterior;

  1- terá suas funções determinadas pelo Comitê Gestor em consonância com as ações públicador de la complementar com a successiva de la complementar com a successiva de la complementar com as ações públicador de la complementar com a successiva de la complementar com a complementar complementar com a complementar complementar com a complementar c cas para a promoção do desenvolvimento local e regional previstas na Lei Complementar
- cas para a promoção do desenvolvimento local e regional previstas na Lei Complementar 123/2006 e atuará sob sua supervisão; 
  II deverá preencher os seguintes requisitos: 
  a) residir na área do município; 
  b) haver concluído, com aproveitamento, curso de qualificação básica para a formação de 
  Agente de Desenvolvimento; 

  O horace acudida suriem médifo.
- c) haver concluído o ensino médio. CAPÍTULO II

### DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESA E DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DEFINIÇAO DE MICROEMPRESA E DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE
Art. 4º. Para os efeitos desta Lei, considera-se:

1- microempresa ou empresa de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples
e o empresário assim definidas no art. 3º e seus parágrafos, como nos art. 3-A e 3-B, da Lei
Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

11- pequeno empresário, para efeito de aplicação do disposto no artigo 970 e no § 2º do artigo
1.179 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, é o empresário individual caracterizado
como microempresa da forma da Lei Complementar Federal referida no inciso anterior, que
suffra receita butta anual até o limite previsto nos 8 10 e 2 do at at 1.8.4 da Lei Comple-

aufira receita bruta anual até o limite previsto nos §§ 10 e 20 do art. 18-A da Lei Comple nentar Federal nº 123/2006 mentar Federal nº 123/2006; III - microempreendedor individual – MEI, para efeito de aplicação de dispositivos especiais previstos nesta lei, o empresário individual que optar por pertencer a essa categoria, desde que tenha auferido receita bruta, no ano calendário anterior, até o limite previsto no § 1o do art. 18-A e atenda todos os requisitos previstos nos artigos 18-A, 18-B, 18-C, 18-D e 18-E e seus parágrafos da Lei Complementar Federal 123/2006;

Parágrafo único. Os valores de referência constantes desta Lei obedecerão as atualizações

aprovadas mediante alteração da Lei Complementar Federal.

# ação da Lei Complementar Federal. CAPÍTULO III INSCRIÇÃO E BAIXA Seção I Alvará de Funcionamento Provisório

Art. 5º. Nenhum estabelecimento comercial, industrial, de prestação de serviços ou de outra

natureza poderá se estabelecer ou funcionar sem o alvará de licença, que atestará as condições do estabelecimento concernentes à localização, à segurança, à higiene, à saúde, à ordem, aos costumes, ao exercício de atividades dependentes de concessão, permissão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública, ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos, à garantia do cumpr posturas, observado o seguinte:

I – quando o grau de risco da atividade não for considerado alto, conforme definido em regulamento próprio do ente federativo, será emitido Alvará de Funcionamento Provisório, que permitirá o início de operação do estabelecimento imediatamente após o ato de registro; II – sendo o grau de risco da atividade considerado alto, a licença para localização será concedida após a vistoria inicial das instalações consubstanciadas no alvará, decorrente das atividades sujeitas à fiscalização municipal nas suas zonas urbana e rural, mediante o servicio de consecuencia de cons

recolhimento da respectiva taxa. § 1º. Na hipótese do inciso I do "caput" deste artigo, deverão ser respeitadas as con

I - o Alvará de Funcionamento Provisório será acompanhado de informações concernentes aos requisitos para funcionamento e exercício das atividades econômicas constantes do objeto social, para efeito de cumprimento das normas de segurança sanitária, ambiental e de

onjeto sociat, para eterior de cumprimento das inormas de seguiança samianta, amotana e de prevenção contra incêndio, vigentes no Municipio;

II - a emissão do Alvará de Funcionamento Provisório dar-se-á mediante a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade por parte do responsável legal pela atividade, pelo qual este firmará compromisso, sob as penas da lei, de observar, no prazo indicado, os requisitos de que trata o inciso anterior; III - a transformação do Alvará de Funcionamento Provisório em Alvará de Funcionamento

111 - a transformação do Alvara de r uncionamento Provisorio em Alvara de Funcionamento Definitivo será condicionada à apresentação das licenças de autorização de funcionamento emitidas pelos órgãos e entidades competentes, sendo que os órgãos públicos municipais deverão emitir tais laudos de vistorio au de exigências no prazo máximo de 30 (trinta) dias. § 2°. Considerando a hipótese do inciso II do "caput" deste artigo, não sendo emitida a licença de autorização de funcionamento ou laudo de exigências no prazo de 30 (trinta) dias.

da solicitação do registro, será emitido, pelo órgão responsável, o Alvará de Funcionamento Provisório, nos termos do parágrafo anterior. § 3º. O Poder Executivo definirá, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação

desta Lei Complementar, as atividades cujo grau de risco seja considerado alto e que

desta Lei Complementar, as atividades cujo grau de risco seja considerado alto e que exigiño vistoria prévia; 
1 - na falta de legislação municipal específica relativa a definição do grau de risco da atividade, aplicar-se-á a Resolução CGSIM nº 22 de 22 de Junho de 2010; 
11 - As empresas que desenvolvam atividade de alto risco, cumpridas todas as exigências estabelecidas ingressarão com pedido de alvará de localização e funcionamento; § 4º As atividades eventuais, tais como, feiras, festas, circos, bem como de comércio ambu-

lante e de autônomos não estabelecidos, não estão abrangidas por este artigo, devendo ser iame e de autonomos nao estadericcitos, nao estado abrangitas por este arrigo, devendo ser aplicada a legislação específica. § 5º É obrigatória por parte da empresa á fixação, em local visível e acessível à fiscalização, do alvará de licença para localização; § 6º Será exigida renovação de licença para localização sempre que ocorrer mudança de ramo

de atividade, modificações nas características do estabelecimento ou transferência de local:

Art. 6º. O Alvará de Funcionamento Provisório será imediatamente cassado quando: I - no estabelecimento for exercida atividade diversa daquela autorizada

II – forem infringidas quaisquer disposições referentes aos controles de poluição, ou se o funcionamento do estabelecimento causar danos, prejuízos, incômodos, ou puser em risco por qualquer forma a segurança, o sossego, a saúde e a integridade física da vizinhança ou destabelecimento causar danos, prejuízos, incômodos, ou puser em risco por qualquer forma a segurança, o sossego, a saúde e a integridade física da vizinhança ou destabelecimento causar danos de capacidades física da vizinhança ou destablecimento causar danos de capacidades física da vizinhança ou destablecimento capacidades física da vizinhança da vi

III – ocorrer reincidência de infrações às posturas municipais; IV - for constatada irregularidade não passível de regularização.

V - for verificada a falta de recolhimento das taxas de licença de localização e funcio-Art. 7º. O Alvará de Funcionamento Provisório será imediatamente declarado nulc

 I - expedido com inobservância de preceitos legais e regulamentares II - ficar comprovada a falsidade ou inexatidão de qualquer declaração, documento ou o descumprimento do termo de responsabilidade firmado

Art. 8º. A interdição ou desinterdição do estabelecimento, cassação, nulidade e restabelecimento do Alvará de Funcionamento Provisório competem ao titular da Secretaria ou mediante solicitação de órgão ou entidade diretamente interessado.

Art. 9º. O Poder Público Municipal poderá impor restrições às atividades dos estabelecimentos com Alvará de Funcionamento Provisório ou Definitivo, no resguardo do interesse

Art. 10. Após o ato de registro e seu respectivo acolhimento pela Prefeitura do Município, fica o requerente dispensado de formalização de qualquer outro procedimento administrativo para obtenção do Alvará de Funcionamento Definitivo, devendo as Secretarias interessadas processar o procedimento administrativo de forma única e integrada. Art. 11. Dentro de 180 dias a partir da publicação desta Lei o Município implantará o "Al-

vará Digital", caracterizado pela concessão por meio digital, de alvará de funcionamento, inclusive autorizando impressão de documento fiscal, para atividades econômicas em início de atividade no território do município.

§ 1º O pedido de "Alvará Digital" deverá ser precedido pela expedição do formulário de

sulta prévia para fins de localização, devidamente deferido pelo órgão competente da Secretaria Municipal de Fazenda. § 2º Fica disponibilizado no site do município o formulário de aprovação prévia, que será transmitido por meio do mesmo site para a Secretaria da Fazenda, a qual deverá responder via e-mail, ou correspondência, em 48 (quarenta e oito) horas, acerca da compatibilidade do ocal com a atividade solicitada. 3º Os imóveis reconhecidos con

tocar com a atividades solicitada. § 3º Os imóveis reconhecidos como de atividades econômicas de acordo com classificação de zoneamento disponibilizada pela administração pública municipal, bem como os profissionais autônomos, terão seus pedidos de consulta prévia para fins de localização respondidos em até 48 (quarenta e oito) horas, a contar do início do expediente seguinte § 4º O alvará previsto no caput deste artigo não se aplica no caso de atividades eventuais e de comércio ambulante.

Art. 12. Da solicitação do "Alvará Digital", disponibilizado e transmitido por meio do site do município, constarão, obrigatoriamente, as seguintes informações:  $I-nome \ do \ requerente \ e/ou \ responsável \ pela \ solicitação \ (contabilista, \ despachante \ e/ou$ II – cópia do registro público de empresário individual ou contrato social ou estatuto e ata.

no órgão competente e; III – termo de responsabilidade modelo padrão, disponibilizado no site do município.

(Continua na página seguinte)

"Dispõe sobre a forma de amortização do déficit técnico atuaria! (custo suplementar) para obtenção do equilibrio financeiro e atuaria! que o Município tem em face do RPPS do Município de Jardim Olinda. Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédi l do Município, no valor de RS 50.500,00 (fifty thousand five DECRETA

Ementa: Abre Crédito Especial e da outras pr

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédio, no valor de R\$ 3.000,00 (three thousand and xx / 100),

Representantes dos Professores ou trabalh Fitular: Vanessa Aparecida de Moura Suplente: Nivea Aparecida Di Stefano Fitular: Andressa Dias da Costa Suplente: Alexandra Afonso de Carvalho Ito

Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública; TRular: Andréa Aparecida Ferreira Suplente: Jaqueline Kaory Okubo TRular: Divina Aparecida Sales Suplente: Polina Cristina Melo da Silva

Elabora o Regime Interno do COMAE; Participar da elaboração dos cardápios do Programa da Merenda Escolar, respeitando os hábitos alimentares da localidade, sua vocação agrícola e a preferência pelos produtos "in natura", comforme o disposto nos Artigos 5º e 6º da Medida Provisória Pa 1.784. Promover a integração de instituições, agentes da comunidade e órgãos públicos, a fim de auxiliar a equipe da Prefeitura Municipal, responsável pela execução do PNAE, quanto ao planejamento, acompanhamento, controle e avaliação da prestação dos serviços da

Programa; Zelar pela qualidade doa produtos, em todos os níveis, desde a aquisição até a distribuição, observando sempre a boxas práticas higiênicas e sanitárias; Orientar na aquisição dos alimentos para o PNAE, assessorar a comissão de licitação na seleção dos fornecedores e de produtos de boa qualidade observando normas fixadas no § 2º do Art. 3º da Resolução nº 0º 200 de 21/20/3º9. Assegurar a inspeção dos àlimentos nos armazéns e orientar as escolas quando da recepção e amazenagem dos produtos, bem como orientar a coleta de amostras para serem submetidas à análise laboratorial nos casos de alteração das características do

produto;

Acompanhar e avaliar o serviço de merenda escolar nas escolas;

Apreciar e votar, em sessão aberta ao público, o Plano de Ação da Entidade Executora

quanto à aplicação dos recursos para o PNAE, bem como a prestação de contas a ser

apresentada aos órgãos de Controle Intermo e Externo;

Apresentra a Prefetiura Municipal, proposta de recomendações de como devem ser

prestados os serviços de merenda escolar no município, adequada à realidade local e as

diretrizes de acendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar —PNAE;

Divulgar todos os recursos financeiros recebidos do FNDE em locais públicos;

Artigo 4º - O mandato dos membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar, anos, podendo ser reeleito ou reconduzido somente uma vez para outro mandato



### (Continuação da página anterior)

Art. 13. Será pessoalmente responsável pelos danos causados à empresa, ao município e/ ou a terceiros os que, prestarem informações falsas ou sem a observância das Legislações federal, estadual ou municipal pertinente.

Art. 14. A presente lei não exime o contribuinte de promover a regularização perante os de mais órgãos competentes, assim como nos órgãos fiscalizadores do exercício profissional.

Art. 15. O "Alvará Digital" será declarado nulo se

Net 1.0 Avana Digual szta dechadol dudo.
 1.1 – expedido com inobservância de preceitos legais e regulamentares;
 II. – ficar comprovada a falsidade ou inexatidão de qualquer declaração ou documento ou o descumprimento do termo de responsabilidade firmado;
 III. – ocorrer reincidência de infrações às posturas municipais;

### Consulta Prévia

Art. 16. A solicitação do Alvará Inicial de Localização e suas alterações para funciona

Ant. 10. A solichação do Avida inicia de Localização e sas alterações para intendiamento de estabelecimento no Município será precedida de consulta prévia nos termos do regulamento.

Parágrafo único. A consulta prévia informará ao interessado:

I – a descrição oficial do endereço de seu interesse com a possibilidade de exercício da

atividade desejada no local escolhido; II - todos os requisitos a serem cumpridos para obtenção de licenças de autorização de ionamento, segundo a natureza da atividade pretendida, o porte, o grau de risco e a

tocatização.

Art. 17. O Órgão municipal competente dará resposta à consulta prévia num prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas) para o endereço eletrônico fornecido ou, se for o caso, para o endereço do requerente, informando sobre a compatibilidade do local com a atividade solicitada.

### Disposições Gerais Subseção I

Parágrafo único. Compete ao órgão responsável pelos registros administrativos do Município através do seu Núcleo de Processamento de Dados, zelar pela uniformidade e consistência das informações da CNAE – Fiscal, no âmbito do Municípi

### Subseção II

Entrada única de dados

Art. 19. Será assegurada ao contribuinte entrada única de dados cadastrais e de documentos, observada a necessidade de informações por parte dos ôrgãos e entidades que compartilham das informações cadastrais e terá como central de atendimento o Departamento de Tributação, conforme determina o art. 8º e seus incisos e alíneas da Lei Complementar 123/2006 Parágrafo único. Para facilitar o andamento dos processos o Município adotará o Cadastro Nacional Único de Contribuintes, conforme inciso VI, do art. 1º da Lei Complementar

Art. 20. Para orientar e auxiliar na simplificação dos procedimentos de registro e funcionamento de empresas no município, fica criada a Sala do Empreendedor com as seguintes

I - disponibilizar aos interessados as informações necessárias à emissão da inscrição municinal e alvará de funcionamento, mantendo-as atualizadas nos meios eletrônicos de

em regulamento;

III – orientação sobre os procedimentos necessários para a regularização de registro e funcionamento bem como situação fiscal e tributária das empresas;

IV – formalização do Microempreendedor Individual através do cadastro no portal do

V – sacessoramento na elaboração da Declaração de Faturamento Anual do MEI;
VII – recebimento de orientações sobre a abertura, alteração e encerramento da emp
Prefeitura, na Junta Comercial e na Receita Federal;

§ 1º - Para a consecução dos seus objetivos na gestão da Saía do Empreenadori, a Administração Municipal poderá firmar parceria com outras instituições públicas ou privadas, para oferecer orientação sobre a abertura, funcionamento e encerramento de empresas, incluindo apoio para elaboração de plano de negócios, pesquisa de mercado, orientação sobre crédito, associativismo e programas de apoio oferecidos no Município.
§ 2º - Em até 180 (Cento e o citenta) dias da entrada em vigor desta Lei Complementar, o Padar Exercitor da outra funçatora, reacondadora de actual de actual de de responsable de actual de actual de actual de de responsable de responsable de de responsable de de responsable de respo

Poder Executivo deverá implantar e regulamentar a sala do empreendedor Subseção III

Microempreendedor Individual – MEI

§ 2º Ficam reduzidos a 0 (zero) os valores referentes a taxas, emolumentos e demais custos

y 2 ricam reduzidos a U (zero) os valores referentes a taxas, emolumentos e demais custos relativos ao registro de abertura, inscrição e baixa, ao alvará, à licenças, vistorias, ao cadastro e aos demais itens relativos ao disposto neste artigo;

§ 3 Exceto nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado alto, poderá o Município conceder Alvará de Funcionamento Provisório para o Microempreendedor individual:

I - instaladas em áreas desprovidas de regulação fundiária e imobiliária, inclusive habite

II - em residência do microempreendedor individual, na hipótese em que a atividade não gere grande circulação de pessoas.

I - articular as competências próprias com os órgãos e entidades estaduais e federais con o objetivo de compatibilizar e integrar seus procedimentos, de modo a evitar a duplicidade

de exigências e garantir a linearidade do processo: de exigencias e garantir a linearidade do processo; II – adotar os procedimentos que tratam do processo de registro e de legalização de empresários e de pessoas jurídicas oriundos do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios, nos termos do art. 2°, III, e § 7°, da Lei Complementa Federal nº 123/2006. § 1° Os requisitos de segurança sanitária, controle ambiental e prevenção contra incêndios,

para os fins de registro e legalização de microempresas e empresas de pequeno porte, deverão âmbito de suas competências

Art. 23. O Poder Executivo regulamentará o funcionamento residencial de pequenos esta belecimentos comerciais, industriais ou de prestação de servicos, cuias atividades estejam de acordo com o Código de Posturas, Vigilância, Meio Ambiente e Saúde.

Parágrafo único. A tributação municipal do imposto sobre imóveis prediais urbanos deverá assegurar tratamento mais favorecido ao MEI para realização de sua atividade no mesmo local em que residir, mediante aplicação da menor aliquota vigente para aquela localidade, seja residencial ou comercial, nos termos da lei, sem prejuízo de eventual isenção ou

### CAPÍTULO IV TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES

de Pequeno Porte cadastradas no Simples Nacional, e que atendam em especial as regras constantes dos art. 12 a 41 da Lei Complementar Federal 123/2006

I - à definição de microempresa e empresa de pequeno porte, abrangência, vedações ao regime forma de opção e hipóteses de exclusões II – às alíquotas, base de cálculo, apuração, recolhimento dos impostos e contribuições e

repasse ao erário do produto da arrecadação; III – às obrigações fiscais acessórias, fiscalização, processo administrativo-fiscal e proces

pela legislação federal do Imposto de Renda e imposição de penalidades;

§ 2º Poderá o Município, mediante deliberação exclusiva e unilateral e, inclusive de modo

diferenciado para cada ramo de atividade, conceder redução do ISS devido por microempresa ou empresa de pequeno porte, hipótese em que será realizada redução proporcional ou ajuste do valor a ser recolhido, relativo ao regime previsto neste artigo, na forma definida em resolução do Comitê Gesto

Art. 25. As regras baixadas pelo Comitê Gestor de Tributação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte instituído pelo artigo 2º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, desde que obedecidas as competência que lhe é outorgada pela referida lei complementar, a qual será implementada no Município por Decreto do Executivo. Parágrafo único. Essa atribuição poderá ser delegada à Secretaria de Finanças ou ao Comitê

Gestor Municipal definido no artigo 3º, se este órgão tiver competência para baixar atos

porte enquadradas no SIMPLES NACIONAL, serão correspondentes aos percentuais fixa dos para o ISS nos anexos III, IV, V e VI da Lei Complementar nº.123/2006, salvo se tais percentuais forem superiores às alíquotas vigentes no município para as demais empre hipótese em que serão aplicáveis para as microempresas e empresas de pequeno porte e mina os art. 18°, seus parágrafos e anexos III, IV, V e VI, da Lei entar Federal nº. 123/2006

§ 1º A exceção prevista na parte final do "caput" não se aplicará caso a alíquota incidente para microempresa ou empresa de pequeno porte seja inferior a 2% (dois por cento), hipótese em que será aplicada esta alíquota § 2º O Poder Executivo estabelecerá, quando conveniente ao erário ou aos controles fiscais

e na forma estabelecida pelo Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN), as hipóteses de cobrar valores fixos mensais para o recolhimento do Imposto sobre Serviços devido po coolar valores rivos incisas para o recominento do imposo sobre serviços devido por microempresa que aufira receita bruta, no ano-calendário anterior, até o limite estabelecido no artigo 18, §§ 18, 19, 20 e 21 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, ficando a microempresa sujeita a esses valores durante todo o ano-calendário.

Art. 27. No caso de prestação de serviços de construção civil prestados por microempresas e empresas de pequeno porte, o tomador do serviço será o responsável pela retenção e arrecadação do Imposto Sobre Serviços devido ao município, segundo as regras comuns da

alrecauação do imposto, obedecido o seguinte:

I – o valor recolhido ao município pelo tomador do serviço será definitivo, não sendo objet de partilha com os municípios, e sobre a receita de prestação de serviços que sofreu a retenção não haverá incidência de ISS a ser recolhido no Simples Nacional conforme determina os

II - será aplicado o disposto no artigo 24; III – tratando-se de serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da Lista de Serviços anexa à Lei Complementar nº. 116, de 31 de julho de 2003, da base de cálculo do ISS será abatido

Art. 28. Na hipótese de os escritórios de serviços contábeis optarem por recolher os tributos devidos no regime de que trata o artigo 19, o Imposto sobre Serviços devido ao município será recolhido mediante valores fixos, devendo o Poder Executivo estabelecer forma

prazo desse recolhimento. Conforme determina o art. 18, §§ 22-A, 22-B e 22-C, da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

entidades representativas de classe, firmar convênios e acordos com a União, os Estados, o Distrito Federal e o Município, por intermédio dos seus órgãos vinculados; II – fornecer, na forma estabelecida pelo Comitê Gestor, resultados de pesquisas quantitativas

e qualitativas relativas às microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simple Nacional por eles atendidas;

empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional por eles atendidas. § 2º Na hipótese de descumprimento das obrigações de que trata o parágrafo anterior, o

corresponderá ao percentual de ISS previsto nos Anexos III, IV, V ou VI da Lei Complementa Federal 123/06, para a faixa de receita bruta a que a microempresa ou a empresa de pequenc orte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação:

III - na hipótese do inciso II deste parágrafo, constatando-se que houve diferença entre a alíquota utilizada e a efetivamente apurada, caberá à microempresa ou empresa de pequenc porte prestadora dos serviços efetuar o recolhimento dessa diferença no mês subsequente ac cio de atividade em guia própria do Município

de que tratam os incisos I e II deste parágrafo no documento fiscal, aplicar-se-á a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à maior alíquota prevista nos Anexos III, IV, V

com os municípios, e sobre a receita de prestação de serviços que sofreu a retenção não haverá incidência de ISS a ser recolhido no Simples Nacional. Parágrafo único. Na hipótese de que tratam os incisos I e II do "caput", a falsidade na presta-ção dessas informações sujeitará o responsável, o títular, os sócios ou os administradores da microempresa e da empresa de pequeno porte, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrerem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária.

controles necessários para acompanhamento da arrecadação feita por intermédio do SIMPLES NACIONAL, bem como do repasse do produto da arrecadação e dos pedidos de restituição ou compensação dos valores do SIMPLES NACIONAL recolhidos indevidamente ou em montante superior ao devido conforme determina os art. 21 e 22 da Lei Complementar Federal nº 123. Parágrafo ûnico. No prazo de 90 (noventa) dias a contar da entrada em vigor das nomas tributárias relativas ao SIMPLES NACIONAL, a Procuradoria Fiscal do Municipio deverá firmar convênio com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para manter sob seu controle os procedimentos de inscrição em dívida ativa municipal e a cobrança judicial do Imposto sobre Serviços devidos por microempresas e empresas de pequeno porte determinação dada pelo art. 41, § 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

Art. 31. Aplicam-se às microempresas e empresas de pequeno porte submetidas ao Imposto sobre Serviços, no que couber, as demais normas previstas na legislação municipal desse imposto (Sistema Tributário do Município).

8 1º Aplicam-se aos impostos e às contribuições devidos pelas microempresas e empresas de no porte enquadradas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, porém não optantes do Simples Nacional, as demais normas previstas na legislação mur

tod simples Nacional, as uciniais normais previsatas na registação municipar desse imposiv (Sistema Tributário do Município). § 2º Deverão ser aplicados os incentivos fiscais municipais de qualquer natureza âs micro-empresas e epuçueno porte enquadradas na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, optantes ou não pelo Simples Nacional e desde que preenchidos os requisitos e condições legais estabelecidas. Seção II

### Do Microempreendedor Individual - MEI

Art. 32. O Microempreendedor Individual – MEI de que trata o inciso III do artigo 4º poderá recolher os impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês, obedecidas as normas específicas previstas nos artigos 18-A, 18-B, 18-C, 18-D e 18-E da Lei Complementar Federal 2 123/2006, na redação da Lei Complementar Federal 128/2008, e na forma regulamentada

Parágrafo único. Em relação ao disposto no "caput", o valor relativo ao ISS, caso o Micro Paragraro unico. Em relação ao disposto no "caput", o vaior relativo ao ISS, caso o Microem-preendedor Individual — MEI seja contribuinte desse imposto, será aquele determinado pela alínea "c" do inciso V, do § 3º da Lei Complementar Federal 123/2006, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês, não se aplicando a ele qualquer isenção ou redução de base de cálculo relativa ao ISS, prevista nesta lei complementar. Seção III

### Dos Benefícios Fiscais Subseção I

Do Benefício Fiscal Relativo ao ISS

Art. 33. O valor do Imposto Sobre Serviços devido pela microempresa, considerado o conjunto de seus estabelecimentos situados no Município, que, a partir da entrada em vigor da presente Lei e baixado o regulamento deste artigo pelo Poder Executivo Municípal, venha a admitir e manter pelo menos mais um empregado regulamente registrado, fica reduzido dos percentuais a seguir, aplicados de forma proporcional à receita bruta anual auferida no exercício anterior: I - 10% (dez por cento) até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

II - 5% (cinco por cento) de R\$ 360 000 01 (trezentos e sessenta mil reais e um centavo) até

II - 5% (cinco por cento) de RS 360.000,01 (trezentos e sessenta mil reais e um centavo) atè RS 540.000,01 (quinhentos e quarenta e sessenta mil reais). § 1º Enquanto não ultrapassado o limite máximo de R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais), durante todo o exercício do incentivo, os contribuintes recolherão o Imposto com o desconto proporcional à receita bruta na forma prescrita no "caput". § 2º O beneficio total de redução de base de cálculo concedido nos termos deste artigo, bem

no do artigo 29 e do inciso I do artigo 33 não poderá resultar em alíquota inferior a 2% do ISS devido no período pelo contribuinte

Subseção II

Incentivo Adicional para Geração de Empregos

Art. 34. Como incentivo adicional para a manutenção e geração de empregos, o contribuinte enquadrado neste regime como microempresa, com recita bruta anual até o limite constante do art. 3, I da Lei Complementar 123/2006 de até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), a partir da entrada em vigor da presente Lei e baixado o regulamento deste artigo pelo Poder Executivo Municipal fio actual reador de aduntador de actual como constante do actual de municipal fio adultivir do importe datido mengalmento, en empregado empregado empresa de actual como constante de actual como como constante de actual com Executivo Municipal, fica autorizado a deduzir do imposto devido mensalmente, por empregado regularmente registrado (Lei Complementar nº. 123/2006, art. 18, § 20):

regularmente registrado (Let Complementar n°. 128/2006, art. 18, § 20):

I - 1% (hum por cento) por empregado, até o máximo de 5 (cinco);

II - 2% (dois por cento) por empregado adicional a partir do 6° (sexto) registrado.

§ 1° O beneficio a que se refere este artigo não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do valor do imposto devido em cada período de apuração.

§ 2° A empresa que pretender receber os beneficios constantes desta subseção deve requerer junto ao departamento de Tributação do Município através de requerimento aprovado em Panulamente, instruído capo os documentos nearescivias ao cumerimento des requisitos. Regulamento, instruído com os documentos necessários ao cumprimento dos requisitos ara obtenção do beneficio, devendo o mesmo ser encaminhado para analise e aprovação do Comitê Gestor Municipal

Subseção III

Dos Demais Beneficios

Art. 35. O pequeno empreendedor referido no inciso II do art. 4º e a microempresa que tenha auferido receita bruta, no ano calendário anterior, até o limite previsto no § 10 do art. 18-A, a partir da entrada em vigor da presente Lei e baixado o regulamento deste artigo pelo Poder Executivo Municipal, ficam: I - beneficiadas pela redução de 90% (noventa por cento), conforme inciso I do art. 38º-B, da Lei Complementar 123/2006

Art. 36. A microempresa que tenha auferido no ano imediatamente anterior receita bruta anual superior ao limite previsto no § 10 do art. 18-A, a partir da entrada em vigor da presente Lei e baixado o regulamento deste artigo pelo Poder Executivo Municipal, terá reduzida em 50% (cinquenta por cento), conforme inciso II do art. 38°-B, da Lei Complementar 123/2006;

Art. 37. A redução prevista no Inciso I do artigo 35 e no artigo anterior, estendem-se aos estabelecimentos comerciais e industriais enquadrados no Estado como microempresas para efeito do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, observado o limite de receita bruta prevista no inciso I do artigo 2º. Parágrafo único. A empresa que pretender receber os benefícios con

requerer junto ao departamento de Tributação do Município através de requerimento aprovado em Regulamento, instruído com os documentos necessários ao cumprimento dos requisitos para obtenção do beneficio, devendo o mesmo ser encaminhado para analise e aprovação do Comitê Gestor Municipal Subseção IV

Incentivo à Formalização

Art. 38. Até 360 (trezentos e sessenta) dias a partir da entrada em vigor desta Lei, qualquer estabelecimento, contribuinte do imposto no Município, que se formalizar perante o cadastro municipal e que gere e mantenha pelo menos mais 1 (um) emprego devidamente registrado I – pelo prazo de 1 (um) ano a contar de sua inscrição no cadastro do Município, redução de 60% (sessenta) por cento do Importo Saba Sanda 0% (sessenta) por cento do Imposto Sobre Serviços devido, desde que ap itê Gestor Municipal;

Comite Gestor Municipal; II – isenção das taxas de Licença para Localização, de Fiscalização de Funcionamento, de Licença para Comércio Ambulante, de Licença para Publicidade e de Licença para Ocupação de Solo nas Vias e Logradouros Públicos;

III - dispensa de qualquer taxa relativa ao seu cadastramento 8 1º Para os fins deste artigo consideram-se informais as atividades econômicas iá instaladas o Município, sem prévia licença para localização.

§ 2º Ficarão eximidas de quaisquer penalidades quanto ao período de informalidade as pessos físicas ou jurídicas que desempenhem as atividades econômicas sujeitas a esta Lei e que espor taneamente, no prazo previsto no "caput", utilizarem os beneficios deste artigo. § 3º As atividades econômicas já instaladas que tenham incompatibilidade de uso, nos termos das leis municipais aplicáveis, poderão obter alvará provisório para fins de localização, desde não sejam atividades con eradas de alto risco, nos termos disp § 4º O disposto nos incisos II e III deste artigo estendem-se aos estabelecimentos comerciais e industriais enquadrados no Estado como microempresas para efeito do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, observado o limite de receita bruta prevista no inciso

29, desde que não resulte valor inferior à aplicação da alíquota mínima de 2% (dois por cento) (Lei Complementar nº. 123/2006, art. 18, § 20).

8 6º Para obter os benefícios previstos neste artigo a empresa interessada deverá protocolar y or ina obtet o solicitorios provissos lessa unique empresa inferessata arteriar que de participa de Tributação do Município, através de requerimen comprovando cumprir com os requisitos necessários para obtenção dos beneficios.

CAPÍTULO V

### ACESSO AOS MERCADOS Seção I Disposições Gerais

Art 39 Nas contratações públicas será concedido tratamento diferenciado e simplificado para Art. 39. Nas contrataçoes punicas sera concedido tratamento diferenciado e simplineado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica (Lei Complementar nº 123/2006, art. 47). § 1º Para o cumprimento do disposto neste artigo a administração pública adotará as regras previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, constantes dos artigos 42 a 49 e nos artigos previstas na Lei Complementar nº 125, de 2006, constantes dos artigos 42 a 49 e nos artigos. seguintes desta lei, bem como em normas regulamentares que prevejam tratamento diferenciad simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte. Lei Complementar nº

123/2006, art. 42 a 49, especialm I - deverá realizar processo licitatório destinada exclusivamente à participação de microem

reactiva de la pequeno porte nas contratações cujo valor não ultrapasse o valor máximo instituído no inciso I do artigo 48 da Lei Complementar Federal 123/2006; II - deverá estabelecer em certames para a aquisição de bens de natureza divisível cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas

§ 1º Os benefícios referidos no caput desse artigo poderão, justificadamente estabelecer a prioridade de contratação para as micro empresas e empresas de pequeno porte sediadas local u regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido

Art. 40. Sem prejuízo da economicidade, as compras de bens e serviços por parte dos órgãos da Administração Direta do Município, suas autarquias e fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado controladas, direta ou indireta mente, pelo Município, deverão ser planejadas de forma a possibilitar a mais ampla participação oempresas e empresas de pequeno porte locais ou regionais, ainda que por intermédic de consórcios ou cooperativas (Lei Complementar nº. 123/2006, art. 47)

considera-se licitação por item aquela destinada à aquisição de diversos bens ou à contra tação de serviços pela Administração, quando estes bens ou serviços puderer

§ 2º Quando não houver possibilidade de atendimento do disposto no "caput", em decorrência da natureza do produto, a inexistência na região de, pelo menos, 3 (três) fornecedores considerados de pequeno porte, sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

Art. 41. Exigir-se-á na habilitação às licitações nas aquisições de bens e serviços co apenas o seguinte (Lei Complementar nº. 123/2006, art. 43 e 47). I - ato constitutivo da empresa, devidamente registrado: II - inscrição no CNPJ, com a distinção de ME ou EPP, para fins de qualificação:

III – certidão negativa de débito municipal, do INSS e do FGTS.

8 lº A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato. 8 2º Havendo alguma restriçõo na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o praze de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§ 3º A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 2º deste artigo, decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da L. de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes rema na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Art. 42. As necessidades de compras de gêneros alimentícios perecíveis e outros produtos perecíveis, por parte dos órgãos da Administração Direta do Município, suas aut preterior, por Junta de Os regiono a Aralministra de Protection de Carlos de plementar nº. 123/2006. § 1º As compras deverão, sempre que possível, ser subdivididas em tantas paro

necessárias, para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando à economicidade § 2º A aquisição, salvo razões preponderantes, devidamente justificadas, deverá ser planejada s 2º A allusiquo, sarvo tazoes preponecianios, ecvidante parameters, eccidente se producto de forma a considerar a capacidade produtiva dos fornecedores locais ou regionais, a disponibilidade de produtos frescos e a facilidade de entrega nos locais de consumo, de forma a evitar

Art. 43. Sempre que possível, a alimentação fornecida ou contratada por parte dos órgãos da Administração Direta do Município, suas autarquias e fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado controladas, direta ou indiretamente, pelo Município terá o cardápio padronizado e a alimentação balanceada com gêneros usuais do local ou da região, conforme prevê o art. 47 da Lei Complementar nº. 123/2006. Art. 44. Nas aquisições de bens ou serviços comuns na modalidade pregão, que envolva produtos de pequenas empresas ou de produtores rurais, estabelecidos na região, salvo razões fundamentadas, deverá ser dada preferência pela utilização do pregão presencial, conforme

Art. 45. Na especificação de bens ou serviços a serem licitados, salvo razões fundamentadas sados por entidades de idoneidade, conforme prevê o art. 47 Lei Comple

prevê o art. 47 Lei Complementar nº. 123/2006.

entos de licitação, deverá ser dada a mais ampla divulgação aos editais, inclusive junto às entidades de apoio e representação das microempresas e das pequenas empresas para divulgação em seus veículos de comunicação, conforme prevê o art. 47 Lei Complementar no. 123/2006.

Parágrafo único - Para os fins deste artigo, os órgãos resp sáveis pela licitação poderão celebra para divulgação da licitação diretamente en

JORNAL

**egion** 

istração Pública poderá exigir dos licitantes a subcontratação de mic § 1º A exigência de que trata o caput deve estar prevista no instrumento convocatório,

sepecificando-se o percentual a ser subcontratado.

§ 2º É vedada a exigência de subcontratação de itens determinados ou de empresas espe-

§ 3º O disposto no caput não é aplicável quando

I – o proponente já for microempresa ou empresa de pequeno porte; II – a subcontratação for inviável, não for vantajosa para a Administração Pública ou repro prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado; III – a proponente for consórcio ou sociedade de propósito específico, compostos em sua

33 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

e por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no artigo

I - o edital de licitação estabelecerá que as microempresas e empresas de pequeno porte a serem subcontratadas deverão ser estabelecidas no Município e Região de influência:

succontratadas deverao ser estabetecidas no múnicipio e regiona de initienciar, e la lla deverá ser comprovada a regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte contratadas e subcontratadas, como condição de assinatura do contrato, bem como ao longo da vigência contratual, sob pena de rescisão; III – a empresa contratada compromete-se a substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena da rescisão, cam pratitiza das cenções cobbitais; de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis;

IV – demonstrada a inviabilidade de nova subcontratação, nos termos do inciso III, a Administração Pública poderá transferir a parcela subcontratada à empresa contratada, desde que sua execução já tenha sido iniciada

Art. 49. As contratações diretas por dispensas de licitação com base nos termos dos artigos 24 e 25 da Lei nº 8,666, de 1996, deverão ser preferencialmente realizadas com microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no município ou região de influência (Lei Complementar nº 1,23/2006, art. 47).

### Subseção II Certificado Cadastral da MPE

Art. 50. Para a ampliação da participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações, o Município deverá:

instituir e ou manter cadastro próprio para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas localmente ou na região de influência, com a identificação das linhas de fornecimento de bens e serviços, de modo a possibilitar a capacitação e notificação das licitações e facilitar a formação de parcerias e subcontratações, além de também estimular o cadastramento destas

a formação de parter as Saucomanações, acim to tambem camina o caudas anterior destas empresas nos sistemas eletrônicos de compras; II – divulgar as contratações públicas a serem realizadas, com a estimativa quantitativa e de data das contratações, no sítio oficial do município, em murais públicos, jornais ou outras formas de divulgação; III – padronizar e divulgar as especificações dos bens e serviços a serem contratados, de modo

Alt. 31. Frec'i riaou no animot usa frecitações efetuadas pero município, o Cetificado de Registro Cadastral emitido para as miero e pequenas empresas previamente registradas para efeito das licitações promovidas pelo Município.

Parágrafo único. O certificado referido no "caput" comprovará a habilitação jurídica, a qualificação técnica e econômico-financeira da microempresa e da empresa de pequeno porte. Art. 52. O disposto nos artigos 45 e 46 poderá ser substituído por medidas equivalentes de

Subseção III
Estímulo ao Mercado Local
Art. 53. A Administração Municipal incentivará a realização de feiras de produtores e artesãos, assim como apoiará missão técnica para exposição e venda de produtos locais em outros municípios de grande comercialização. CAPÍTULO VI

compatível com esse procedimento. § 1º Será observado o critério de dupla visita para lavratura de autos de infração, salvo quando

statada a ocorrência de resistência ou embaraco à fiscalização

tor constatada a ocorrencia de resistencia ou embaraço a Inscalização. § 2º A dupla visita consiste em uma primeira ação, com a finalidade de verificar a regularidade do estabelecimento e em ação posterior de caráter punitivo quando, verificada qualquer irregula-ridade na primeira visita, não for efetuada a respectiva regularização no prazo determinado. § 3º Ressalvadas as hipóreses previstas no § 1º, caso seja constatada alguma irregularidade na primeira visita do agente público, o mesmo formalizará Termo de Ajustamento de Conduta, conforme regulamentação, devendo sempre conter a respectiva orientação e plano negociado com o responsável pelo estabelecimento

cooperativismo, consórcios e a constituição de Sociedade de Propósito Específico formada por mpresas e empresas de pequeno porte, em busca da competitividade e contribuindo pa tvolvimento local integrado e sustentável.

rativo no Município entre os quais: I – estímulo à inclusão do estudo do cooperativismo e associativismo nas escolas do município risando ao fortalecimento da cultura empreendedora como forma de organização de produção no e do trabalho

uo consumo e uo tuonno, III – estímulo a forma cooperativa de organização social, econômica e cultural nos diverso de atuação, com base nos princípios gerais do associativismo e na legislação vigente; III – estabelecimento de mecanismos de triagem e qualificação da informalidad implementação de associações e sociedades cooperativas de trabalho, visando à inclusão da população do município no mercado produtivo fomentando alternativas para a geração

IV - criação de instrumentos específicos de estímulo à atividade associativa e cooperativa estinadas à exportação; ' – apoio aos funcionários públicos e aos empresários locais para organizarem-se em coope-

de que cumpram as exigências legais da legislação tributária do Município Art. 57. A Administração Pública Municipal poderá aportar recursos complementares em igual valor aos recursos financeiros do Codefat — Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, lásopnoibilizados através da criação de programa específico para as cooperativas de crédito de cujos quadros de cooperados participem microempreendedores, empreendedores de microempresa e empresa de pequeno porte, bem como suas empresas, na forma que regulamentar (Lei Complementar nº. 123/2006, art. 63).

Art 58 Para os fins do disposto neste capítulo, o Poder Executivo poderá alocar recursos

### CAPÍTULO VIII

Subseção I Programas de Estímulo à Inovação

Art. 59. O Município manterá programas específicos de estímulo à inovação para as m empresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive quando estas revestirem a forma de incubadoras, observando-se o seguinte:

1 – as condições de acesso serão diferenciadas, favorecidas e simplificadas;

§ 1º O município terá por meta a aplicação de, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos recursos destinados à inovação para o desenvolvimento de tal atividade nas microempresas ou das 2º Os órgãos e entidades integrantes da Administração Municipal, atuantes em pesquisa

dos recursos destinados para esse fim. § 3º Para efeito do "caput" deste artigo, o Poder Executivo poderá estabelecer parceria com ntidades de pesquisa e apoio a microempresas e a empresas de pequeno porte, órgãos gover-amentais, agências de fomento, instituições científicas e tecnológicas, núcleos de inovação

camente destinado para tal fim, ficando a cargo da municipalidade as despesas com aluguel, manutenção do prédio, fornecimento de água e demais despesas de infra-estrutura.

al de seus quadros ou mediante convênios, órgão destinado à prestação de as pessoar la seas quantos ou incumar contreinos, juga ousnitada a prisanção un avaliação técnica a microempresas e a empresas de pequeno porte.

§ 2º O prazo máximo de permanência no programa é de dois anos para que as empresas atinjam suficiente capacitação técnica, independência econômica e comercial, podendo ser prorrogado por prazo não superior a dois anos mediante avaliação técnica. Findo este prazo, as empresas participantes se transferirão para área de seu domínio ou que vier a ser destinada

pelo Poder Público Municipal a ocupação preferencial por empresas egressas de incubadoras

§ 1º Os recursos referidos no "caput" deste artigo poderão suplementar ou substituir con y local sos frecisos incentos in Caparla casa, arigo poteras aspirantinal os australi colir trapartida das empresas atendidas pelos respectivos projetos; cobiri gastos com divulgação e orientação destinada a empreendimentos que possam receber os beneficios dos projetos; servir como contrapartida de convênios com entidades de apoio a microempresas e empresas de pequeno porte, em ações de divulgação dos projetos, atendimento técnico e disseminação

de conhecimento. § 2º O Poder Público Municipal criará, por si ou em conjunto com entidade designada pelo Poder Público Municipal, serviço de esclarecimento e orientação sobre a operacionalização dos projetos referidos no caput deste artigo, visando ao enquadramento neles de microempresas e presas de pequeno porte e à adoção correta dos procedimentos para tal necessários

elaboração de projetos; recebimento de editais e encaminhamento deles a entidades representativas de micro e pequenos negócios; promoção de seminários sobre modalidades de apoio tecnológico, suas características e forma de operacionalização.

### Subseção II Incentivos fiscais à Inovação

programa de incentivo, sob a forma de crédito fiscal, de tributos municipais em relação a atividades de inovação executadas por microempresas e empresas de pequeno porte, individualmente ou de forma compartilhada. § 1º Anualmente, o Poder Executivo, respeitada a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. fixará a dotação orca amentária da renúncia fiscal referida no "ca

II - O beneficiado mantenha a todo o tempo registro contábil organizado das atividades

4º Para fins da desoneração referida neste artigo, os dispêndios com atividades de inovação verão ser contabilizados em contas individualizadas por programa realizado CAPÍTULO IX

Do Estímulo ao Crédito e Capitalização Art. 63. A Administração Pública Municipal para estímulo ao crédito e à capitalização dos

Art. os. A Administração Funica Municipal para estimito ao credito e a capitalização dos empreendedores e das empresas de micro e pequeno porte, fomentará e apoiará a criação e o funcionamento de linhas de micro crédito operacionalizadas através de instituições tais como cooperativas de crédito, sociedades de crédito ao empreendedor e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, sociedades de garantia de crédito, dedicadas ao microcrédito com atuação no âmbito do Município ou região de influência.

Art. 65. A Administração Pública Municipal fomentará e apoiará a instalação, no Municípi de cooperativas de crédito e outras instituições financeiras, públicas e privadas, que tenli como principal finalidade a realização de operações de crédito com microempresas e empre

ores e às microempresas e empresas de pequeno porte do município, por meio

§ 2º Também serão divulgadas as linhas de crédito destinadas ao es § 3º A participação no Comitê não será remur

Art. 67. A Administração Pública Municipal poderá, na forma que regulamentar, criar ou participar de fundos destinados à constituição de garantias que poderão ser utilizadas em operações de empréstimos bancários solicitados por empreendedores, microempresas e empresas de pequeno porte estabelecidas no Município, junto aos estabelecimentos bancários,

para capital de giro, investimentos em máquinas e equipamentos ou projetos que envolvam a adoção de inovações tecnológicas.

Art. 68. Fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar convênios com o Governo do Estado e União, destinados à concessão de créditos a micro empreendimentos do setor formal instalados no Município, para capital de giro e investimentos em máquinas e equipamentos ou projetos que envolvam a adoção de inovações tecnológicas.

Art. 69. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Adesão ao Banco Art. 99. Fica o Foder Executivo Municipal autorizado a limara remo de Adesao ao Banco da Terra (ou seu sucedânco), com a União, opor intermédio do Ministério do Desenvolvi-mento Agrário, visando à instituição do Núcleo Municipal Banco da Terra no Município, (conforme definido por meio da Lei Complementar nº, 93, de 4/2/1996, e Decreto Federal nº, 3.475, de 19/5/2000), para a criação do projeto BANCO da TERRA, cujos recursos serão destinados à concessão de créditos a micro empreendimentos do setor rural, no âmbito de secondance de localdencia de foutdefae.

### programas de reordenação fundiária. CAPÍTULO X

Da Educação Empreendedora e do Acesso à Informação
Art. 70. Fica o Poder Público Municipal autorizado a firmar parcerias ou convênios com
instituições públicase privadas para o desenvolvimento de projetos de educação empreendedora, com objetivo de disseminar conhecimentos sobre gestão de microempresas e empresas de pequeno porte, associativismo, cooperativismo, empreendedorismo e assuntos afins. § 1º Estão compreendidos no âmbito do "caput" deste artigo ações de caráter curricular ou extracurricular voltadas a alunos do ensino fundamental de escolas públicas e privadas

assim como a alunos de nível médio e superior de ensino. § 2º Os projetos referidos neste artigo poderão assumir a forma de fornecimento de cursos de qualificação; concessão de bolsas de estudo; complementação de ensino básico público; ações de capacitação de professores, e outras ações que o Poder Público Municipal entender cabíveis para estimular a educação empreendedora.

Art. 71. Fica o Poder Público Municipal autorizado a celebrar parcerias ou convênios com órgãos governamentais, centros de desenvolvimento tecnológico e instituições de ensino superior, para o desenvolvimento de projetos de educação tecnológica, com os objetivos de

Art. 72. Fica o Poder Público Municipal autorizado a instituir programa de inclusão digital

respeito ao fornecimento do sinal de Internet; valor e condições de contraprestação pecuni-

gratuito e livre à Internet; II - o fornecimento de serviços integrados de qualificação e orientação; III - a produção de conteúdo digital e não-digital para capacitação e informação das

V - a promoção de ações, presenciais ou não, que contribuam para o uso de computadores v - a produção de ações, presenciars ou não, que controdam para o uso de computadore
e de novas tecnologias;
 VI - o fomento a projetos comunitários baseados no uso de tecnologia da informação e,
 VII - a produção de pesquisas e informações sobre inclusão digital.

Art. 73. Fica autorizado o Poder Público Municipal a firmar convênios ou parcerias com Alt. 13. Fica aduntado o rodei i donto municipar a filma contenha o paterna de netidades civis públicas ou privadas e instituições de ensino superior, para o apoio ao desenvolvimento de associações civis sem fins lucrativos, que reúnam individualmente

III - ter entre seus objetivos estatutários o de oferecer serviços a microempresas e a IV – ter em seu estatuto discriminação das atribuições, responsabilidades e obrigações

- tet en set son servicio de professores e profissionais especializados.
- operar sob supervisão de professores e profissionais especializados.
- CAPÍTULO XI
- Das Relações do Trabalho
- Conão 1 Da Segurança e da Medicina do Trabalho

com o intuito de mapear os acidentes de trabalho ocorridos nas empresas de sua região e por meio da Secretaria de Vigilância Sanitária municipal e demais parceiros, pro enas empresas em saúde e segurança no trabalho, a fim de

Art. 76. O Poder Público Municipal poderá formar parcerias com sindicatos; instituições de ensino superior e associações empresariais, para orientar as microempresas e as empresas de pequeno porte quanto à dispensa:

rendizagem; — da posse do livro intitulado "Inspeção do Trabalho" e, - de comunicar ao Ministério do Trabalho e Emprego a concessão de férias coletivas

lhistas e previdenciárias, enquanto não prescreverem essas obrigações: III – apresentação da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e nacões à Previdência Social – GFIP: IV – apresentação das Relações Anuais de Empregados e da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED.

informará e orientará o Microempreendedor Individual - MEI, com receita bruta anual no ano calendário anterior, até o limite previsto no § 10 do art. 18-A, no ato de inscrição ou pedido de Alvará de Funcionamento, o quanto se refere às obrigações tributárias

CAPÍTULO XII Da Agropecuária e dos Pequenos Produtores Rurais
Art. 80. O Poder Público Municipal poderá firmar parcerias com órgãos governamentais;
instituições de ensino superior; entidades de pesquisa rural e de assistência técnica a produtores rurais, que visem à melhoria da produtividade e da qualidade dos produtos rurais,

as e entidades da iniciativa pri vada que tenham condições de contribuir par conficiente de projetos de fomento à agricultura, mediante geração e disseminação de conhecimento, fornecimento de insumos a pequenos e médios produtores rurais; contratação de serviços para a locação de máquinas, equipamentos e abastecimento, e o desenvolvimento de outras atividades rurais de interesse comum. § 2º Somente poderão receber os benefícios das ações referidas no "caput" deste artigo,

s 2 someties poutento recever os enteritorios das adoes treitricias no capiti. deste antigo, pequenos e médios produtores rurais que, em conjunto ou isoladamente, tiverem seus respectivos planos de melhoria aprovados por Comissão formada por três membros representantes de segmentos da área rural indicados pelo Poder Público Municipal, os quais não terão remuneração e cuja composição será rotativa, tudo em conformidade com regulamento próprio a ser baixado pelo Poder Executivo Municipal.

§ 3º Estão compreendidas também, no âmbito deste artigo, as atividades de conversão do sistema de produção convecçional para sistema de produção produção convecçional para sistema de produção produção produção convecçional para sistema de produção produção produção convecçional para sistema de produção produção produção para de produção para sistema de produção produção produção para sistema de produção produção para sistema de produção produção produção para sistema de produção pro

onômicos corretos, com o objetivo de promover a auto-sustentação; a maximização dos benefícios sociais: a minimização da dependência de energias não renováveis e a eliminação do emprego de agrotóxicos e outros insumos artificiais tóxicos, assim como de or geneticamente modificados ou de radiações ionizantes, em qualquer fase do pr tros insumos artificiais tóxicos, assim como de organis

Do Acesso à Justiça

Art. 81. O Município poderá realizar parcerias com a iniciativa privada através de convênios com entidades de classe, instituições de ensino superior, ONGs, OAB – Ordem dos Advogados do Brasil e outras instituições semelhantes, a fim de orientar e facilitar às empresas

O Poder Judiciário estadual e federal, objetivando a estimulação e utilização dos institutos de conciliação prévia, mediação e arbitragem para solução de conflitos de interesse das empresas de pequeno porte e microempresas localizadas em seu território (Lei Complementar Federal nº 123/2006, art. 75-A, na redação da Lei Complementar Federal 128/2008).

Saa du Imprendent. § 2º Com base no "caput" deste artigo, o Município também poderá formar parceria com Poder Judiciário, OAB, instituições de ensino superior, com a finalidade de criar e implantar Poder Judiciário, OAB, instituições de ensino superior, com a fina o Setor de Conciliação Extrajudicial, como um serviço gratuito.

Art. 83. Apticam-se aos impostos e contribuiços aevidos pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, inscritas no Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006, as normas relativas aos juros e multa de mora e de oficio previstas para o imposto de renda, inclusive, quando for o caso, em relação ao ISS (Lei Complementar Federal nº 123/2006, art. 35 a 38, na redação da Lei Complementar 128/2008).

CAPÍTULO XV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 84. As ampraesas ativas ou institivas que activarem a mentração ireambre, na data do Art. 84. As empresas ativas ou inativas que estiverem em situação irregular, na data da publicação desta lei, terão 90 (noventa) dias para realizarem o recadastramento e nesse

das responsabilidades do empresário, dos titulares, dos sócios ou dos administradores por

ou judicial de outras irregularidades praticadas pelos empresários ou por seus titulares sócios ou administradores

lidade solidária dos titulares, dos sócios e dos administradores do período de ocorrência

instituir parcelamento de débitos, garantirá as micro e pequenas empresas prazo 20% superior ao das demais empresas.

Art. 89. Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis Municipais 2246/2008,

Joaquim Horácio Rodrigues

de pequeno porte e microempresas o acesso à justiça, priorizando a aplicação do disposto

§ 1º O estímulo a que se refere o "caput" deste artigo compreenderá campanhas de divulgação, serviços de esclarecimento e tratamento diferenciado, simplificado e favorecido o tocante aos custos administrativos e honorários cobrados, sob a responsabilidade da Sala do Empreendedor.

período poderão operar com alvará provisório, desde que a atividade não ofereça nenhum grau de risco, aferido pelo Corpo de Bombeiros.

uas responsavimaces do chipi cambi, dos induacios, dos socios do do administratores por latis obrigações, apuradas antes ou após o ato de extinção...

§ 10 A baixa referida no caput deste artigo não impede que, posteriormente, sejam lançados ou cobrados impostos, contribujeões e respectivas penalidades, decorrentes da simples falta de recolhimento ou da prática comprovada e apurada em processo administrativo § 20 A solicitação de baixa na hipótese prevista no caput deste artigo importa responsabi-

ntadas soludaria dos mitadas, dos socios e dos administradores do período de ocorreincia dos respectivos fatos geradores. § 30 A baixa de que trata o caput desse artigo, deverá ser realizada no prazo constante do parágrafo 7º do art. 9º da Lei Complementar 123/2006, sob pena de presunção de

Seção III

Art. 18. Fica adotada, para utilização no cadastro e nos registros administrativos do Município, a Classificação Nacional de Atvidades Econômicas – Fiscal (CNAE – Fiscal), oficializada mediante publicação da Resolução IBGE/CONCLA nº 1, de 25 de junho de 1998, e atualizações posteriores.

comunicação oficiais; II – emissão de certidões de regularidade fiscal e tributária, conforme atribuições cor

empreendedor; V – solicitação de emissão de Inscrição e Alvará Municipal do MEI:

VIII – promoção de cursos gratuitos de gestão; IX - outras atribuições fixadas em regulamentos § 1º - Para a consecução dos seus objetivos na gestão da Sala do Empreendedor, a Adminis

Art. 21. O processo de registro do Microempreendedro Individual de que trata o inciso III do artigo 4º desta Lei Complementar deverá ter trâmite especial, em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 123/2006, art.4º, §§ 1º, 3º, 3º- A e 4 e art. 7º, na redação da Lei Complementar Federal nº 128/2008; § 1º - O registro do que trata o caput se dará através de sistema eletrônico, vinculada a Pasarite Federal.

Subseção IV Outras Disposições

Art. 22. Os órgãos e entidades municipais envolvidos na abertura e fechamento de

ser simplificados, racionalizados e uniformizados pelos entes e órgãos do Município, no amotto de suas competencias.

§ 2º Ocorrendo a implantação de cadastros sincronizados ou banco de dados nas esferas governamentais referidas no inciso I do "caput" deverão firmar convênio no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da disponibilização do sistema, salvo disposições em contrário.

Da Recepção na Legislação Municipal do SIMPLES NACIONAL
Art. 24. Fica recepcionada na legislação tributária do Municipio o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas

V – à abertura e fechamento de empresas; VI – ao Microempreendedor Individual – MEI. § 1º O recolhimento do tributo no regime de que trata este artigo, não se aplica às seguintes incidências do ISS, em relação às quais será observada a legislação aplicável às demais

art. 18, § 6°, e 21,§ 4° Lei Complementar Federal nº. 123/2006. o material fornecido pelo prestador dos serviços conforme determina o art. 18, § 23 da Lei Complementar Federal nº. 123.

\$\foatsize \text{1 Na hipótese do "caput", os escritórios de serviços contábeis, individualmente ou por meio de suas entidades representativas de classe, deverão:

1 – promover atendimento gratuito relativo à inscrição e à primeira declaração anual simplificada do microempreendedor individual - MEI, podendo, para tanto, por meio de suas

escritório poderá sofrer as sansões previstas no § 22-C da Lei Complementar 123/2006 Art. 29. A retenção na fonte de ISS das microempresas ou das empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional somente será permitida se observado o disposto no art. 3º da Lei Complementar 116, de 31 de julho de 2003, e ainda deverá observar o constante nos art. 18, \$ 6º, cart. 21, \$ 4º, da Lei Complementar Federal nº. 123/2006. I – a alíquota aplicável na retenção na fonte deverá ser informada no documento fiscal e

porte estret sujvina no ines anticino ao da picsaçao.

Il – na hipótese de o serviço sujeito à retenção ser prestado no mês de início de atividades da microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser aplicada pelo tomador a aliquota correspondente ao percentual de ISS referente à menor aliquota prevista nos Anexos III, IV, V ou VI desta Lei Complementar;

IV — na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte estar sujeita à tributação do ISS no Simples Nacional por valores fixos mensais, não caberá ao Município realizar a retenção a que se refere o caput deste parágrafo; V — na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte não informar a alíquota

on VI desta Lei Complementar; se reterite a maior anquoia pievisia ilos ritexis III, 1V, voi VI desta Lei Complementar; VI – não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços quando a alíquota do ISS informada no documento fiscal for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento dessa diferença será realizado em guia própria do Município; VII – o valor retido, e devidamente recolhido, será definitivo, não sendo objeto de partilha

Art. 30. O Poder Executivo, por intermédio do seu órgão técnico competente, estabelecerá os

caráter regional, nos termos de convênio firmado para esse fim

a orientar, através da Sala do Empreendedor, as microempresas e empresas de pequeno porte a fim de tomar conhecimento das especificações técnico-administrativas. Art. 51. Fica criado no âmbito das licitações efetuadas pelo Município, o Certificado de Registro

FISCALIZAÇÃO ORIENTADORA Art. 54. A fiscalização das microempresas e empresas de pequeno porte, no que se refere aos aspectos de natureza não fazendário, tal como a relativa aos aspectos trabalhista, metrológico, asanitário, ambiental, de segurança e de uso e ocupação do solo, deverá ter natureza prioritariamente orientadora, quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco

com o responsável pelo estabelecimento.

§ 4º Os órgãos e entidades competentes definirão, em 90 (noventa) dias a contar da entrada em vigor desta Lei, as atividades e situações cujo grau de risco seja considerado alto, as quais não se sujeitarão ao disposto neste artigo.

CAPÍTULO VII

ASSOCIATIVISMO

Art. 55. A Administração Pública Municipal, por si ou através de parcerias com entidades públicas ou privadas, estimulará a organização de empreendedores fomentando o associativismo, consércios e a constituição de Sociedade de Pronésito Essecífico formada por

Art. 56. O Poder Executivo adotará mecanismos de incentivo às cooperativas e associações, para viabilizar a criação, a manutenção e o desenvolvimento do sistema associativo e coope

rativas de electuro consulino. VII – cessão de bens e imóveis do município; VII – isenção do pagamento de Imposto Sobre Propriedade Territorial Urbana, sob a condição

o Sorgaos e emucadaes miegranies da Administração Municipal, atuantes em pesquisa, desenvolvimento ou capacitação tecnológica terão por meta efetivar suas aplicações, no percentual mínimo fixado no caput deste artigo, em programas e projetos de apoio ás micro-empresas ou às empresas de pequeno porte, divulgando, no primeiro trimestre de cada ano, informação relativa aos valores alocados e a respectiva relação percentual em relação ao total

§ 1º O Poder Executivo manterá, por si ou com entidade gestora que designar, e por meio de

Art. 61. O Poder Executivo divulgará anualmente a parcela de seu orçamento anual que destinará à suplementação e ampliação do alcance de projetos governamentais de fomento à inovação e à capacitação tecnológica que beneficiem microempresas e empresas de pequeno porte inscritas no Município.

8 3º O serviço referido no "caput" deste artigo compreende a divulgação de editais e outros instrumentos que promovam o desenvolvimento tecnológico e a inovação de microempresas e empresas de pequeno porte; a orientação sobre o conteúdo dos instrumentos, as exigências neles contidas e respectivas formas de atendê-las; apoio no preenchimento de documentos e

2004, Insan a a usuação organismanta da renuncia inscai reterida no "caput" \$
\$ 2º A desoneração referida no caput deste artigo terá como limite individual o valor máximo de 50% dos tributos municipais devidos.
\$ 3º As medidas de desoneração fiscal previstas neste artigo poderão ser usufruídas desde I - O contribuinte notifique previamente o Poder Público Municipal sua intenção de se valer

Art. 64. A Administração Pública Municipal fomentará e apoiará a criação e o funcionamento de estruturas legais focadas na garantia de crédito com atuação no âmbito do Município e região de influência.

Art. 66. A Administração Pública Municipal fomentará a criação de Comitê Estratégico de Orientação ao Crédito e Consumo, constituído por agentes públicos, associações empresariais, profissionais liberais, profissionais do mercado financeiro e de capitais, com objetivo de sistematizar as informações relacionadas ao crédito e financiamento e disponibilizá-las aos

necessárias aos micro e pequenos empresários localizados no Município, a fim de obter linhas de crédito menos onerosas e burocráticas.

§ 1º Por meio do Comitê, a Administração Pública Municipal disponibilizará as informações

desta Lei, também deverá orientar através da Sala do Empreendedor, por meio de parcerias e convênios com instituições de ensino superior e ou outras entidades, no sentido de que não estão dispensadas as microempresas e as empresas de pequeno porte, dos seguintes procedimentos: I – anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS; II – arquivamento dos documentos comprobatórios de cumprimento das obrigações traba-

mediante orientação, treinamento e aplicação prática de conhecimento técnico e científico

sistema de produção convencional para sistema de produção orgânica, entendido como tal aquele no qual se adotam tecnologias que otimizem o uso de recursos naturais e socioe-

### produção, armazenamento e consumo. § 4º Competirá à Secretaria que for indicada pelo Poder Público Municipal, disciplinar e coordenar as ações necessárias à consecução dos objetivos das parcerias referidas CAPÍTULO XIII

neste artigo.

no artigo 74, da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 Art 82 Fica autorizado o Município a celebrar parcerias com entidades locais, inclusive com

DAS PENALIDADES Art. 83. Aplicam-se aos impostos e contribuições devidos pela microempresa e pela empresa

a empresários e pessoas jurídicas no âmbito do governo municipal, ocorrerá independ mente da regularidade de obrigações tributárias, principais ou acessórias, do empresário, da sociedade, dos sócios, dos administradores ou de empresas de que participem, sem prejuízo

Art. 87. As matérias tratadas nesta Lei Complementar que não sejam reservadas pela Lei Orgânica do Município à lei complementar poderão ser objeto de alteração por lei ord

ransferência de conhecimento gerado nas instituições de pesquisa, qualificação profissional, e capacitação no emprego de técnicas de produção. § 1º Compreende-se no âmbito do "caput" deste artigo a concessão de bolsas de iniciação científica; a oferta de cursos de qualificação profissional; a complementação de ensino

básico público e ações de capacitação de professores.

Art. 12. Fica o Foder Publico Municipal autorizado a instituir programa de inciusao digital, com o objetivo de promover o acesso de micro e pequenas empresas do Município às novas tecnologias da informação e comunicação, em especial à Internet, e a implantar programa para formecimento de sinal da rede mundial de computadores em banda larga, via cabo, rádio ou outra forma, inclusive para órgãos governamentais do Município. § 1º Caberá ao Poder Público Municipal regulamentar e estabelecer prioridades no que diz

ária: vedações à comercialização e cessão do sinal a terceiros: condições de fornecimento assim como critérios e procedimentos para liberação e interrupção do sinal. § 2º Compreendem-se no âmbito do programa referido no "caput" deste artigo:
 I - a abertura e manutenção de espaços públicos dotados de computadores para acesso

IV - a divulgação e a facilitação do uso de serviços públicos oferecidos por meio da

as condições seguintes:

I - ser constituída e gerida por estudantes;

II - ter como objetivo principal propiciar aos seus partícipes, condições de aplicar conhecimentos teóricos adquiridos durante seu curso;

Art. 74. As microempresas serão estimuladas pelo Poder Público e pelos Serviços Sociais os da comunidade, a formar consórcios para o acesso a serviços especializados Art. 75. O Poder Público Municipal poderá formar parcerias com sindicatos, instituições de ensino superior; hospitais; centros de saúde privada; cooperativas médicas e centros de referência do trabalhador, para implantar Relatório de Atendimento Médico ao Trabalhador,

- da afixação de Quadro de Trabalho em suas dependências; II – da anotação das férias dos empregados nos respectivos livros ou fichas de registro;
 III – de empregar e matricular seus aprendizes nos cursos dos Serviços Nacionais de

Art. 77. O Poder Público Municipal, independentemente do disposto no artigo anterior

Seção II

Do Acesso à Justiça do Trabalho

Art. 79. A Sala do Empreendedor orientará o empregador de microempresa ou de empresa de pequeno porte, de que lhe é facultado fazer-se substituir ou representar perante a Justiça do Trabalho por terceiros que conheçam dos fatos, ainda que não possuam vínculo

nas atividades produtoras de microempresas e de empresas de pequeno porte. § 1º Das parcerias referidas neste artigo poderão fazer parte ainda: sindicatos rurais

Art. 86. O Município para propiciar os benefícios previstos na Lei 123/2006 quando

Art. 88. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da sua regulamentação através de Decretos do Poder Executivo



### Prefeitura do Município de Colorado

nida Brasii, 1250 - Centro - Caixa Postat 01 - CEP 86690-000 - Colorado - Paraná - (44) 3323.3033 CNPJ 76.979.326/0001-03 - coloradopr@coloradopr.gov.br coloradopr.com.br

### LEI Nº 2649/2014

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL, ALTERA AS DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS E ALTERA O PLANO PLURIANUAL
2014/2017 DO MUNICÍPIO DE COLORADO E DÁ OUTRAS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO, ESTADO DO PARANÁ

Faço saber a todos, que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Autoriza o Executivo Municipal a efetuar abertura de crédito adicional suplementar no exercício financeiro de 2014, alterar as Diretrizes Orçamentárias de 2014 e alterar o Plano Plurianual de 2014 à 2017 do Município de Colorado.

Artigo 2º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir nas Diretrizes Orçamentárias, no Plano Plurianual e no Orçamento Programa do Municipio de Colorado para o exercício de 2014, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 560.348,30 (Quinhetos e sessenta mil trezentos e quarenta e oito reais e trinta centavos), destinados ao reforço das seguintes dotações

02	GABINETE DO P	DEFEITO		
02.002	ASSESSORIA GO		NTAL	
<b>02.002.04.122</b>		1000	DESENVOLVER O ASSESSORAMENTO GOVERNAMENTAL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	350,00
03		INICIDAL D	E ASSUNTOS JURÍDICOS	,
03.001	DIVISÃO DE ASS			
03.001.03.092		0.11.00.00.	DESENVOLVIMENTO JURÍDICO	
589	3.1.90.05.00.00	1000	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS	150,00
06 06.001	SECRETARIA MU DIVISÃO DE REC			
06.001.04.123		ELIAS E FI	DESENVOLVER A ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	
595	3.1.90.05.00.00	1000	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS	100.00
107	3.1.91.13.00.00	1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	150,00
06.003	DIVISÃO DE CON	ITABILIDAD	DE	
06.003.04.124			DESENVOLVER AS ATIVIDADES DA CONTABILIDADE MUNICIPAL	
137	3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.000,00
08 08.001	SECRETARIA MU DIVISÃO DO ENS		E EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES AMENTAL	
08.001.12.361			DESEVOLVIMENTO DO FUNDEB NO ENSINO FUNDAMENTAL	
174	3.1.91.13.00.00	1101	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	25.000,00
08.001.12.361	0010 2018		DESENVOLVER AS ATIVIDADES NO ENSINO FUNDAMENTAL	
178	3 1 90 11 00 00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVII	80.000,00
170	3.1.90.11.00.00	1104	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15.000.00
180	3.1.90.13.00.00	1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	250,00
	3.1.90.16.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	4.000,00
182	3.1.91.13.00.00	1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.500,00
08.002	DIVISAO DA EDU	ICAÇÃO INI	FANTIL	
08.002.12.365			DESENVOLVER AS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
200	3.1.90.13.00.00	1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.200,00
08.005	DIVISÃO DO ESP	ORTE E LA		
08.005.27.812 231		1000	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER	
231	3.1.90.16.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	500,00
09	SECRETARIA MU	JNICIPAL D	E SAÚDE	
09.001	FUNDO MUNICIP	AL DA SAÚ		
09.001.10.301			DESENVOLVER AS ATIVIDADES DE ATENÇÃO A SAÚDE	
252	3.1.90.11.00.00	1303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	30.310,18
580 253	3.1.90.11.00.00 3.1.90.13.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL OBRIGAÇÕES PATRONAIS	119.689,82 20.000,00
254	3.1.90.16.00.00	1303	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15.000,00
09.001.10.301	.0007.2025		DESENVOLVER AS AÇÕES DOS BLOCOS DO FUNDO DE SAÚDE	
269	3.1.90.11.00.00	1495	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	49.000,00
553	3.1.90.11.00.00	3495	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	13.998,30
271 483	3.1.90.13.00.00	1000 3495	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15.000,00
483	3.1.90.13.00.00 3.1.91.13.00.00	3495 3495	OBRIGAÇÕES PATRONAIS OBRIGAÇÕES PATRONAIS	50.000,00 25.000,00
10	SECRETARIA MI	JNICIPAL D	E ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	
10.001			ISTÊNCIA SOCIAL	
10.001.08.244			DESENVOLVER AS ATIVIDADES ASSISTÊNCIAIS	
	3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	22.000,00
309	3.1.90.13.00.00	1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	7.500,00
311	3.1.91.13.00.00	1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	500,00
10.001.08.244	.0008.2031		DES. AS ATIVIDADES DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	
336	3.1.90.11.00.00	1935	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.500,00
11	SECRETARIA MI	JNICIPAL D	E OBRAS, TRÂNSITO E URBANISMO	
11.001			IENTO E FISCALIZAÇÃO	
11.001.15.122 362	2.0017.2034 3.1.90.16.00.00	1000	DESENVOLVER AS ATIVIDADES DE OBRAS, TRÂNSITO E URBANISMO OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	700.00
JU2	5. 1.80. 10.00.00	1000	OUTTAG DEGREGAG VARIAVEIG - FESSUAL CIVIL	700,00
12 12.001			E SERVIÇOS PÚBLICOS	
12.001 12.001.15.452	DIVISÃO DO DIR	EIIO PUBL	MANTER OS SERVICOS DE LIMPEZA PÚBLICA E COLETA DO LIXO	
398	3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	38.000.00
401	3.1.90.16.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.000,00
12.001.26.782			DESENVOLVER OS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO VIÁRIA	
422	3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	8.000,00
12.002	DIVIDÃO DE 250	UDANO: 7	vímuos	
12.002 12.002.06.182	DIVISÃO DE SEG	OKANÇA P	'UBLICA MANTER OS SERVIÇOS DA DEFESA CIVIL	
621	3.1.90.05.00.00	1000	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS	50,00
438	3.1.91.13.00.00	1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.000,00

Total das suplementações

MANTER OS SERV. CAPELA MORTUÁRIA E CEMITÉRIO MUN VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL

02	GABINETE DO P			
02.001	GOVERNO MUNI	CIPAL		
	.122.0002.2001	4000	GOVERNADORIA MUNICIPAL	
2	3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.000,00
3	3.1.90.13.00.00	1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.500,00
6	3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
02.003	JUNTA DE ALIST	AMENTO	MILITAR	
02.003.05	.151.0016.2003		MANTER AS ATIVIDADES DA JUNTA MILITAR	
21	3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.500,00
02.004	GESTÃO PARTIC	IPATIVA		
02.004.04	.131.0011.2004		INTENSIFICAR AS ASSE. DE COM. SOCIAL, AS. COMUNITÁRIOS E O	UVIDORIA
30	3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.300.00
31	3.1.90.13.00.00	1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.100,00
03	SECRETARIA MI	INICIDAL	DE ASSUNTOS JURÍDICOS	
03.001	DIVISÃO DE ASS			
	.092.0003.2005	UN IOS JU	DESENVOLVIMENTO JURÍDICO	
39	3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.500,00
04			DE CONTROLE INTERNO	
04.001	CONTROLADOR	A MUNICI		
	.124.0018.2006		DESENVOLVER AS ATIVIDADES DA CONTROLADORIA MUNICIPAL	
51	3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.200,00
54	3.1.91.13.00.00	1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	500,00
05	SECRETARIA MU	INICIPAL I	DE ADMINISTRAÇÃO	
05.001	ADMINISTRAÇÃO	MUNICIP	AL	
05.001.04	.122.0003.2007		MANTER AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E PAÇO MUNICIPAL	
68	3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	6.000,00
05.002	DIVISÃO DE PES	SOAL		
05.002.04	.128.0003.2008		MANTER AS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	
75	3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.000,00
78	3.1.91.13.00.00	1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	800,00

04.001	CONTROLADOR	IA MUNICI	PAL	
04.001.0	4.124.0018.2006		DESENVOLVER AS ATIVIDADES DA CONTROLADORIA MUNICIPAL	
51	3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.200.00
54	3.1.91.13.00.00	1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	500,00
05	SECRETARIA MU	JNICIPAL	DE ADMINISTRAÇÃO	
05.001	ADMINISTRAÇÃ	O MUNICIF	PAL	
05.001.0	4.122.0003.2007		MANTER AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E PAÇO MUNICIPAL	
68	3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	6.000,00
05.002	DIVISÃO DE PES	SOAL		
05.002.0	4.128.0003.2008		MANTER AS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	
75	3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.000,00
78	3.1.91.13.00.00	1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	800,00
05.003	DIVISÃO DE LICI	TAÇÃO, C	OMPRAS, MATERIAL E PATRIMÔNIO	
05.003.0	4.122.0003.2009		DESENVOLVER OS PROCEDIMENTOS DE LICITAÇÃO, COMPRAS, MA PATRIMÔNIO	ATERIAL E
84	3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	6.000,00
85	3.1.90.13.00.00	1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.000,00
87	3.1.91.13.00.00	1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.500,00
92	3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.000,00
05.004	DIVISÃO DE TI			
05.004.0	4.126.0003.2010		DESENVOLVIMENTO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
95	3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	7.000,00
98	3.1.91.13.00.00	1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	800,00
06	SECRETARIA MI	JNICIPAL	DE FAZENDA	
06.001	DIVISÃO DE REC	EITAS E F	FINANÇAS	
06.001.0	4.123.0003.2045		DESENVOLVER A ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	
104	3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.500.00
105	3.1.90.13.00.00	1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	400,00
106	3.1.90.16.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.000,00
06.001.0	4.129.0003.2011		DESENVOVER A POLÍTICA TRIBUTÁRIA	
114	3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	500,00
116	3.1.90.16.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.000,00
117	3.1.91.13.00.00	1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.000,00

140	3.1.91.13.00.00	1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.200,00
06.004	DIVISÃO DA DIVI	DA PÚBLI	CA	
06.004.2	8.843.0014.2014		CONTROLE DA DIVIDA FUNDADA, PREVIDENCIÁRIA E CONTRIBUTIVA	
146	3.1.91.92.00.00	1000	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10.000,00
07	SECRETARIA MU	JNICIPAL I	DE PLANEJAMENTO URBANO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
07.001	DIVISÃO DE DES	ENVOLVI	MENTO URBANO E ECONÔMICO	
07.001.0	4.121.0014.2015		DESENVOLVER O CRESCIMENTO URBANO E ECONÔMICO	
151	3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.000,00
152	3.1.90.13.00.00	1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	500,00
156	3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
07.001.2	3.695.0014.2046		DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	
162	3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.000,00
163	3.1.90.13.00.00	1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.200,00
167	3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	1.300,00
ne .	SECRETARIA MI	INICIDAL I	DE EDUCAÇÃO, CUI TUDA E ESPORTES	

DESENVOLVER AS ATIVIDADES DA CONTABILIDADE MUNICIPAL

07.001.2	3.093.0014.2040		DESERVOLVIMENTO TORISTICO	
162	3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.000,00
163	3.1.90.13.00.00	1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.200,00
167	3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	1.300,00
08	SECRETARIA MU	JNICIPAL	DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
08.001	DIVISÃO DO ENS	SINO FUND	DAMENTAL	
08.001.12	2.361.0010.2016		DESEVOLVIMENTO DO FUNDEB NO ENSINO FUNDAMENTAL	
172	3.1.90.11.00.00	1101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	25.000,00
08.002	DIVISAO DA EDU	ICAÇÃO II	NFANTIL	
08.002.12	2.365.0010.2019		DESENVOLVER AS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
199	3.1.90.11.00.00	1104	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.000,00
202	3.1.91.13.00.00	1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	3.000,00
08.003	DIVISAO DO TRA	NSPORTE	ESCOLAR	
08.003.12	2.361.0010.2020		DESENVOLVER O TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL	
213	3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.000,00
214	3 1 00 11 00 00	1104	VENCIMENTOS E VANTAGENIS EIVAS - DESSOAL CIVII	12 000 00

OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL 216 217 3.1.91.13.00.00 1000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 08.005 DIVISÃO DO ESPORTE E LAZER 08.005.27.812.0013.2022 DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER

3.1.90.11.00.00 3.1.90.13.00.00 5.000,00 1.500,00 3.1.91.13.00.00 1.182,67

DIVISÃO ARTISTICA, CULTURAL E HISTÓRICA
3.392.012.2023 DIFUNDIR AS ATTVIDADES ARTÍSTICAS, CULTURAIS E HISTÓRICAS
3.1.90.11.00.00 1000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
44.90.52.00.00 1000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

FUNDO MUNICIP	AL DA SA	ÚDE	
.301.0007.2024		DESENVOLVER AS ATIVIDADES DE ATENÇÃO A SAÚDE	
3.1.90.05.00.00	1303	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS	2.000,00
3.3.90.32.00.00	1303	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	39.310,18
3.3.90.93.00.00	3495	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	48.998,30
4.4.90.52.00.00	1303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.000,00
.301.0007.2025		DESENVOLVER AS AÇÕES DOS BLOCOS DO FUNDO DE SAÚDE	
3.1.90.16.00.00	1495	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	12.000,00
4.4.90.52.00.00	1495	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	37.000,00
4.4.90.52.00.00	3495	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	40.000,00
SECRETARIA MU	JNICIPAL I	DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	
	301.0007.2024 3.1.90.05.00.00 3.3.90.32.00.00 3.3.90.93.00.00 4.4.90.52.00.00 301.0007.2025 3.1.90.16.00.00 4.4.90.52.00.00 4.4.90.52.00.00	3.01.0007.2024 3.1.90.05.00.00 1303 3.3.90.32.00.00 1303 3.3.90.32.00.00 1303 3.3.90.32.00.00 1303 3.3.90.10.00 1303 3.301.0007.202 4.4.90.52.00.00 1495 4.4.90.52.00.00 3495	3.1 9.0 0.5 0.0.0         1303         OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS           3.3.90.32.00.00         1303         MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA           3.3.90.33.00.00         3495         INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES           4.4.90.52.00.00         1303         EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE           301.0007.2025         DESENVOLVER AS AÇÕES DOS BLOCOS DO FUNDO DE SAÚDE           3.1.90.16.00.00         1495         OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL           4.4.90.52.00.00         1495         EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

MANTER AS ATIVIDADES DA TERCEIRA IDADE 3.1.90.11.00.00 3.1.91.13.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL OBRIGAÇÕES PATRONAIS 3.800,00 10.001.08.244.0008.2027 DESENVOLVER AS ATIVIDADES ASSISTÊNCIAIS MATERIAL DE CONSUMO EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE DESENVOLVER O PROGRAMA MUNICIPAL DE PRESTAÇÃO E BENEFÍCIOS EVENTUAIS - LEI N° 2544/2013 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA 16.2 10.001.08.244.0008.2029 3.3.90.32.00.00 1000 16.203,08 10.001.08.244.0008.2030 DESENVOLVER AS ATIVIDADES DO BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA 3.1.90.13.00.00 8.000,00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL 3.1.90.16.00.00 329 3.1.91.13.00.00 1000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 1.500,00

DESENVOLVER AS ATIVIDADES DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL OBRIGAÇÕES PATRONAIS MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA 1.000,00 3.500,00 DE OBRAS, TRÂNSITO E LIRBA TO E FISCALIZAÇÃO 11.001.15.122.0017.2034 DESENVOLVER AS ATIVIDADES DE OBRAS, TRÂNSITO E URBAN VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL OBRIGAÇÕES PATRONAIS 363 367 3.1.91.13.00.00 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 3.500,00

3.000,00 SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVICOS PÚBLICOS

DIVISÃO DO DIREITO PÚBLICO 12.001.15.122.0005.2035 DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 500.00 385 387 1000 30.000,00 5.000,00 3.1.90.13.00.00 1000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 5.000,00 6.000,00 2.900,00 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE MANTER OS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA E COLETA DO LIXO 3.1.90.13.00.00 3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS OBRIGAÇÕES PATRONAIS 3.000.00 DESENVOLVER OS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO VIÁRIA OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 424 428 3.1.90.16.00.00 3.3.90.39.00.00 DIVISÃO DE SEGURANCA MANTER OS SERVIÇOS DA DEFESA CIVIL
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
OBRIGAÇÕES PATRONAIS 433 435 3.1.90.11.00.00 3.1.90.13.00.00 DIVISÃO DE NECRÓPOLE

MANTER OS SERVIÇOS DA CAPELA MORTUÁRIA E CEMITÉRIO MU OBRIGAÇÕES PATRONAIS
OBRIGAÇÕES PATRONAIS
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERM 3.1.90.13.00.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
DIVISÃO DE INFRAESTRUTURA FÍSICA, QUÍMICA E BIOLÓGICA
01.0015.203 DESENVOLVER AS ATIVIDADES DA AGRICULTURA E ME
3.1.90.11.00.00 1000 VENCIMIENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 3.1.90.11.00.00 3.1.90.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Edifício da Prefeitura Municipal de Colorado, Estado do Paraná,





..R\$ 560.348.30

### CÂMARA MUNICIPAL DE UNIFLOR

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2014 - CMU PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2014 - CMU

Ratifico por este termo a DISPENSA DE LICITAÇÃO que tem como objeto aaquisição de 01 módulo de cobertura tipo sombrite, com estrutura metálica, acabamento em wash primer e tinta poliuretano, cobertura com tela de polietileno de alta densidade, medindo 7,20x5,00m para ser instalado no estacionamento da Câmara Municipal de Uniflor., em favor da empresa: TOBIAS LUMINOSOS LTDA - ME, no Valor Total de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), com base no Art. 24, Inciso II, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, de acordo com o Parecer Jurídico, exigência do Art. 38, Inciso VI do mesmo Diploma Legal, juntamente com os elementos que instruem o Processo Administrativo Nº 08/2014 - CMU.

> Câmara Municipal de Uninot, 17 de dezembro de 2014. PEDRO CARLOS FERREIRA DE MELO =PRESIDENTE=

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 08/2014 - CMU - DISPENSA DE LICITAÇÃO

17DE DEZEMBRO DE 2014

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE UNIFLOR CONTRATADA: TOBIAS LUMINOSOS LTDA - ME CNPJ: 06.318.684/0001-50 ENDERECO: R PION JOSÉ ROMANO, 129 – CEP 87065250 – MARINGÁ/PR

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 MÓDULO DE COBERTURA TIPO SOMBRITE. COM ESTRUTURA METÁLICA, ACABAMENTO EM WASH PRIMER E TINTA POLIURETANO, COBERTURA COM TELA DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, MEDINDO 7,20X5,00M PARA SER INSTALADO NO

ESTACIONAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE UNIFLOR. DISPENSA DE LICITAÇÃO: 07/2014 - CMU

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 08/2014 - CMU

DATA ASSINATURA CONTRATO: 17/12/2014

VALOR TOTAL: R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 4.4.90.52.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

VIGÊNCIA: 17/03/2015

FORO: COMARCA DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ.

**CÂMARA MUNICIPAL DE UNIFLOR** 

TOBIAS LUMINOSOSLTDA - ME

### Prefeitura Municipal de Jardim Olinda

### TERMO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 01/2014 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JARDIM OLINDA E O CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE COM VISTAS A OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO SUS NO MUNICÍPIO.

Por este instrumento, de um lado a Prefeitura Municipal de Jardim Olinda, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF n.º 76.970.383/0001-92, com sede à Av. Siqueira Campos nesta cidade de Jardim Olinda - Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Juraci Paes da Silva, portador da cédula de identidade RG n.º 4.292.817-8PR e do CPF n.º 581.696.529-87, residente e domiciliado na rua Vereador José Assunção, Nº27 e de outro lado o CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE, CNPJ nº 03.273.207/0001-28, doravante simplesmente CONSÓRCIO, neste ato representado pelo seu Presidente Ernesto Alexandre Basso, portador da Cédula de Identidade/RG nº 6.745.804-4 SESP-PR, do CPF nº 878.814.469-00, residente e domiciliado na Avenida Paraná, 276, em Nova América da Colina (PR), com base no previsto no artigo 19º, inciso III, do estatuto do Consórcio, e nas Leis nºs 8.080/90 e 8.142/90, firmam o presente Convênio de acordo com os termos e condições a seguir estabelecidos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO - O presente Termo tem por objetivo operacionalizar ações de Assistência Farmacêutica, através da aquisição e distribuição de medicamentos essenciais, à população usuária do SUS (Sistema Único de Saúde)

CLÁUSULA SEGUNDA: DO COMPROMISSO DAS PARTES - Comprometem-se os signatários:

I - PREFEITURA MUNICIPAL:

a) repassar ao Consórcio, recursos financeiros no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) em 04 (quatro) parcelas de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), sendo que as mesmas deverão ser depositadas em conta corrente específica do Banco do Brasil, até o dia 05 dos meses de Fevereiro, Maio/2015 e Agosto, Novembro/2015, conforme plano de aplicação em anexo;

b) estruturar a Assistência Farmacêutica no município;

c) garantir que a dispensação Farmacêutica seja realizada sob responsabilidade técnica do Profissional Farmacêutico;

d) manter dados consistentes sobre o consumo de medicamentos e demanda (atendida e não atendida) de cada produto;

e) efetuar a programação de medicamentos utilizando-se do perfil epidemiológico, consumo

f) quantificar os medicamentos definindo um ponto de reposição, considerando o Consumo Médio Mensal e o tempo médio para aquisição/ressuprimento;

g) monitorar a qualidade dos medicamentos recebidos, subsidiando a Diretoria do Consórcio, fornecedores;

h) receber, armazenar e distribuir, adequadamente os medicamentos;

i) organizar a distribuição dos medicamentos, exclusivamente na rede SUS, garantindo prescrição e utilização adequada dos mesmos;

j) promover o uso racional dos medicamentos junto à população, aos prescritores e aos

k) disponibilizar e capacitar os recursos humanos em saúde, necessários a uma Assistência Farmacêutica de qualidade

II - AO CONSÓRCIO

a) seguir o elenco proposto na pactuação aprovada pela Comissão Intergestores Bipartite e Conselho Estadual de Saúde, integrantes da Relação de Medicamentos Essenciais para a Atenção Básica e constantes do Plano Estadual de Assistência Farmacêutica Básica;

b) adquirir os medicamentos de acordo com a programação do município, elaborada com o recurso financeiro disponível, conforme plano de aplicação em anexo;

c) incentivar os municípios a participarem da formulação da Política de Assistência Farmacêutica do Estado e a organizarem sua estrutura no município;

d) manter um sistema de comunicação com os municípios, para que esses obtenham informações atualizadas das programações, aquisições e movimentação financeira de seus

e) manter o cronograma de programação e aquisição, tentando evitar a descontinuidade no fornecimento:

f) efetuar as aquisições de medicamentos dentro de requisitos técnicos, legais e de qualidade, estabelecidos para esses produtos;

g) monitorar as entregas dos produtos até o seu destino final, intermediando possíveis transtornos durante seu percurso;

h) intermediar junto ao Fornecedor, a substituição dos produtos, quando comprovado desvio da qualidade originada no processo de fabricação ou transporte.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS - O valor referente ao recurso financeiro destinado à execução do presente convênio correrão à conta da Dotação Orçamentária n.º 07.008.10.301.0026.2074, elemento de despesa – 3.3.90.32.00.00, Fonte: 1303 CLÁUSULA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO - O acompanhamento do presente convênio será realizado a cada período vigência, com base em avaliações do cumprimento de seu

CLÁUSULA QUINTA: DA DENÚNCIA E RESCISÃO - O presente termo de convênio poderá ser rescindido sem comunicação prévia, caso ocorra descumprimento das obrigações ora estipuladas, sujeitando-se a parte inadimplente a eventuais perdas e danos, respondendo ainda por todo e qualquer ônus decorrente de procedimentos judiciais que se fizerem

CLÁUSULA SEXTA – Ficam sem efeito quaisquer disposições estabelecidas em convênios ou consequentes termos aditivos, anteriores ao presente, que contrariem direta ou indiretamente

necessários podendo, entretanto, ser resolvido por mútuo consenso, com antecedência

CLAUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA - Este Termo de Convênio entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá vigência de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado através de Termo

CLÁUSULA OITAVA: DAS ALTERAÇÕES - Quaisquer alterações dos termos e condições do presente convênio deverão ser objeto de termos aditivos firmados a qualquer tempo e farão parte integrante, para todos os efeitos e direitos.

CLÁUSULA NONA: DO FORO - As partes elegem o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir as dúvidas fundadas neste Instrumento e que não puderem ser resolvidas de comum acordo. E assim por estarem de pleno acordo e ajustados depois de lido e achado conforme, o presente Instrumento vai, a seguir, assinado em 03 (três) vias pelos representantes dos respectivos signatários na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo firmadas, para publicação e

Jardim Olinda, 06 de Novembro de 2014

mínima de 90 (noventa) dias.



151VALDO LOPES TERREIRA 26, 6.576, 453-5 CP5, 807, 228, 145-00

2- Rafalla de Olivara lonze 26.8568-002-0 CPF: 049.649.339-93

PLANO DE APLICAÇÃO

Órgão / entidade proponente: CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE Endereço: Praça Osório, 400 – 17 andar – conj 1702 – Centro – CEP 80.020-917 – Curitiba
Conta corrente: 5024-5

Banco do Brasil Corra correlle: 9024-9
Nome do Responsável: Ernesto Alexandre Basso
CPF: 878.814.469-00
RG: 6.745.804-4 SESP-PR
Endereço: Av. Paraná, 276 Cargo: Presidente

CEP: 86.230-970 Cidade: Nova América da Colina UF : Paraná

II - DESCRIÇÃO DO PLANO

Operacionalizar ações de Assistência Farmacêutica, através da aquisição e distribuição de ledicamentos essenciais, programados pelo Município, integrante do Consórcio.

Metas a serem atingidas

Identificação do Serviço

TESTEMUNHAS:

Adquirir os medicamentos junto a: laboratórios do sistema oficial, Distribuidoras, Indústrias da rede privada de produção, mediante processos de aquisição que atendam o previsto na legislação que regulamenta o CONSÓRCIO.

b) Adquirir e distribuir os medicamentos selecionados pelos Municípios, com base na Relação de Medicamentos Essenciais para a Atenção Básica, e programados pelos mesmos através da planilha de programação físico-financeira, de acordo com o valor financeiro definido para

nvolver controles gerenciais que permitam o acompanhamento do cumprimento dos

Destinatário do Serviço - População beneficiada

Prefeitura Municipal de Jardim Olinda - população de 1.494 habitantes

1) Tendo em vista a nova Política adotada, em 1999, pelos Gestores Federal, Estadual e Municipal, de repasse de Recurso Financeiro aos municípios como incentivo à Assistência Farmacêutica Básica, para a compra de medicamentos, os Municípios do Paraná, em conjunto com a Secretaria de Estado da Saúde, acordaram a criação do Consórcio Paraná Saúde para gerenciar os recursos financeiros desse incentivo com o objetivo de adquirir medicamentos em escala com redução de custos.

2) Essa estratégia mostrou-se eficiente e econômica, porém, até o momento atual, estava restrita aos recursos financeiros repassados pelos governos Federal e Estadual. Em virtude da economicidade, os municípios tem manifestado interesse no sentido de que o Consórcio efetue aquisição de medicamentos com recursos do tesouro municípial, complementando suas necessidades no atendimento a população.

ESTIMATIVA DE CUSTOS/ CRO	DNOGRAMA DE DESEMBOLSO
DISCRIMINAÇÃO	VALOR
1ª Parcela a ser depositada na conta corrente no. 5024-5 da Agência 3793-1 do Banco do Brasil, até o dia 05/02/2015	R\$ 5.000,00
2ª Parcela a ser depositada na conta corrente no. 5024-5 da Agência 3793-1 do Banco do Brasil, até o dia 05/05/2015	R\$ 5.000,00
3ª Parcela a ser depositada na conta corrente no. 5024-5 da Agência 3793-1 do Banco do Brasil, até o dia 05/08/2015	R\$ 5.000,00
4ª Parcela a ser depositada na conta corrente no. 5024-5 da Agência 3793-1 do Banco do Brasil, até o dia 05/11/2015	R\$ 5.000,00

Período de Execução: Início: Após a liberação da primeira parcela de recurso. Fim: 05 de novembro de 2015

III - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de celebração de Convênio e sob as penas da lei, em especial do artigo 299 do código Penal, que inexiste qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional/Estadual, que impeça a uransferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos da União/Estado, para forma desto Plano de Alicação. na forma deste Plano de Aplicação. Pede Deferimento,

Curitiba, 06 de novembro de 2014

Ernesto Alexandre Basso Presidente do Conselho Deliberativo do

### Prefeitura do Município de Colorado ESTADO DO PARANÁ

ida Brasil, 1250 - Centro - Caixa Postal 01 - CEP 86690-000 - Colorado - Paraná - (44) 3323.3033 CNPJ 76.970.328/0001-03 - coloradopr@coloradopr.gov.br coloradopr.com.br

### LEI Nº 2653/2014

Súmula: Autoriza o Executivo a realizar o pagamento dos valores referentes ao Programa de Incentivo PMAQ do Exercício de 2014 - Lei 2.515/2012 em 02 parcelas e dá outras providências.

### O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO, ESTADO DO PARANÁ:

Faço saber a todos, que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar o pagamento dos valores repassados como Incentivo Financeiro do PMAQ - AB, concedido pelo Ministério da Saúde, no âmbito do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica instituído pela Portaria 1654/11, no percentual de 100% (cem por cento) em prol dos profissionais da saúde já descritos na Lei 2.515/2012, em 02 parcelas, sendo a 1ª quitada até o dia 22/12/2014 e a 2ª parcela com quitação até 20/02/2015, referentes aos valores repassados no exercício de 2014.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se

Joaquím Horácio Rodrigues LEI Nº 2652/2014

> Súmula: Denomina Bairro e Vias Públicas do Município de Colorado, Estado do Paraná, e dá

Colorado PR, 18 de dezembro de 2014

### O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO, ESTADO DO PARANÁ:

Faço saber a todos, que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1°. Fica denominado "Jardim Panorama", o bairro compreendido no Lote Destacado do Quinhão nº 03 - Secção Central - município de Colorado, Estado do

Art. 2°. Ficam assim denominadas as ruas pertencentes ao Jardim Panorama, bairro denominado pelo artigo anterior, conforme constam no anexo desta Lei:

a) Rua Projetada "A e G" ficam denominadas "Rua Manoel Francisco Costa"

> b) Rua Projetada "B" fica denominada "Rua João Romero Palma"; c) Rua Projetada "C" fica denominada "Rua Matheus Garcia"; d) Rua Projetada "D" fica denominada "Hercules Cappi";

e) Rua Projetada "E" fica denominada "Rua Hortencia Ambrosio

Rafaini" f) Rua Projetada "F" fica denominada "Dolores Moreno Perez".

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando

Colorado PR, 18 de dezembro de 2014 Joaquim Horácio Rodrigues Prefeito

Súmula: Autoriza o Município de Colorado, através do Executivo Municipal, firmar convênio para o exercício de 2015, com a Associação Casa Lar de Colorado para repasse de recursos para promoção da assistência e atendimento social de crianças e adolescentes e dá outras providências.

### O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO, ESTADO DO PARANÁ:

Faço saber a todos, que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Município de Colorado, Estado do Paraná, através do Executivo Municipal, autorizado a firmar Convênio com a ASSOCIAÇÃO CASA LAR DE COLORADO, para o exercício de 2015, na forma estabelecida no ARt. 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, objetivando a promoção da assistência e atendimento social de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, excepcionalmente adolescente em atendimento de ordem judicial, através de repasse mensal no valor de R\$ 18.333,33 (dezoito mil, trezentos e trinta e três reais e três centavos) destinados ao atendimento nos termos do Plano de Trabalho que integra e será realizado nos Temos de Convênio correspondente

Art. 2º - As despesa decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária

Art. 3º - O prazo do presente convênio será de até 01 (hum) ano a contar de 01 de janeiro de 2015, encerrando em 31/12/2015.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Colorado PR. 18 de dezembro de 2014. Joaquin Horácio Rodrigues Prefeito **DECRETO Nº 251/2014** SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE COLORADO NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Colorado, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são endo em vista a lei Municipal nº 2.586/2013 de 13/12/2013 e de conformidade com o artigo nº 43

Artigo 1º - Autoriza o Executivo Municipal a efetuar abertura de crédito adicional suplementar no anceiro de 2014 do Município de Colorado.

06	SECRETARIA MU DIVISÃO DA DIVI			
	8.843.0014.2014	DAPUBL	CONTROLE DA DIVIDA FUNDADA, PREVIDENCIÁRIA E CONTRIBUTIVA	
149	4.6.90.91.00.00	1000	SENTENÇAS JUDICIAIS	41.000,00
02	GABINETE DO P	REFEITO		
02.004	GESTÃO PARTIC	IPATIVA		
02.004.0	4.131.0011.2004		INTENSIFICAR AS ASSESSORIAS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E OUVIDORIA MUNICIPAL	
36	3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.800,00
08	SECRETARIA MU	JNICIPAL	DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
08.003	DIVISAO DO TRA	NSPORT	E ESCOLAR	
08.003.1	2.361.0010.2020		DESENVOLVER O TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL	
223	3.3.90.39.00.00	1107	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
09	SECRETARIA MU			
09.001	FUNDO MUNICIP	AL DA SA		
09.001.1	0.301.0007.2024		DESENVOLVER AS ATIVIDADES DE ATENÇÃO A SAÚDE	
	3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	4.000,00
09.001.1	0.304.0007.2026		MANTER AS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA	
291	3.3.90.30.00.00	1497	MATERIAL DE CONSUMO	7.800,00
12			DE SERVIÇOS PÚBLICOS	
12.001	DIVISÃO DO DIR	EITO PÚE		
	5.452.0005.2036		MANTER OS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA E COLETA DO LIXO	
404	3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	9.500,00
12.001.2	6.782.0004.2040		DESENVOLVER OS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO VIÁRIA	
426	3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	12.000,00
14	SECRETARIA MU	JNICIPAL	DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
14.001	DIVISÃO DE INFE	RAESTRU	ITURA FÍSICA, QUÍMICA E BIOLÓGICA	
14.001.2	0.601.0015.2043		DESENVOLVER AS ATIVIDADES DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
469	3.3.30.41.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES	6.400,00
14.001.2	0.601.0015.2044		DESENVOLVER A PATRULHA MECANIZADA	
475	3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	5.500,00
		_	R\$	

RECURSOS EXCESSO DE ARRECADAÇÃO							
	REESTIMATIVA DA RECEITA ORÇAMENTARIA	FONTE	VALOR				
1.6.0.0.42.00.00.00	Serviços de Coleta, Transporte, Tratamento, Coleta e Destino Final de Esgotos	000	81.200,00				
1.7.2.1.33.30.01.02	Incentivo de Qualificação as Ações da Dengue	497	7.800,00				
1.7.2.1.35.01.00.00	Transferências do Salário Educação	107	5.000,00				
Total do Excesso de Arrecadação							

Artigo 3º - Como recurso hábil para cobertura do presente crédito adicional, fica indicado o provável



### **DECRETO Nº 253/2014**

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL, ALTERA AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E ALTERA O PLANO PURINANUAL 2014/2017 DO MUNICÍPIO DE COLORADO E DÁ OUTRAS

..R\$ 427.000.00

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLORADO, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, TENDO O DISPOSTO NA LEI Nº 2650 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014, RESOLVE:

Artigo 1º - Autoriza o Executivo Municipal a efetuar abertura de crédito adicional suplementar no io financeiro de 2014, alterar as Diretrizes Orçamentárias de 2014 e alterar o Plano Plurianual de 2014

Artigo 2º - Fica o Executivo municipal autorizado a abrir nas Diretrizes Orçamentárias, no Plano Plurianual e no Orçamento Programa do Município de Colorado para o exercício de 2014, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 427.000,00 (Quatrocentos e vinte e sete mil reais), destinados ao reforço das

;	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
.002	DIVISAO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

08.002.12.30	55.0010.2017		DESEVOLVIMENTO DO FUNDEB NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
195	3.1.90.11.00.00	1101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	160.000,00
196	3.1.90.16.00.00	1101	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.000,00
09 09.001	SECRETARIA MU			
03.001	I DIADO MONION	AL DA 0A		
09 001 10 30	11 0007 2025		DESENVOLVER AS ACÕES DOS BLOCOS DO FLINDO DE SAÚDE	

3.1.90.11.00.00 1495 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL MANTER AS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 09.001.10.304.0007.2026 3.1.90.11.00.00 1497 10.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA MANTER OS SERVIÇOS DA DEFESA CIVIL 12.002.06.182.0005.2039 3.1.90.11.00.00 1515 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 6.000,00

Artigo 3º - Como recursos hábeis para cobertura do presente crédito adicional, fica indicado o ovável excesso de arrecadação:

### RECURSOS EXCESSO DE ARRECADAÇÃO REESTIMATIVA DA RECEITA ORÇAMENTARIA

1.1.2.1.99.02.00.00	Taxa de Combate a Incêndio – FUNREBOM	515	6.000,00
1.7.2.1.33.10.02.04	PMAQ – Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica	495	250.000,00
1.7.2.1.33.30.01.02	Incentivo de Qualificação as Ações da Dengue	497	10.000,00
1.7.2.4.01.01.00.00	Transferências do Fundeb – 60%	101	161.000,00

..R\$ 427.000.00

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Colorado, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze

im Horácio Rodrigue <u> DECRETO № 252/2014</u>

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL, ALTERA AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E ALTERA O PLANO PLURIANUAL 2014/2017 DO MUNICÍPIO DE COLORADO E DÁ OUTRAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLORADO, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, TENDO O DISPOSTO NA LEI Nº 2649 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014, RESOLVE:

Artigo 1º - Autoriza o Executivo Municipal a efetuar abertura de crédito adicional suplementar no exercício financeiro de 2014, alterar as Diretrizes Orçamentárias de 2014 e alterar o Plano Plurianual de 2014 à 2017 de Municipio de Colorado.

Artigo 2º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir nas Diretrizes Orçamentárias, no Plano Plurianual e no Orçamento Programa do Municipio de Colorado para o exercício de 2014, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 560.348,30 (Quinhentos e sessenta mil trezentos e quarenta e oito reais e trinta centavos), destinados ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

02.002.04.122	2.0014.2002		DESENVOLVER O ASSESSORAMENTO GOVERNAMENTAL	
11	3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	350,00
03			E ASSUNTOS JURÍDICOS	
03.001	DIVISÃO DE ASS	UNTOS JU		
03.001.03.092			DESENVOLVIMENTO JURÍDICO	
589	3.1.90.05.00.00	1000	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS	150,00
06	SECRETARIA MI	JNICIPAL D	E FAZENDA	
06.001	DIVISÃO DE REC	EITAS E FI	NANCAS	
06.001.04.123	3.0003.2045		DESENVOLVER A ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	
595	3.1.90.05.00.00	1000	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS	100.00
107	3.1.91.13.00.00	1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	150.00
			· ·	,
06.003	DIVISÃO DE COM	NTABILIDAD	DE	
06.003.04.124	1.0018.2013		DESENVOLVER AS ATIVIDADES DA CONTABILIDADE MUNICIPAL	
137	3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.000,00
08	SECRETARIA MU	JNICIPAL D	E EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
08.001	DIVISÃO DO ENS	SINO FUNDA	AMENTAL	
08.001.12.361	.0010.2016		DESEVOLVIMENTO DO FUNDEB NO ENSINO FUNDAMENTAL	
174	3.1.91.13.00.00	1101	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	25.000,00
08.001.12.361	.0010.2018		DESENVOLVER AS ATIVIDADES NO ENSINO FUNDAMENTAL	
178	3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	80.000,00
	3.1.90.11.00.00	1104	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15.000.00
180	3.1.90.13.00.00	1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	250.00
	3.1.90.16.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	4.000,00
182	3.1.91.13.00.00	1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.500,00
08.002	DIVISAO DA EDU	JCAÇÃO IN	FANTIL	
08.002.12.365	5.0010.2019		DESENVOLVER AS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	

00.002	DIVIGACIDA ED	UCAÇAU	INFANTIL	
08.002.12	.365.0010.2019		DESENVOLVER AS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
200	3.1.90.13.00.00	1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.200,0
08.005	DIVISÃO DO ES	PORTE E	LAZER	
08.005.27	.812.0013.2022		DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER	
231	3.1.90.16.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	500,0
09	SECRETARIA M	UNICIPAL	L DE SAÚDE	
09.001	FUNDO MUNICI	PAL DA S	AÚDE	
09.001.10	.301.0007.2024		DESENVOLVER AS ATIVIDADES DE ATENÇÃO A SAÚDE	
252	3.1.90.11.00.00	1303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	30.310,1
580	3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	119.689,8
253	3.1.90.13.00.00	1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	20.000,0
254	3.1.90.16.00.00	1303	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15.000,0
09.001.10	.301.0007.2025		DESENVOLVER AS AÇÕES DOS BLOCOS DO FUNDO DE SAÚDE	
269	3.1.90.11.00.00	1495	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	49.000,0
553	3.1.90.11.00.00	3495	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	13.998,3
271	3.1.90.13.00.00	1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15.000,0
483	3.1.90.13.00.00	3495	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	50.000,0
484	3.1.91.13.00.00	3495	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	25.000,0
10	SECRETARIA M	UNICIPAL	L DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	
10.001	FUNDO MUNICI	PAL DE A	SSISTÊNCIA SOCIAL	
10.001.08	.244.0008.2027		DESENVOLVER AS ATIVIDADES ASSISTÊNCIAIS	
308	3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	22.000,0

3.1.90.13.00.00 1000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS DES. AS ATIVIDADES DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL OB "" 10.001.08.244.0008.2031 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E URBANISMO 
 11.001
 DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

 11.001.15.122.0017.2034
 DESENVOLVER AS ATIVIDADES DE OBRAS, TRÂNSITO E URBANISMO

 362
 3.1.90.16.00.00
 1000
 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL
 ICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS MANTER OS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA E COLETA DO LIXO

12.001.26.782.0004.2040 DESENVOLVER OS SERVICOS DE MANUTENÇÃO VIÁRIA 8.000,00 DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA MANTER OS SERVIÇOS DA DEFESA CIVIL
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS
OBRIGAÇÕES PATRONAIS 0005.2041 MANTER OS SERV. CAPELA MORTUÁRIA E CEMITÉRIO MU 3.1.90.11.00.00 1000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

448	3.1.90.16.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	200,00
449	3.1.91.13.00.00	1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	200,00
Total da	s suplememtaçõe	es		R\$ 560.348,30
			Artigo 3º - Como recursos hábeis para cob	ortura do oródito
previsto	no artigo anterio	r. fica o	Poder Executivo autorizado a cancelar igual importâno	
	s do orçamento viç		J	
02	GABINETE DO P	REFEITO		
02.001	GOVERNO MUNI	CIPAL		
02.001.04	4.122.0002.2001		GOVERNADORIA MUNICIPAL	
2	3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.000,00
3	3.1.90.13.00.00	1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.500,00
6	3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
02.003	JUNTA DE ALIST	TAMENTO	MILITAR	
02.003.0	5.151.0016.2003		MANTER AS ATIVIDADES DA JUNTA MILITAR	
21	3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.500,00
02.004	GESTÃO PARTIC	CIPATIVA		
02.004.0	4.131.0011.2004		INTENSIFICAR AS ASSE. DE COM. SOCIAL, AS. COMUNITÁRIO MUNICIPAL	OS E OUVIDORIA
30	3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.300,00
31	3.1.90.13.00.00	1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.100,00
03	SECRETARIA MI	JNICIPAL	DE ASSUNTOS JURÍDICOS	
03.001	DIVISÃO DE ASS	UNTOS J	URÍDICOS	
03.001.0	3.092.0003.2005		DESENVOLVIMENTO JURÍDICO	
39	3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.500,00

04.001.04.124.0018.2006 DESENVOLVER AS ATIVIDADES DA CONTROLADORIA MUNICIPAL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 3.1.91.13.00.00 1000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS .001.04.122.0003.2007 3.3.90.30.00.00 1000 DIVISÃO DE PESSOAL MANTER AS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL 3.1.90.11.00.00 3.1.91.13.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL OBRIGAÇÕES PATRONAIS

IPRAS, MATERIAL E PATRIMÓNIO
DESENVOLVER OS PROCEDIMENTOS DE LICITAÇÃO, COMPRAS, MATERIAL E
PATRIMÓNIO
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
6.000,00 05.003.04.122.0003.2009 3.1.90.11.00.00 3.1.90.13.00.00 6.000.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 3.1.91.13.00.00 3.3.90.39.00.00 1.500,00 6.000,00 DESENVOLVIMENTO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

3.1.91.13.00.00

VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL OBRIGAÇÕES PATRONAIS

ANÇAS
DESENVOLVER A ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
OBRIGAÇÕES PATRONAIS

OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL

CONTRATANTE

www.oregionaljornal.com.br



06.001.04.1	29.0003.2011 3.1.90.11.00.00	1000	DESENVOVER A POLÍTICA TRIBUTÁRIA VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	500,00
116 117	3.1.90.16.00.00 3.1.91.13.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.000,00 1.000,00
06.003 06.003.04.1 140	DIVISÃO DE CONT 24.0018.2013 3.1.91.13.00.00	1000	E DESENVOLVER AS ATIVIDADES DA CONTABILIDADE MUNICIPAL OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.200,00
06.004 06.004.28.8 146	DIVISÃO DA DIVIE 43.0014.2014 3.1.91.92.00.00	1000	CONTROLE DA DIVIDA FUNDADA, PREVIDENCIÁRIA E CONTRIBUTIVA DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	A 10.000,00
07 07.001	DIVISÃO DE DESE		PLANEJAMENTO URBANO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NTO URBANO E ECONÔMICO	
151	21.0014.2015 3.1.90.11.00.00	1000	DESENVOLVER O CRESCIMENTO URBANO E ECONÔMICO VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.000,00
152 156	3.1.90.13.00.00 3.3.90.30.00.00	1000 1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS MATERIAL DE CONSUMO	500,00 5.000,00
<b>07.001.23.6</b>	95.0014.2046 3.1.90.11.00.00	1000	DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.000,00
163 167	3.1.90.13.00.00	1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS MATERIAL DE CONSUMO	1.200,00
08			EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	1.300,00
08.001	DIVISÃO DO ENSI 61.0010.2016			
172	3.1.90.11.00.00	1101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	25.000,00
08.002 08.002.12.3	DIVISAO DA EDUC 65.0010.2019	CAÇÃO INF	ANTIL DESENVOLVER AS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
199 202	3.1.90.11.00.00 3.1.91.13.00.00	1104 1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.000,00 3.000,00
08.003 08.003.12.3	DIVISAO DO TRAM 61.0010.2020	ISPORTE E	SCOLAR DESENVOLVER O TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL	
213 214	3.1.90.11.00.00 3.1.90.11.00.00	1000 1104	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.000,00 12.000,00
216 217	3.1.90.16.00.00 3.1.91.13.00.00	1104 1000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.000,00 1.500,00
08.005	DIVISÃO DO ESPO	ORTE E LAZ		
229	3.1.90.11.00.00	1000	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.000,00
230 232	3.1.90.13.00.00 3.1.91.13.00.00	1000 1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.500,00 500,00
234 238	3.3.90.30.00.00 4.4.90.52.00.00	1000 1000	MATERIAL DE CONSUMO EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00 1.182,67
08.006	DIVISÃO ARTISTIC	CA, CULTUR		
240	3.1.90.11.00.00	1000	DIFUNDIR AS ATIVIDADES ARTÍSTICAS, CULTURAIS E HISTÓRICAS VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.000,00
249 <b>09</b>	4.4.90.52.00.00 SECRETARIA MUI			1.648,07
	FUNDO MUNICIPA 01.0007.2024		DESENVOLVER AS ATIVIDADES DE ATENÇÃO A SAÚDE	
608 259	3.1.90.05.00.00 3.3.90.32.00.00	1303 1303	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	2.000,00 39.310,18
552 265	3.3.90.93.00.00 4.4.90.52.00.00	3495 1303	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	48.998,30 4.000,00
09.001.10.3 272	01.0007.2025 3.1.90.16.00.00	1495	DESENVOLVER AS AÇÕES DOS BLOCOS DO FUNDO DE SAÚDE OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	12.000,00
281 564	4.4.90.52.00.00 4.4.90.52.00.00	1495 3495	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	37.000,00 40.000,00
10			ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	101223,22
	FUNDO MUNICIPA 41.0008.2028		MANTER AS ATIVIDADES DA TERCEIRA IDADE	
297 300	3.1.90.11.00.00 3.1.91.13.00.00	1000 1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL OBRIGAÇÕES PATRONAIS  DESENVOLVER AS ATIVIDADES ASSISTÊNCIAIS	3.800,00 500,00
315 319	3.3.90.30.00.00 4.4.90.52.00.00	1000 1000	MATERIAL DE CONSUMO EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.000,00 1.895,85
<b>10.001.08.2</b> 321	3.3.90.32.00.00	1000	DESENVOLVER O PROGRAMA MUNICIPAL DE PRESTAÇÃO E BENEFI EVENTUAIS - LEI № 2544/2013 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16.203,08
10.001.08.2 327	244.0008.2030 3.1.90.13.00.00	1000	DESENVOLVER AS ATIVIDADES DO BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL B OBRIGAÇÕES PATRONAIS	8 000 00
328 329	3.1.90.16.00.00 3.1.91.13.00.00	1000 1000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL OBRIGAÇÕES PATRONAIS	5.000,00 1.500,00
	44.0008.2031		DESENVOLVER AS ATIVIDADES DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL E	
339 342	3.1.91.13.00.00 3.3.90.32.00.00	1000 1935	OBRIGAÇÕES PATRONAIS MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1.000,00 3.500,00
11.001			OBRAS, TRÂNSITO E URBANISMO ENTO E FISCALIZAÇÃO DESENVOLVER AS ATIVIDADES DE OBRAS, TRÂNSITO E URBANISMO	
360 361	3.1.90.11.00.00	1000 1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL  OBRIGAÇÕES PATRONAIS	6.000,00 3.000,00
363 367	3.1.91.13.00.00 3.3.90.39.00.00	1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.500,00 3.500,00
11.002 11.002.15.4	DIVISÃO DE OBRA 151.0017.1009	AS PÚBLICA	AS CONTRAPARTIDA DE EVENTUAIS CONVÊNIOS ESTADUAIS E FEDERA	
378 11.002.17.5	4.4.90.51.00.00 512.0006.1002 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALAÇÕES  DESENVOLVIMENTO DO ATERRO SANITÁRIO OBRAS E INSTALAÇÕES	3.000,00
12			SERVIÇOS PÚBLICOS	50.000,00
12.001 12.001.15.1	DIVISÃO DO DIRE 22.0005.2035			
617 385	3.1.90.05.00.00 3.1.90.11.00.00	1000 1000	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	500,00 30.000,00
387 388	3.1.90.13.00.00 3.1.90.16.00.00	1000 1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	5.000,00 5.000,00
389 396	3.1.91.13.00.00 4.4.90.52.00.00	1000 1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.000,00 2.900,00
<b>12.001.15.4</b> 618	52.0005.2036 3.1.90.05.00.00	1000	MANTER OS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA E COLETA DO LIXO OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS	4==
400 402	3.1.90.13.00.00 3.1.91.13.00.00	1000 1000 1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS OBRIGAÇÕES PATRONAIS	400,00 400,00 3.000,00
<b>12.001.26.7</b> 424 428	82.0004.2040 3.1.90.16.00.00 3.3.90.39.00.00	1000 1000	DESENVOLVER OS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO VIÁRIA OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500,00 4.000,00
12.002 12.002.06.1	DIVISÃO DE SEGU 82.0005.2039	IRANÇA PÚ		-
433 435	3.1.90.11.00.00 3.1.90.13.00.00	1000 1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.500,00 1.500,00
	DIVISÃO DE NECE 52.0005.2041		MANTER OS SERVIÇOS DA CAPELA MORTUÁRIA E CEMITÉRIO MUNIC	
451 452 <b>13</b>	3.3.90.39.00.00 4.4.90.52.00.00 SECRETARIA MUN	1000 1000 NICIPAL DE	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE  SANEAMENTO	8.000,00 873,50
13.001	DIVISÃO DE SANE		DESENVOLVER O SISTEMA DE ÁGUA POTÁVEL E ESGOTO SANITÁRIO	)
454 455	3.1.90.11.00.00 3.1.90.13.00.00	1000 1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL OBRIGAÇÕES PATRONAIS	20.000,00 1.200,00
457 463	3.1.91.13.00.00 4.4.90.52.00.00	1000 1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.800,00 2.936,65

Edifício da Prefeitura Municipal de Colorado, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mile quatorze.

 DIVISÃO DE INFRAESTRUTURA FÍSICA, QUÍMICA E BIOLÓGICA

 BOTUSIÃO DE INFRAESTRUTURA FÍSICA, QUÍMICA E BIOLÓGICA

 861-0018.2043
 DESENVOLVER AS ATIVIDADES DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

 3.1:90.11.00.00
 1000
 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

 3.1:90.13.00.00
 1000
 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

14.001.20.601.0015.2044

DESENVOLVER A PATRULHA MECANIZADA

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1.500,00

...R\$ 560.348.30





Ratifico por este termo a DISPENSA DE LICITAÇÃO que tem como objeto aaquisição de 02 microfones sem fio mão duplos UHF para a Câmara Municipal

de Uniflor, em favor da empresa: MUSITECH INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA, no Valor Total de R\$ 1.116,00 (um mil cento e dezesseis reais), com base no Art. 24, Inciso II, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, de acordo com o Parecer Jurídico, exigência do Art. 38, Inciso VI do mesmo Diploma Legal, juntamente com os elementos que instruem o Processo Administrativo Nº 09/2014 -CMU.

> Câmara Municipal de Uniflor 17 de dezembro de 2014. PEDRO CARLOS FERREIRA DE MELO

=PRESIDENTE=

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 09/2014 - CMU - DISPENSA DE LICITAÇÃO

17 DE DEZEMBRO DE 2014

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE UNIFLOR CONTRATADA: MUSITECH INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA

03.846.192/0001-40 ENDERECO:

AV. HERVAL, 695 - CENTRO - CEP 87013200 - MARINGÁ/PR

**OBJETO**: AQUISIÇÃO DE 02 MICROFONES SEM FIO MÃO DUPLOS UHF PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE UNIFLOR.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 08/2014 - CMU

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 09/2014 - CMU

DATA ASSINATURA CONTRATO: 17/12/2014

VALOR TOTAL: R\$ 1.116,00 (um mil cento e dezesseis reais) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 4.4.90.52.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL

VIGÊNCIA: 17/03/2015

PERMANENTE

FORO: COMARCA DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ.

MUSITECH INST. MUSICAIS LTDA

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIFLOR CONTRATADA



### Santo Inácio PREFEITURA DE SANTO INÁCIO

CNPJ 76.970.375/0001-46

<u>REPUBLICAÇÃO</u> BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANEXO 12

Exercício 2013 Balanço Anual		Data de Emissão: 12/1		Página: 1
RECEITAS ORÇAMETÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVIZÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	18.878.000,00	(a) 19.510.041,50	(b) 20.307.589,56	c=(b-a) 797.548,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.235.000,00	1.235.000,00	1.398.652,28 1.299.614,62	163.652,2
IMPOSTOS TAXAS	1.090.000,00 145.000,00	1.090.000,00 145.000,00	1.299.614,62	209.614,6 (45.962,34
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,0
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	109.000,00 9.000,00	187.997,69 9.000,00	252.762,61 15.927,93	64.764,9 6.927,9
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO	0,00	0,00	0,00	0,0
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE RECEITA PATRIMONIAL	100.000,00 89.000,00	178.997,69 89.711.23	236.834,68 81.404.57	57.836,9 (8.306,66
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	10.000,00	10.000,00	743,94	(9.256,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	70.000,00	70.711,23	80.660,63	9.949,4
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	9.000.00	9.000,00	0,00	(9.000,0
RECEITA DECORRENTE DO DIREITO DE	0,00	0,00	0,00	0,0
RECEITA DA CESSÃO DE DIREITOS OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	00,0	0,00	0,00	0,0
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,0
RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	0,00	0,00	0,00	0,0
RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,0
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,0
RECEITA DA INDUSTRIA EXTRATIVA MINERAL	0,00	0,00	0,00	0,0
RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO RECEITA DA INDÚSTRIA DE CONTRUÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,0
OUTRAS RECEITAS INDUSTRIAIS	0,00	0,00	0,00	0,0
RECEITA DE SERVIÇOS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	149.000,00	149.000,00	6.810,99	(142.189,0 725.482.2
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	17.091.000,00 17.040.000,00	17.643.332,58 17.424.332,58	18.368.814,86 18.236.838,60	725.482,2 812.506,0
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,0
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	0,00	0,00	0,00	0,0
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00 51.000,00	0,00 219.000,00	0,00 131.976,26	0,0 (87.023,7-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	205.000,00	205.000,00	199.144,25	(5.855,7
MULTAS JUROS DE MORA INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	50.000,00 30.000,00	50.000,00 30.000.00	53.554,21 827,70	3.554,2 (29.172,3
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	125.000,00	125.000,00	144.762,34	19.762,3
RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	0,00	0,0
RECEITAS DE CAPITAL OPERAÇÕES DE CRÉDITO	440.000,00 40.000,00	1.636.654,91 815.000,00	453.874,06 0,00	(1.182.780,8 (815.000,0
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	40.000,00	815.000,00	0,00	(815.000,0
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,0
ALIENAÇÃO DE BENS ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	20.000,00 20.000,00	20.000,00 20.000,00	0,00	(20.000,0
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,0
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00 380,000,00	0,00 801.654.91	0,00	0,0
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	380.000,00 100.000,00	801.654,91 100.000,00	453.874,06 0,00	(347.780,8
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,0
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	00,0	0,00	0,00	0,0
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS  TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,0
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	280.000,00	701.654,91	453.874,06	(247.780,85
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,0
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA PROVENIENTE DE	0,00	0,00	0,00	0,0
RECEITA AUFERIDA POR DETENTORES DE	0,00	0,00	0,00	0,0
OUTRAS RECEITAS RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTARIAS	0,00	0,00	0,00	0,0
RECEITA TRIBUTARIA INTRAORÇAMENTARIA	0,00	0,00	0,00	0,0
TAXAS - OPERAÇOES INTRAORÇAMENTARIAS	0,00	0,00	0,00	0,0
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA RECEITAS DE OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTARIAS	0,00	0,00	0,00	0,0
CONTRIB SOCIAIS - OPERAÇOES	0,00	0,00	0,00	0,0
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO COSIP - COBRANÇA NA FATURA DE CONSUMO DE	0,00	0,00	0,00	0,0
RECEITA PATRIMONIAL INTRAORÇAMENTARIA	0,00	0,00	0,00	0,0
RECEITAS IMOBILIARIAS - OPERAÇOES	0,00	0,00	0,00	0,0
RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES - OUTRAS REC PATRIMONIAIS - OPERAÇOES	0,00	0,00	0,00	0,0
RECEITA AGROPECUARIA INTRAORÇAMENTARIAS	0,00	0,00	0,00	0,0
RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL - OPERAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,0
RECEITA DA PRODUÇAO ANIMAL E DERIV - OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS -	0,00	0,00	0,00	0,0
RECEITA INDUSTRIAL INTRAORÇAMENTARIA	0,00	0,00	0,00	· ·
RECEITA DA INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL	0,00	0,00	0,00	0,0
RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇAO - RECEITA DA INDUSTRIA DE CONSTRUÇAO/ -	0,00	0,00	0,00	0,0
OUTRAS RECEITAS INDUSTRIAIS/ - OPERAÇOES	0,00	0,00	0,00	0,0
RECEITA DE SERVIÇOS INTRAORÇAMENTARIAS OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,0
OUTRAS RECEITAS CORRENTES  MULTAS DE JUROS DE MORA/OPERAÇOES	0,00	0,00	0,00	0,0
INDENIZAÇOES E RESTITUIÇOES/OPERAÇOES	0,00	0,00	0,00	0,0
RECEITAS DE APORTES PERIÓDICOS PARA RECEITAS DIVERSAS /OPERAÇOES	0,00	0,00	0,00	0,0
ECEITAS DIVERSAS JOPERAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,0
OPERAÇOES DE CREDITO - OPERAÇOES	0,00	0,00	0,00	0,0
OPERAÇOES DE CREDITO INTERNAS ALIENAÇAO DE BENS - OPERAÇOES	0,00	0,00	0,00	0,0
ALIENAÇÃO DE BENS MOVEIS - OPERAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,0
ALIENAÇÃO DE BENS IMOVEIS - OPERAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,0
AMORTIZAÇAO DE EMPRESTIMOS - OPERAÇOES TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,0
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL - OPERAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,0
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL -	0,00	0,00	0,00	0,0
OUTRAS RECEITAS - OPERAÇOES DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00 (2.863.000,00)	0,00 (2.863.000,00)	0,00 (3.122.514,80)	0,0 (259.514,80
RENÚNCIA	0,00	0,00	0,00	0,0
RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,0
DESCONTOS CONCEDIDOS DEDUÇÃO RECEITA FORMAÇÃO DO FUNDEF/FUNDEB	0,00 (2.863.000,00)	0,00 (2.863.000,00)	0,00 (3.122.514,80)	0,0 (259.514,86
DEDUÇÃO RECEITA FORMAÇÃO DO	(2.863.000,00)	(2.863.000,00)	(3.122.514,80)	(259.514,80
OUTRAS DEDUÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,0
UBTOTAL DAS RECEITAS (I) EFINANCIAMENTO (II)	16.455.000,00	18.283.696,41 0,00	17.638.948,82 0,00	(644.747,59
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,0
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,0
CONTRATUAL OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,0
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,0
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,0
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I+II) DÉFICIT (IV)	16.455.000,00 0,00	18.283.696,41 0,00	17.638.948,82 0,00	(644.747,59
**************************************	16.455.000,00	18.283.696,41	17.638.948,82	(644.747,59
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,0

TOTAL (V) = (III+IV)	1	6.455.000,00	18.283.696	5,41	17.638.948,82	(644.747,59)
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	(	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO		0,00	(	0,00	0,00	0,00
REABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS		0,00	(	0,00	0,00	0,00
				•		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	c=(e-f)
DESPESAS CORRENTES	11.337.500,00	12.392.075,51	11.619.559,82	11.619.559,82	11.371.820,66	772.515,69
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.410.000,00	6.508.197,19	6.372.338,13	6.372.338,13	6.187.478,40	135.859,06
JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	80.000,00	35.000,00	23.055,81	23.055,81	23.055,81	11.944,19
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.847.500,00	5.848.878,32	5.224.165,88	5.224.165,88	5.161.286,45	624.712,44
DESPESAS DE CAPITAL	1.047.500,00	2.834.094,09	1.192.953,08	1.192.953,08	1.184.115,80	1.641.141,01
INVESTIMENTOS	477.500,00	1.656.094,09	775.610,32	775.610,32	766.773,04	880.483,77
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	750.000,00	0,00	0,00	0,00	750.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	570.000,00	428.000,00	417.342,76	417.342,76	417.342,76	10.657,24
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	169.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	169.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	12.554.000,00	15.226.169,60	12.812.512,90	12.812.512,90	12.555.936,46	2.413.656,70
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	12.554.000,00	15.226.169,60	12.812.512,90	12.812.512,90	12.555.936,46	2.413.656,70
SUPERÁVIT (IX)	3.901.000,00	3.901.000,00	4.826.435,92	4.826.435,92	0,00	(925.435,92)
TOTAL(X) = (VIII + IX)	16.455.000,00	19.127.169,60	17.638.948,82	17.638.948,82	12.555.936,46	1.488.220,78

ANEXO I - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

	INCRI	TOS				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b-c-e)
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO II - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

	INC	RITOS				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(f)=(a+b-c-d)	
DESPESAS CORRENTES	1.012,71	754.423,18	733.655,66	0,00	21.780,23	
PESOAL E ENCARGOS SOCIAIS	104,47	624.580,73	624.685,20	0,00	0,00	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	908,24	129.842,45	108.970,46	0,00	21.780,23	
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	31.925,86	31.925,86	0,00	0,00	
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	31.925,86	31.925,86	0,00	0,00	
TOTAL	1.012,71	786.349,04	765.581,52	0,00	21.780,23	

Edmar Alencar Junior
TO CRO PR 04789300-3
CPF 248-000.000-01
CPF 248-000.000-01

	F	BA	LANÇO FINAN	CEIRO - ANEXO 13		
Exercício 2013	Balanço Anual	Data	de Emissão: 12	/12/2014		Página: 1
	INGRESSOS DISPÊNDIOS					
	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orcamentária (I)		17.638.948,82	0,00	Despesa Orçamentária (VI)	12.812.512,90	0,00
Ordinária		17.638.948,82	0,00	Ordinária	12.812.512,90	0,00
Vinculada		0,00	0,00	Vinculada	0,00	0,00
Transferências Financeiras Re	cebidas (II)	0,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	4.202.871,76	0,00
Recebimentos Extraorçamentá	ários (III)	1.663.712,36	0,00	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	2.082.542,88	0,00
Saldo em Espécie do Exercício	Anterior (IV)	1.343.881,84	0,00	Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)	1.548.615,48	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.343.881,84	0,00	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.548.615,48	0,00
Realizável		0,00	0,00	Realizável	0,00	0,00
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	B	20.646.543,02	0,00	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	20.646.543,02	0,00
Value Arionis Turcate  Grant Stencar Junior Toping Passage Toping Passage State Toping Passag				A Man Larry January  Withon A. de Akendyr Junior  Courros agor freque		

BALANÇO PATRIMONIAL Balanço Anual

Página: 1

ATIVO CIRCULANTE  ATIVO CIRCULANTE  ATIVO CIRCULANTE  1.979,197.47  0.00  PASSIVO CIRCULANTE  0.00  PASSIVO CIRCULANTE  0.00  PASSIVO CIRCULANTE  0.00  OBRIGAÇÕES TRABAL-HISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E  240.316,19  240.316,19  240.316,19  240.316,19  250.00  DIVIDA ATIVA TRIBUTĀRIA  409.000,53  0.00  DEPÓSITOS DE TRANSFREMÈCIAS A RECEBER  0.00  0.00  DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES A CURTO PRAZO  DUFOS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A  210.472,91  0.00  0JUROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A  233.846,953.24  DENN MÓVEIS  2717.013,98  2717.013,98  2717.013,98  2717.013,98  2717.013,98  2717.013,98  0.00  DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES A  2717.013,98  0.00  DENREGAÇÕES TRABAL-HISTAS, PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR  0.00  DENREGAÇÕES TRABAL-HISTAS, PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR  0.00  DENREGAÇÕES TRABAL-HISTAS, PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR  0.00  DENREGAÇÕES TRABAL-HISTAS, PAGAR  0.00  DENREGAÇÕES TRABAL-HISTAS, PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR  0.00  DEPÓSITOS E VALORES A CURTO PRAZO  OUTROS CRÉDITOS A VALORES A CURTO PRAZO  OUTROS CRÉDITOS A VALORES A CURTO PRAZO  OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A  ATIVO NÃO-CIRCULANTE  23.846,953,24  0.00  DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES A  ATIVO NÃO-CIRCULANTE  0.00  DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES A  DENREGAÇÕES TRABAL HISTAS, PREVIDÊNCIÁRIAS E  PRESTIMOS A PAGAR  0.00  DEMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO INTERNO  OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO ON A  OBERIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO ON A  OBERIGAÇÕES TRABAL-HISTAS, PREVIDÊNCIÁRIAS E  PRESSOAL A PAGAR  17.303,11  PRESS	ATIVO			PASSIVO		
ATIVO CIRCULANTE  CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA  CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA  1.548 615.48  0.00  OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDÊNCIÁRIAS E  240.316, 19  OBRIGAÇÕES A PAGAR  0.00  DEMAS CRÉDITOS A CURTO PRAZO  DEMAS CRÉDITOS E TRANSFERÊNCIAS A RECEBER  0.00  DEMAS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO  DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES A  21.581,46  0.00  OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A  ATIVO RÁO-CIRCULANTE  12.846,993,24  DENS MÓVEIS  DENS MÓVEIS  DENS MÓVEIS  21.129.939,25  DENS MÓVEIS	ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		Exercício
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA   1.548,615,48   0.00   OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E   240,316,19   PESSOAL A PAGAR   8.081,23   CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA   1.548,615,48   0.00   DEPÓSITOS A CURTO PRAZO   DÍVIDA ATTIVA TRIBUTÁRIA   409,000,53   0.00   DEPÓSITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER   0.00   0.00   DEPÓSITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER   0.00   DEPÓSITOS RESTITUEIS E VALORES A CURTO PRAZO   21,581,46   0.00   DEPÓSITOS RESTITUEIS E VALORES A CURTO PRAZO   0.00   DEPÓSITOS RESTITUEIS E VALORES A CURTO   0.00   DEPÓSITOS RESTITUEIS E VALORES A CURTO PRAZO   0.00   DEPÓSITOS RESTITUEIS						Anterior
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA CRÉDITOS A CURTO PRAZO DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA 409.000,53 0,00 DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES 01472,91 000 DEMOS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES 01472,91 000 DEMOS CRÉDITOS E VALORES 01472,91 000 DITOS CRÉDITOS E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A 92,970,14 000 DITOS CREDITOS E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A 92,970,14 000 DITOS CREDITOS E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A 92,970,14 000 DITOS CREDITOS E PAGAR DE CAUTO PRAZO 0,00 000 DITOS CREDITOS E PAGAR DE CAUTO PRAZO 0,00 000 DITOS CREDITOS E PAGAR DE CAUTO PRAZO 0,00 000 DITOS CREDITOS E PAGAR DE CAUTO PRAZO 0,00 000 DITOS CREDITOS E PAGAR DE CAUTO PRAZO 0,00 000 DITOS CREDITOS E PAGAR DE CAUTO PRAZO 0,00 000 DITOS CREDITOS E PAGAR DE CAUTO PRAZO 0,00 000 DITOS CREDITOS E PAGAR DE CAUTO PRAZO 0,00 000 DITOS CREDITOS E PAGAR DE CAUTO PRAZO 0,00 000 DITOS CREDITOS E PAGAR DE CAUTO PRAZO 0,00 000 DITOS CREDITOS E PAGAR DE CAUTO PRAZO 0,00 000 DITOS CREDITOS E PAGAR DE CAUTO PRAZO 0,00 000 DITOS CREDITOS E PAGAR DE CAUTO PRAZO 0,00 000 DITOS CREDITOS E PAGAR DE CAUTO PRAZO 0,00 000 DITOS CREDITOS E PAGAR DE CAUTO PRAZO 0,00 000 DITOS CREDITOS E PAGAR DE CAUTO PRAZO 0,00 000 DITOS CREDITOS CREDITOS CREDITOS CREDITOS CAUTO PRAZO 0,00 000 DITOS CREDITOS CREDITOS CREDITOS CREDITOS CREDITOS CREDITOS CREDITOS CREDITO						0,00
CREDITOS A CURTO PRAZO   409.000.53   0.00   BENEFICIOS A SENISTENCIAIS A PAGAR   0.00   0.						0,00
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA  CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER  DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO  DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES  OUTROS CRÉDITOS A BECEBER E VALORES A  21.581,46  0.00  DUTROS CRÉDITOS A BECEBER E VALORES A  ATIVO RÁO-CIRCULANTE  10.55  10.05  21.472.91  0.00  DIRIGAÇÕES FISCAIS A PAGAR BE EMPRÉSTIMOS E (DATENDA)  DIRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO - INTERNO  0.00  DIRIGAÇÕES FISCAIS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E (DATENDA)  DIRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO - INTERNO  0.00  DIRIGAÇÕES FISCAIS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E (DATENDA)  DIRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO - ONO  DERIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO - ONO  DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - ONO  DEMAIS OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO - ONO  DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - ONO  DEMAIS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDÊNCIÁRIAS E - PASSIVO NÃO-CIRCULANTE - OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - ONO  DEMAIS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDÊNCIÁRIAS E - MARTIMONIO LIQUIDO  EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO - INTERNO - 154.459,30  EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO - 154.459,30  DEMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO - 154.459,30  DOTAL DO PARIMÔNIO LIQUIDO - 24.798.467,62  TOTAL DO PARIMÔNIO LIQUIDO - 24.798.467,62  ATIVO FINANCEIRO - 1.570.196.94  DO PASSIVO PRIMANENTE - 058.26.150.71  DO PASSIVO PRIMANENTE - 058.26.150.71						0,00
CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER DE MAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO DE DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO DE PÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES A 108.55   0.00 DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES A 108.55   0.00 DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES A 108.55   0.00 JUROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A 108.55   0.00 JUROS E CROARAGO S A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E DURAS A PAGAR A CURTO PRAZO - INTERNO 0.00 JUROS E CONTAS A PAGAR A CURTO 92.970.14 DENS MOVEIS   0.00 DENGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO 0.00 OBIGIAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO 0.00 OBIGIAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO 0.00 DENGAÇÕES FISCAIS A C			0,00			0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES A 21.472.91 0.00 DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES A 21.472.91 0.00 DUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A 23.846.953.24 0.00 DUTROS CRÉDITOS A PECEBER E VALORES A 23.846.953.24 0.00 DEMPRÉSTIMOS A DE EMPRÉSTIMOS E 0.00 DONOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E 0.00 DONOS A CURTO PRAZO 0.00 DONOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E 0.00 DONOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E 0.00 DONOS A CURTO PRAZO 0.00 DONOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E 0.00 DONOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E 0.00 DONOS A CURTO PRAZO 0.00 DONOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E 0.00 DONOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E 0.00 DONOS A CURTO PRAZO 0.00 DONOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E 0.00 DONOS A CURTO PRAZO 0.00 DONOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E 0.00 DONOS A CURTO PRAZO 0.00 DONOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E 0.00 DONOS A CURTO PRAZO 0.00 DONOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E 0.00 DONOS A CURTO PRAZO 0.00 DONOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E 0.00 DONOS A CURTO PRAZO 0.00 DONOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E 0.00 DONOS A CURTO PRAZO 0.00 DONOS	-	409.000,53	0,00		0,00	0,00
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A ATIVO NÃO-CIRCULANTE IMOBILIZADO BENS IMÓVEIS DENS MÓVEIS DENS MÓVE						0,00
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A ATIVO PINANCEIRO  OUTROS CRÉDITOS A PACAGR DE EMPRESTIMOS E 23.846.953,24 23.846.953,24 23.846.953,24 23.846.953,24 27.77.013,98 27.77.0	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	21.581,46	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO	0,00	0,00
ATIVO PRIANCEIRO  ATIVO PRINANCEIRO  ATIVO PRINANCEIRO  23.846.953.24 23.846.953.24 23.846.953.24 23.846.953.24 23.846.953.24 23.846.953.24 23.846.953.24 23.846.953.24 23.846.953.24 23.846.953.24 23.846.953.24 23.846.953.24 23.846.953.24 24.786.86.752 25.77 26.80 PASSIVO PRAZO CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO 0.00 0 PORIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO 0.00 0 PORIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO 0.00 0 PORIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO 0.00 0 PORIGAÇÕES A CURTO PRAZO 0.00 0 PASSIVO PRAZO 0.00 0 PASSIVO PRAZO 0.00 0 PAGRIGAÇÕES A CURTO	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES	21.472,91	0,00	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO	0,00	0,00
MOBILIZADO   23,846,953,24   0,00   FORNECEDORES E CONTAS A PACAR NACIONAIS A   92,970,14   0,00	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A	108,55	0,00	JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E	0,00	0,00
BENS MÓVEIS BENS MÓVEIS BENS IMÓVEIS 2.717.013.98 21.129.939.26  0.00  0BRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO 0 OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO 0 OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO 91.217.09 91.217.09 90.690.29 0 VALORES RESTITUÍVEIS 0 OUTAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO 526.80 PASSIVO NÃO-CIRCULANTE 0 OBRIGAÇÕES TRABALAHSTAS, PREVIDÊNCIÁRIAS E 448.720.37 PESSOAL A PAGAR 17.363.11 ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR 17.363.11 ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR 17.363.11 ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR 17.363.11 TOTAL DO PASSIVO 10.20 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO 154.459.30 EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO 154.4	ATIVO NÃO-CIRCULANTE	23.846.953,24	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO	92.970,14	0,00
BENS IMÓVEIS   21.129.939.26   0.00   OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A   0.00   OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO   91.217.09   OLDINAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO   91.217.09   OLDINAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO   90.090.29   OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO   526.80   OLDINAS OBRIGAÇÕES   OLDINAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO   526.80   OLDINAS OBRIGAÇÕES   OLDINAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO   OLDINAS OBRIGAÇÕES   OLDINAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO   OLDINAS OBRIGAÇÕES	IMOBILIZADO	23.846.953,24	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A	92.970,14	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO VALORES RESTITUÍVEIS 90.590,29 OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO 526,80 PASSIVO NÃO-CIRCULANTE OBRIGAÇÕES TABALHSTAS, PREVIDÊNCIÁRIAS E 17.363,11 ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR 17.363,11 TOTAL DO PASSIVO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ESPECÍFICAÇÃO ALUAI  RESULTADOS ACUMULADOS RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 23.967.755.59 TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 24.798.467,62 RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 23.967.755.59 TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 24.798.467,62 TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 24.798.467,62 SERSULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 23.967.755.59 TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 24.798.467,62 SERSULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 23.967.755.59 TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 24.798.467,62 SERSULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 25.826.150.71  ATIVO FINANCEIRO 1.570.196.94 0.00 PASSIVO PINANCEIRO 369.046.96 SOS.05.13 SALDO PATRIMONIAL	BENS MÓVEIS	2.717.013,98	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
VALORES RESTITUÍVEIS 90.690.29 OUTRAS ORRIGAÇÕES A CURTO PRAZO 526.80 PASSIVO NÃO-CIRCULANTE 603.179.67 OBRIGAÇÕES FRABALHISTAS, PREVIDÊNCIÁRIAS E 448.720.37 PESSOAL A PAGAR 17.303.11 EMCARGOS SOCIAIS A PAGAR 451.357.26 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO 1504.469.30 EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO 154.469.30 TOTAL DO PASSIVO 1.0.27.683.09 PATRIMÔNIO LÍQUIDO EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO 154.459.30 TOTAL DO PASSIVO 24.798.407.62 RESULTADOS ACUMULADOS 24.798.407.62 RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 23.997.755.59 TOTAL 26.926.160.71  ATIVO FINANCEIRO 1.570.196.94 0.00 PASSIVO PINANCEIRO 369.046.96 ATIVO PERMANENTE 24.255.953.77 0.00 PASSIVO PERMANENTE 5658.636.13 SALDO PATRIMÓNIO LÍQUIDO 5658.636.13	BENS IMÓVEIS	21.129.939,26	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A	0,00	0,00
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO  \$26,80  PASSIVO NÃO-CIRCULANTE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDÊNCIÁRIAS E 448,720,37  PESSOAL A PAGAR ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO 154,459,30  TOTAL DO PASSIVO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  ESPECIFICAÇÃO RESULTADO SA CUMULADOS 24,798,467,62 RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 23,967,755,59  TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 24,798,467,62  TOTAL 25,826,150,71  O,00 TOTAL 25,826,150,71  ATIVO PINANCEIRO 1,570,196,94 0,00 PASSIVO PINANCEIRO 369,046,96 361,00 360,013 361,00 361,0				DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	91.217,09	0,00
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDÊNCIÁRIAS E 448.720,37 PESSOAL A PAGAR 17.363,11 ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR 431.357,26 EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO 154.469,30 EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO 154.469,30 TOTAL DO PASSIVO PATRIMÔNIO LIQUIDO ESPECIFICAÇÃO Atuai  RESULTADOS ACUMULADOS 24.798.467,62 RESULTADO DO EXERCÍCIO ASTERIORES 23.967.755,59 TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 24.798.447,62 TOTAL 25.826.150,71  ATIVO FINANCEIRO 1.570.196,94 0,00 PASSIVO PINANCEIRO 369.046,96 ATIVO PERMANENTE 24.255.953,77 0,00 PASSIVO PERMANENTE 565.636,13 24.798.467,62 CONTRADOR CONT		1		VALORES RESTITUÍVEIS	90.690,29	0,00
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDÊNCIÁRIAS E PESSOAL A PAGAR 17.363,11 ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR 431.377.26 EMPRESTINOS A FAGAR EMPRESTINOS E FINANCIAMENTOS A LONGO EMPRESTINOS A LONGO PRAZO - INTERNO 154.459.30 TOTAL DO PASSIVO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ESPECIFICAÇÃO RESULTADOS ACUMULADOS RESULTADOS ACUMULADOS RESULTADOS ACUMULADOS RESULTADOS DE EXERCÍCIO 830.712.03 RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 23.967.755.59 TOTAL 25.826.150,71 0,00 TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 24.788.467,62 25.826.150,71  ATIVO PINANCEIRO 1.570.196.84 0,00 PASSIVO FINANCEIRO 359.046.86 ATIVO PERMANENTE 558.636.13		i i		OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	526,80	0,00
PESSOAL A PAGAR  PESSOAL A PAGAR  ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR  17.363.11  431.357.26  EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO  EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO  154.459.30  PATRIMÔNIO LIQUIDO  ESPECIFICAÇÃO  Atual  RESULTADOS ACUMULADOS  RESULTADOS ACUMULADOS  RESULTADOS DE EXERCÍCIO SANTERIORES  23.967.755.59  TOTAL  25.926.150.71  0.00 TOTAL  25.926.150.71  ATIVO FINANCEIRO  1.570.196.94  0.00 PASSIVO FINANCEIRO  369.046.96  ATIVO PERMANENTE  24.255.953.77  0.00 PASSIVO PERMANENTE  658.636.13  24.786.467.62				PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	603.179,67	0,00
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR EMPRÉSTIMOS A LONGO 1594 459.30 TOTAL DO PASSIVO  ESPECIFICAÇÃO  RESULTADOS ACUMULADOS RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 23.967.755.59 TOTAL 25.826.150,71  ATIVO FINANCEIRO  1.570.196,94		i !		OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDÊNCIÁRIAS E	448.720,37	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO   154.459.30		1 1		PESSOAL A PAGAR	17.363,11	0,00
EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO 154.456.30  TOTAL DO PASSIVO 1.027.683.09  PATRIMÔNIO LÍQUIDO  ESPECÍFICAÇÃO EMPRÉSIMOS 24.798.467.62  RESULTADOS ACUMULADOS 24.798.467.62  RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 23.967.755.69  TOTAL 25.826.150.71 0.00 TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 24.798.447.62  ATIVO FINANCEIRO 1.570.196.94 0.00 PASSIVO FINANCEIRO* 369.046.96  ATIVO PERMANENTE 24.256.933.77 0.00 PASSIVO PERMANENTE 656.636.13  SALDO PATRIMONIAL 456.820				ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	431.357,26	0,00
TOTAL DO PASSIVO   1.027.683,09		i !		EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO	154.459,30	0,00
PATRIMÓNIO LÍQUIDO   Exercicio   Exercic				EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO	154.459,30	0,00
ESPECIFICAÇÃO   Exercicio   Exercicio   Atual		1 1		TOTAL DO PASSIVO	1.027.683,09	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS   24.798.467.62   RESULTADOS ACUMULADOS   24.798.467.62   RESULTADO DO EXERCÍCIO   830.712.03   RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES   23.967.755.59   TOTAL   25.826.150.71   25.826.150.71   25.826.150.71   25.826.150.71   25.826.150.71   26.826.150.71   27.0196.94   0.00   PASSIVO FINANCEIRO   369.046.96   ATIVO PERMANENTE   24.265.953.77   0.00   PASSIVO PERMANENTE   656.536.13   24.798.467.62   24.798				PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
RESULTADOS ACUMULADOS   24.798.467.62     RESULTADOS DE EXERCÍCIO   830.712.03     RESULTADO DO EXERCÍCIO   830.712.03     RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES   23.967.755.59     TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO   24.798.467.62     TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO   25.826.150,71     ATIVO FINANCEIRO   1.570.196.94   0.00   PASSIVO FINANCEIRO   369.046.96     ATIVO PERMANENTE   24.265.953.77   0.00   PASSIVO PERMANENTE   658.636.13     SALDO PATRIMONIAL   24.798.467.62				FSPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício
RESULTADO DO EXERCÍCIO   830.712.03   RESULTADO DO EXERCÍCIO   830.712.03   RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES   23.967.755.59   TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO   24.788.4476.62   24.788.4476.62   24.788.4476.62   25.826.150.71    ATIVO FINANCEIRO   1.570.196.34   0.00   PASSIVO FINANCEIRO   369.046.96   ATIVO PERMANENTE   24.255.953.77   0.00   PASSIVO PERMANENTE   558.636.13   SALDO PATRIMONIAL   24.788.467.62					Atual	Anterior
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES   22.967.755.59   TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO   24.798.467.82   TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO   24.798.467.82   25.826.150.71   25.826.150.71   25.826.150.71   27.98.487.82   24.255.953.77   0.00   PASSIVO FINANCEIRO*   369.046.96   ATIVO PERMANENTE   24.255.953.77   0.00   PASSIVO PERMANENTE   658.636.13   SALDO PATRIMONIAL   24.798.487.82   2				RESULTADOS ACUMULADOS	24.798.467,62	0,00
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 24.798.467,62  TOTAL  25.826.150,71  0,00  TOTAL  25.826.150,71  25.826.150,71  ATIVO FINANCEIRO 1.570.196.94 24.285.953.77 0,00  PASSIVO FINANCEIRO 369.046.96  ATIVO PERMANENTE 24.285.953.77  369.046.96  24.798.467,62				RESULTADO DO EXERCÍCIO	830.712,03	0,00
TOTAL   26.826.160,71   0,00   TOTAL   25.826.150,71		i i		RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	23.967.755,59	0,00
ATIVO FINANCEIRO 1.570.196,94 0.00 PASSIVO FINANCEIRO 369.046,96 ATIVO PERMANENTE 24.255.953,77 0.00 PASSIVO PERMANENTE 568.636,13 SALDO PATRIMONIAL 24.798.467,62		1		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24.798.467,62	0,00
ATIVO PERMANENTE 24.255.953,77 0.00 PASSIVO PERMANENTE 658.636,13  SALDO PATRIMONIAL 24.798.467,62	TOTAL	25.826.150,71	0,00	TOTAL	25.826.150,71	0,00
ATIVO PERMANENTE 24.255.953,77 0.00 PASSIVO PERMANENTE 658.636,13  SALDO PATRIMONIAL 24.798.467,62						
SALDO PATRIMONIAL 24.798.467,62						0,00
	7	24.255.953,77	0,00	PASSIVO PERMANENTE		0,00
Plassivo Financeiro: Inclui Restos a Pagar Nao Processados	SALDO PATRIMONIAL		_		24.798.467,62	0,00
Value Astania Impeate  Estar Alencar Junior  TC CRC PR 04783300-5  CONTROL ADOR STREET  CONTR	Vallet Astonio Turcate Edm	nar Alencar Jus	) _	Witzen A. de Alcandera Junior		

CPF 074,018 909-72 CPF 749,406,009-04 CPF 034 801 \$19-71		
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS		
EXERCÍCIO:2013 PERÍODO(MÊS):DEZEMBRO DATA EMISSÃO:12/12/2	014	Página: 1
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		. ugu
VAILAÇÕES I ATILIMONIAIS QUARTITATIVAS	Exercício	Exercício
	Atual	Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	17.527.735,74	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.405.463,27	0,00
IMPOSTOS TAXAS TAX	1.299.614,62 105.848,65	0,00 0,00 0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00 252.762,61	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	15.927,93 0,00	0,00 0,00
CONTRIBUIÇÃO DE LUMINAÇÃO PÚBLICA CONTRIBUIÇÃES DE INTERESSE DAS CATÉGORIAS PROFISSIONAIS EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	236.834,68 0,00 <b>743.94</b>	0,00 0,00
VENDA DE MERCADORIAS	0,00	0,00
VENDA DE PRODUTOS EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,00 743,94	0,00 0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS  JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	168.425,70 0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA  VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	53.554,21 0,00	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00 80.660,63	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	34.210,86 15.699.170,41	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	0,00 15.699.170,41	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00 0,00	0,00 0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR EXECUÇÃO ORÇAMENTĀRIA DELEGADA	00,0 00,0 00,0	0,00 0,00 0,00
TRANSFERÈNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00 0,00 1.169,81	0,00 0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00	0,00
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	0,00	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.169,81	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	16.697.023,71	0,00
PESSOAL E ENCARGOS	5.948.188,76	0,00
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ENCARGOS PATRONAIS ENCARGOS PATRONAIS	4.660.467,36 1.211.539,32	0,00
BENEFICIOS A PESSOAL CUSTO DE PESSOAL E ENCARGOS OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	76.182,08 0,00 0.00	0,00 0,00 0,00
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	564.971,45	0,00
APOSENTADORIAS E REFORMAS PENSÕES BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	458.034,99 42.296,46 0,00	0,00 0,00 0,00
BENEFÍCIOS EVENTUAIS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	64.640,00 0,00	0,00
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00 5.543.410,37	0,00
USO DE MATERIAL DE CONSUMO SERVICOS	2.272.680,23 3.270,730.14	0,00
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO CUSTO DE MATÉRIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00 0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS  JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	155.556,12 24.034,55	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRES TIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS JUROS E ENCARGOS DE MORA VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	24.034,55 131.521,57 0,00	0,00 0,00 0,00
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	0,00 0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS  TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	4.202.871,76 4.202.871.76	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUÇÕES PRIVADAS	4.202.871,76 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00 0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	0,00 0,00 <b>0,00</b>	0,00 0,00
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	0,00	0,00
PERDAS COM ALIENAÇÃO PERDAS INVOLUNTÁRIAS	0,00 0,00	0,00 0,00
TRIBUTÁRIAS  IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	232.137,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES CUSTO COM TRIBUTOS	232.137,00 0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	49.888,25	0,00
PREMIAÇÕES RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES INCENTIVOS	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	0,00 0,00	0,00
VPD DE CONSTITUÇÃO DE PROVISÕES CUSTO DE OUTRAS VPD DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00 0,00 49.888,25	0,00 0,00 0,00
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	830.712,03	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes da execução orçamentária)	Exercício	Exercício



Santo Inácio PREFEITURA DE SANTO INÁCIO



Witson A. de Akambra Janier CONTROLADOR FRENNO CONTROLADOR FRENNO

SANTO INÁCIO – ESTADO DO PARANÁ **REPUBLICAÇÃO** BALANÇO FINANCEIRO - ANEXO 13

Exercício 2013	Balanço Anual	Data	de Emissão: 12	/12/2014		Página: 1
	INGRESSOS		DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO		Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orcamentária (I)		810.000,73	0,00	Despesa Orçamentária (VI)	3.931.886,08	0,00
Ordinária		810.000,73	0,00	Ordinária	3.931.886,08	0,00
Vinculada		0,00	0,00	Vinculada	0,00	0,00
						.
Transferências Financeiras Recebidas	B (II)	3.283.954,77	0,00	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)	)	576.624,77	0,00	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	522.108,51	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterio	or (IV)	319.703,10	0,00	Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)	536.288,78	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa		319.703,10	0,00	Caixa e Equivalentes de Caixa	536.288,78	0,00
Realizável		0,00	0,00	Realizável	0,00	0,00
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)		4.990.283,37	0,00	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	4.990.283,37	0,00
(Day isua)	Edmar Alencar Ju		Wh	en la raforanto		
APARECIDO LOPES Secretário Municipal de Saúd	TC CRC PR 047893/0		•	CONTROLADOR (#TERRO CPF 054 601 979-71		

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício 2013

		Balanço	o Anual		
	Fundo Mi	unicipal de S	aúde de Santo Inácio		
					Página:
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercicio Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	536.288,78	0,00	PASSIVO CIRCULANTE	397.249,25	0,0
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	536.288,78	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E	193.813,44	0,0
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA	536.288,78	0,00	PESSOAL A PAGAR	0,00	0,0
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	664.482,55	0,00	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	14.681,15	0,0
IMOBILIZADO	664.482,55	0,00	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	0,00	0,0
BENS MÓVEIS	651.747,55	0,00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	179.132,29	0,0
BENS IMÓVEIS	12.735,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO	169.046,17	0,0
	i i		FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A	169.046,17	0,0
	i i		DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	34.389,64	0,0
	i i		VALORES RESTITUÍVEIS	22.761,73	0,0
			OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	11.627,91	0,0
			PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	60.100,34	0,0
			OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDÊNCIÁRIAS E	59.222,32	0,0
	i		ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	59.222,32	0,0
	i		EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO	878,02	0,0
			JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E	878,02	0,0
			TOTAL DO PASSIVO	457.349,59	0,0
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício
				Atual	Anterior
			RESULTADOS ACUMULADOS	743.421,74	0,0
			RESULTADO DO EXERCÍCIO	323.619,02	0,0
			RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	419.802,72	0,0
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	743.421,74	0,00
DTAL	1.200.771,33	0,00	TOTAL	1.200.771,33	0,0
TIVO FINANCEIRO	536.288,78	0,00	PASSIVO FINANCEIRO*	336.226,10	0,0
TIVO PERMANENTE	664.482,55	0,00	PASSIVO PERMANENTE	121.123,49	0,0
SALDO PATRIMONIAL				743.421,74	0,00







Santo Inácio PREFEITURA DE SANTO INÁCIO

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SANTO INÁCIO – ESTADO DO PARANÁ

<u>REPUBLICAÇÃO</u>

Unidade gestora: Fundo Municipal de Saúde de Santo Inácio BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANEXO 12

Exercício 2013 Balanço Anual		Data de Emissão: 12/1	2/2014	Página: 1
RECEITAS ORÇAMETÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVIZÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	445.000,00	(a) 445.000,00	(b) 659.060,73	c=(b-a) 214.060,73
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00 0.00	0,00 0.00	0,00 0.00	0,00 0,00
TAXAS	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO	0,00	0,00 00,0	0,00 0.00	0,00 0.00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL RECEITAS IMOBILIÁRIAS	5.000,00 0,00	5.000,00 0,00	10.335,61 0,00	5.335,61 0,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	5.000,00 0,00	5.000,00 0,00	10.335,61 0,00	5.335,61 0,00
COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DECORRENTE DO DIREITO DE RECEITA DA CESSÃO DE DIREITOS	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00 00,0	0,00 00,0	0,00 0,00
RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
RECEITA INDUSTRIAL  RECEITA DA INDUSTRIA EXTRATIVA MINERAL	0,00	0,00 00,0	0,00 00,0	0,00 0,00
RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDÚSTRIA DE CONTRUÇÃO OUTRAS RECEITAS INDUSTRIAIS	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
RECEITA DE SERVIÇOS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00 440.000,00	0,00 440.000,00	0,00 648.725.12	0,00 208.725.12
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	440.000,00	440.000,00	628.725,12	188.725,12
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	0,00 20.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00 0,00	0,00 0,00	20.000,00 0,00	0,00
MULTAS JUROS DE MORA INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	00,0 00,0	00,0 00,0	00,0 00,0	0,00 0,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DIVERSAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 150.940,00	0,00 150.940,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00 0.00	0,00 0,00	0,00 0.00	0,00 0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00 00,0	0,00 0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0.00	0,00 0.00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	150.940,00	150.940,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	00,0 00,0	150.940,00 0,00	150.940,00 0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA PROVENIENTE DE RECEITA AUFERIDA POR DETENTORES DE	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00
OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTARIAS RECEITA TRIBUTARIA INTRAORÇAMENTARIA	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
TAXAS - OPERAÇOES INTRAORÇAMENTARIAS CONTRIBUIÇAO DE MELHORIA	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00	0,00 0,00
RECEITAS DE OPERAÇOES INTRAORÇAMENTARIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIB SOCIAIS - OPERAÇOES  CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
COSIP - COBRANÇA NA FATURA DE CONSUMO DE RECEITA PATRIMONIAL INTRAORÇAMENTARIA	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00	0,00 0,00
RECEITAS IMOBILIARIAS - OPERAÇOES	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES - OUTRAS REC PATRIMONIAIS - OPERAÇOES	0,00	0,00 0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUARIA INTRAORÇAMENTARIAS RECEITA DA PRODUÇAO VEGETAL - OPERAÇOES	0,00	0,00 0,00	0,00	0,00 0,00
RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIV -	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS - RECEITA INDUSTRIAL INTRAORÇAMENTARIA	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00
RECEITA DA INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇAO - RECEITA DA INDUSTRIA DE CONSTRUÇAO/ -	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
OUTRAS RECEITAS INDUSTRIAIS/ - OPERAÇOES RECEITA DE SERVIÇOS INTRAORÇAMENTARIAS	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00	0,00 0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS DE JUROS DE MORA/OPERAÇOES INDENIZAÇOES E RESTITUIÇOES/OPERAÇOES	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
RECEITAS DE APORTES PERIÓDICOS PARA RECEITAS DIVERSAS /OPERAÇOES	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRAORÇAMENTARIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇOES DE CREDITO - OPERAÇOES OPERAÇOES DE CREDITO INTERNAS	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
ALIENAÇÃO DE BENS - OPERAÇÕES  ALIENAÇÃO DE BENS MOVEIS - OPERAÇÕES	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMOVEIS - OPERAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇAO DE EMPRESTIMOS - OPERAÇOES TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 00,0	0,00 0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL - OPERAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇAO DO CAPITAL SOCIAL - OUTRAS RECEITAS - OPERAÇOES	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA RENÚNCIA	0,00	0,00 0,00	0,00	0,00 0,00
RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
DESCONTOS CONCEDIDOS  DEDUÇÃO RECEITA FORMAÇÃO DO FUNDEF/FUNDEB	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
DEDUÇÃO RECEITA FORMAÇÃO DO OUTRAS DEDUÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	0,00 445.000,00	0,00 445.000,00	0,00 810.000,73	0,00 365.000,73
REFINANCIAMENTO (II)  OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 00,0	0,00 00,0
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
MOBILIÁRIA CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I+II)	445.000,00	445.000,00	810.000,73	365.000,73
DÉFICIT (IV) TOTAL (V) = (III+IV)	2.851.000,00 3.296.000,00	3.702.448,71 4.147.448,71	3.121.885,35 3.931.886,08	(580.563,36) (215.562,63)
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00 0,00	0,00	0,00	0,00
REABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS	0,00	0,00	0,00	0,00

[	0074080					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	c=(e-f)
DESPESAS CORRENTES	3.099.000,00	3.789.334,98	3.619.045,92	3.619.045,92	3.383.745,72	170.289,06
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.816.000,00	1.806.408,83	1.766.959,10	1.766.959,10	1.634.168,81	39.449,73
JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	1.000,00	877,52	0,00	0,00	0,00	877,52
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.282.000,00	1.982.048,63	1.852.086,82	1.852.086,82	1.749.576,91	129.961,81
DESPESAS DE CAPITAL	197.000,00	358.113,73	312.840,16	312.840,16	312.840,16	45.273,57
INVESTIMENTOS	128.000,00	288.991,25	249.063,31	249.063,31	249.063,31	39.927,94
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	69.000,00	69.122,48	63.776,85	63.776,85	63.776,85	5.345,63
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	3.296.000,00	4.147.448,71	3.931.886,08	3.931.886,08	3.696.585,88	215.562,63
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	3.296.000,00	4.147.448,71	3.931.886,08	3.931.886,08	3.696.585,88	215.562,63
SUPERÁVIT (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (X) = (VIII + IX)	3.296.000,00	4.147.448,71	3.931.886,08	3.931.886,08	3.696.585,88	215.562,63

ANEXO I - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

	INCRI	TOS				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b-c-e)
DESPESAS CORRENTES	20,80	75,00	75,00	75,00	20,80	0,00
PESOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20,80	75,00	75,00	75,00	20,80	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	20,80	75,00	75,00	75,00	20,80	0,00

	INCI	RITOS			
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E  NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	(a)	(b)	(c)	(d)	(f)=(a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	13.312,75	267.932,76	203.081,34	0,00	78.164,17
PESOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	158.504,65	158.504,65	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.312,75	109.428,11	44.576,69	0,00	78.164,17
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	384,00	384,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	384,00	384,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FOTAL	13.312,75	268.316,76	203.465,34	0,00	78.164,17
Apakcious  Apakcio Lopes  Secretario Municipal de Saúde  Cope Pe de 1785 NGC  Cope Pe de 1785	-5	Withou A. de Alcandor Just		-	

### DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

DATA EMISSÃO: 12/12/2014 EXERCÍCIO:2013 PERÍODO(MÊS):DEZEMBRO Página: 1 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA

CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
	, , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	,,,,
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATÉGORIAS PROFISSIONAIS	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	0,00
VENDA DE MERCADORIAS VENDA DE PRODUTOS	0,00	0,00
VENDA DE PRODUTOS EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,00	0,00 0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	10.335,61	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00	0,00 0,00
JURIOS E ENCARGOS DE MONA VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	0,00	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	0,00	0,00
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	10.335,61	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	4.083.619,89	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	3.283.954,77	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	799.665,12	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00 0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	0,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO	0,00	0,00
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0.00	0.00
VARIAÇÃO FAIRIMONIAL ADMENTATIVA A CLASSIFICAR RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	0,00	0,00
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	0,00	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	3.770.336,48	0,00
PESSOAL E ENCARGOS	1.775.205,70	0,00
		,,,,
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	1.410.195,80	0,00
ENCARGOS PATRONAIS BENEFÍCIOS A PESSOAL	356.763,30 8 246 60	0,00
CUSTO DE PESSOAL E ENCARGOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	0,00	0,00
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
l		
APOSENTADORIAS E REFORMAS PENSÕES	0,00	0,00 0.00
BENEFICIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00
BENEFÍCIOS EVENTUAIS	0,00	0,00
POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	0,00	0,00
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00 1.845.232,55	0,00
		0.00
	1.043.232,33	0,00
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	759.948,29	0,00
SERVIÇOS	759.948,29 1.084.004,26	0,00 0,00
SERVIÇOS DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	759.948,29 1.084.004,26 0,00	0,00 0,00 0,00
SERVIÇOS	759.948,29 1.084.004,26	0,00 0,00
SERVIÇOS DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO CUSTO DE MATÉRIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	759.948,29 1.084.004,26 0,00 1.280,00 1.050,73	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
SERVIÇOS DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO CUSTO DE MATÉRIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS  JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	759.948,29 1.084.004,26 0,00 1.280,00 1.050,73	0.00 0,00 0,00 0,00 0,00
SERVIÇOS DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO CUSTO DE MATÉRIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS JUROS E ENCARGOS DE MORA	759.948.29 1.084.004,26 0,00 1.280.00 1.050,73 878.02 0,00	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
SERVIÇOS DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO CUSTO DE MATÉRIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS  JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS JUROS E ENCARGOS DE MORTA VARIAÇÕES DE MORTA VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	759.948.29 1.084.004.26 0.00 1.280.00 1.050,73 878.02 0.00 0.00	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
SERVIÇOS DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO CUSTO DE MATÉRIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS JUROS E ENCARGOS DE MORA	759.948.29 1.084.004.26 0.00 1.280.00 1.050,73 878.02 0.00 0.00 172,71	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
SERVIÇOS DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO CUSTO DE MATÉRIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS JUROS E ENCARGOS DE MORA VARIAÇÕES MONETÂRIAS E CAMBIAIS DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	759.948.29 1.084.004.26 0.00 1.280.00 1.050,73 878.02 0.00 0.00	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,0
SERVIÇOS DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO CUSTO DE MATÉRIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS  JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS JUROS E ENCARGOS DE MORA VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DESCONTOS FINANCIEROS CONCEDIDOS OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	759,948,29 1.084,004,26 0.00 1.280,00 1.050,73 878,02 0.00 0.00 0.00 172,71 148,847,50	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,0
SERVIÇOS DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO CUSTO DE MATÉRIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS JUROS E ENCARGOS DE MORA VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS  TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	759.948.29 1.084.004.26 0.00 1.280.00 1.280.00 1.0950,73 878.02 0.00 0.00 1.72.71 148.847.50 0.00	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,0
SERVIÇOS DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO CUSTO DE MATÉRIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS JUROS E ENCARGOS DE MORA VARIAÇÕES MONETARIAS E CAMBIAIS DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS  TRANSFERÊNCIAS ENTER GOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A INTERTÜÇÕES PRIVADAS	759,948,29 1.084,004,26 0.00 1.280,00 1.050,73 878,02 0.00 0.00 0.00 172,71 148,847,50	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,0
SERVIÇOS DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO CUSTO DE MATÉRIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS JUROS E ENCARGOS DE MORA VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	759.948.29 1.084.004.26 0.00 1.280.00 1.280.00 1.950,73 876.02 0.00 0.00 1.72.71 148.847.50 0.00 0.00 0.00 0.00 172.72	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,0
SERVIÇOS DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO CUSTO DE MATÉRIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS  JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS JUROS E ENCARGOS DE MORA VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS  TRANSFERÊNCIAS ENTER GOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A INTETUÇÕES PRIVADAS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A ORGOS ORGIOS PÜBLICOS	759.948.29 1.084.004.26 0.00 1.280,00 1.090,73 878.02 0.00 0.00 1.050 172,71 148.847.50 0.00 130.202.88 0.00	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,0
SERVIÇOS DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO CUSTO DE MATÉRIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS JUROS E ENCARGOS DE MORA VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS  TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A CONSORCIOS PÜBLICOS TRANSFERÊNCIAS A CONSORCIOS PÜBLICOS TRANSFERÊNCIAS A CONSORCIOS PÜBLICOS TRANSFERÊNCIAS A CONSORCIOS PÜBLICOS	759.948.29 1.084.004.26 0.000 1.280.00 1.280.00 0.000 0.00 0.00 1.27.71 148.847.50 0.00 0.00 130.202.88 0.000 18.844.62 0.00	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,0
SERVIÇOS DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO CUSTO DE MATÉRIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS  JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS JUROS E ENCARGOS DE MORA VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS  TRANSFERÊNCIAS ENTER GOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A INTETUÇÕES PRIVADAS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A ORGOS ORGIOS PÜBLICOS	759.948.29 1.084.004.26 0.00 1.280,00 1.095,73 878.02 0.00 0.00 1.050,73 172,71 148.847.50 0.00 130.202.88 0.00 18.844.62 0.00 0.00	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,0
SERVIÇOS DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO CUSTO DE MATÉRIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS  JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS JUROS E ENCARGOS DE MORA VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS  TRANSFERÊNCIAS ENTER GOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A OEXTERIOR EXECUÇÃO OCÇAMENTÂRIA DELEGADA DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	759,948,29 1.084,004,26 0.00 1.280,00 1.095,73 878,02 0.00 0.00 1.72,71 148,847,50 0.00 130,202,88 0.00 18,644,62 0.00 0.00 0.00 0.8,644,62 0.00 0.00 0.00	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,0
SERVIÇOS DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO CUSTO DE MATÉRIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS JUROS E ENCARGOS DE MORA VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS  TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUÇÕES PRIVADAS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUÇÕES PRIVADAS TRANSFERÊNCIAS A CONSORCIOS PÚBLICOS TRANSFERÊNCIAS A CONSORCIOS PÚBLICOS TRANSFERÊNCIAS A OCONSORCIOS PÚBLICOS TRANSFERÊNCIAS A OCONSORCIOS PÚBLICOS TRANSFERÊNCIAS A OCONSORCIOS PÚBLICOS TRANSFERÊNCIAS A CONSORCIOS PÚBLICOS TRANSFERÊNCIAS A CONSORCIOS PÚBLICOS TRANSFERÊNCIAS A CONSORCIOS PÚBLICOS TRANSFERÊNCIAS A OCONSORCIOS PÚB	759.948.29 1.084.004.26 0.00 1.280.00 1.280.00 1.085.73 878.02 0.00 0.00 172.71 148.847.50 0.00 130.202.88 0.00 18.64.62 0.00 0.00	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,0
SERVIÇOS DERRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO CUSTO DE MATÉRIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS  JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS JUROS E ENCARGOS DE MORA VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDOS TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS	759,948,29 1.084,004,26 0.00 1.280,00 1.950,73 878,02 0.00 0.00 1.72,71 148,847,50 0.00 130,202,88 0.00 18,644,62 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,0
SERVIÇOS DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO CUSTO DE MATÉRIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS JUROS E ENCARGOS DE MORA VARIAÇÕES MONETARIAS E CAMBIAIS DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS  TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUÇÕES PRIVADAS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A CONSORCIOS PÚBLICOS TRANSFERÊNCIAS A CONSORCIOS PÚBLICOS TRANSFERÊNCIAS A ONSORCIOS PÚBLICOS TRANSFERÊNCIAS A ONSORCIOS PÚBLICOS TRANSFERÊNCIAS A ONSORCIOS PÚBLICOS EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DELEGADA DESVALORIZAÇÃO E PERRAD DE ATIVOS  REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	759.948.29 1.084.004.26 0.00 1.280.00 1.280.00 1.085.73 878.02 0.00 0.00 172.71 148.847.50 0.00 130.202.88 0.00 18.644.62 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,0
SERVIÇOS DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO CUSTO DE MATÉRIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS JUROS E ENCARGOS DE MORA VARIAÇÕES MONETARIAS E CAMBIAIS DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS  TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A OSTORIOS PÚBLICOS TRANSFERÊNCIAS A OSTORIOS PÚBLICOS TRANSFERÊNCIAS A OEXTERIOR EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DELEGADA DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS  REDUÇÃO A VALOR RECUPERÂVEL E AJUSTE PARA PERDAS PERDAS COM ALIENAÇÃO PERDAS INVOLUNTÂRIAS	759,948,29 1.084,004,26 0.00 1.280,00 1.950,73 878,02 0.00 0.00 1.72,71 148,847,50 0.00 130,202,88 0.00 18,644,62 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,0
SERVIÇOS DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO CUSTO DE MATÉRIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS JUROS E ENCARGOS DE MORA VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS TRANSFERÊNCIAS A CONSORCIOS PÚBLICOS TRANSFERÊNCIAS A CONSORCIOS P	759.948.29 1.084.004.26 0.00 1.280.00 1.280.00 1.950,73 878.02 0.00 0.00 0.00 172.71 148.847.50 0.00 130.202.88 0.00 0.00 18.844.62 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,0
SERVIÇOS DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO CUSTO DE MATÉRIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO  VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS  JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS JUROS E ENCARGOS DE MORA VARIAÇÕES MONETARIAS E CAMBIAIS  DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS  TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS  TRANSFERÊNCIAS E INTERGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A OEXTERIOR EXECUÇÃO ORÇAMENTÂTIA DELEGADA  DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS  REDUÇÃO A VALOR RECUPERÂVEL E AJUSTE PARA PERDAS PERDAS COM ALIENAÇÃO PERDAS INVOLUNTARIAS TRIBUTÂRIAS  TRIBUTÂRIAS  TRIBUTÂRIAS  IMPOSTOS. TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA CONTRIBUIÇÕES	759.948.29 1.084.004.26 0.00 1.280.00 1.280.00 1.095.73 878.02 0.00 0.00 1.72.71 148.847.50 0.00 130.202.88 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,0
SERVIÇOS DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO CUSTO DE MATÉRIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO VARIAÇÕES PATRIMORIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS JUROS E ENCARGOS DE MORA VARIAÇÕES MONETARIAS E CAMBIAIS DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS  TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A CONSORCIOS PÜBLICOS TRANSFERÊNCIAS A CONSORCIOS	759.948.29 1.084.004.26 0.000 1.280.00 1.280.00 1.085.73 878.02 0.00 0.00 1.00 1.00 1.00 1.00 1.00 0.00	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,0
SERVIÇOS DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO CUSTO DE MATÉRIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO  VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS  JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS JUROS E ENCARGOS DE MORA VARIAÇÕES MONETARIAS E CAMBIAIS  DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS  TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS  TRANSFERÊNCIAS E INTERGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A OEXTERIOR EXECUÇÃO ORÇAMENTÂTIA DELEGADA  DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS  REDUÇÃO A VALOR RECUPERÂVEL E AJUSTE PARA PERDAS PERDAS COM ALIENAÇÃO PERDAS INVOLUNTARIAS TRIBUTÂRIAS  TRIBUTÂRIAS  TRIBUTÂRIAS  IMPOSTOS. TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA CONTRIBUIÇÕES	759.948.29 1.084.004.26 0.00 1.280.00 1.280.00 1.095.73 878.02 0.00 0.00 1.72.71 148.847.50 0.00 130.202.88 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,0
SERVIÇOS DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO CUSTO DE MATÉRIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO  VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS  JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS JUROS E ENCARGOS DE MORA VARIAÇÕES MONETARIAS E CAMBIAIS  DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS  OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS  TRANSFERÊNCIAS ENTER GOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS ENTER GOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A CETERIOR EXECUÇÃO ORÇAMENTÂTAI DELEGADA  DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS  REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS PERDAS COM ALIENAÇÃO PERDAS INVOLUNTARIAS  TRIBUTARIAS  MIPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA CONTRIBUIÇÕES CUSTO COM TRIBUTOS  PREMIAÇÕES  PREMIACOS  PRE	759,948,29 1.084,004,26 0.00 1.280,00 1.280,00 1.095,73 878,02 0.00 0.00 0.00 172,71 148,847,50 0.00 132,022,88 0.00 18,844,62 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,0
SERVIÇOS DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO CUSTO DE MATÉRIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO  VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS  JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS JUROS E ENCARGOS DE MORA VARIAÇÕES MONETARIAS E CAMBIAIS DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS  TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS  TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUÇÕES PRIVADAS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A CONSORCIOS PÚBLICOS TRANSFERÊNCIAS	759.948.29 1.084.004.26 0.00 1.280.00 1.280.00 1.0850.73 878.02 0.00 0.00 1.00 0.00 1.00 0.00 1.00 0.00	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,0
SERVIÇOS DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO CUSTO DE MATÉRIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS JUROS E ENCARGOS DE MORA VARIAÇÕES MONETARIAS E CAMBIAIS BESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS TRANSFERÊNCIAS INTERGOÇÕES CONCEDIDAS  TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A INTERTUÇÕES PRIVADAS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A OEXTERIOR EXECUÇÃO DOÇAMENTARIA DELEGADA  DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS  REDUÇÃO A VALOR RECUPERÂVEL E AJUSTE PARA PERDAS PERDAS COM ALIENAÇÃO DETABLEMBRICADAS TRIBUTÂRIAS TRIBUTÂRIAS TRIBUTÂRIAS  IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA CONTRIBUIÇÕES OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PREMIAÇÕES RESULTADO NEGATIMONIAIS DIMINUTIVAS  PREMIAÇÕES RESULTADO NEGATIMONIAIS DIMINUTIVAS	759,948,29 1.084,004,26 0.00 1.280,00 1.280,00 1.095,73 878,02 0.00 0.00 0.00 172,71 148,847,50 0.00 13,202,88 0.00 18,844,45 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,0
SERVIÇOS DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO CUSTO DE MATÉRIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS JUROS E ENCARGOS DE MORA VARIAÇÕES MONETARIAS E CAMBIAIS DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS ANSTITUIÇÕES PATRIMONIAIS TRANSFERÊNCIAS ANSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS ANSTITUIÇÕES PRIVADAS TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS TRANSFERÊNCIAS A OCONSÓRCIOS PÚBLICOS TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIAS PÚBLICOS TRANSFERÊNCIA	759.948.29 1.084.004.26 0.00 1.280.00 1.280.00 1.0850.73 878.02 0.00 0.00 1.00 0.00 1.00 0.00 1.00 0.00	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,0
SERVIÇOS DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO CUSTO DE MATÉRIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS JUROS E ENCARGOS DE MORA VARIAÇÕES MONETARIAS E CAMBIAIS DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A OEXTERIOR EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DELEGADA DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS REDUÇÃO A VALOR RECUPERÂVEL E AJUSTE PARA PERDAS PERDAS COM ALIENAÇÃO PERDAS INVOLUNTÂRIAS TRIBUTÂRIAS IMPOSTOS. TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA CONTRIBUIÇÕES CUSTO COM TRIBUTOS  OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PREMIAÇÕES ECOLOÇÃO ORÇAMENTARIA DELEGADA DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS  REDUÇÃO A VALOR RECUPERÂVEL E AJUSTE PARA PERDAS PERDAS GOM ALIENAÇÃO PERDAS INVOLUNTÂRIAS TRIBUTÂRIAS  IMPOSTOS. TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA CONTRIBUIÇÕES CUSTO COM TRIBUTOS  OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PREMIAÇÕES RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES INCENTIVOS SUBVENÇÕES ECONÔMICAS PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES VADO E PROVISIONES	759.948.29 1.084.004.26 0.00 1.280.00 1.280.00 1.0850.73 878.02 0.00 0.00 1.72.71 148.847.50 0.00 130.202.88 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,0
SERVIÇOS DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO CUSTO DE MATÉRIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS JUROS E ENCARGOS DE MORA VARIAÇÕES MONETÂRIAS E CAMBIAIS DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A OEXTERIOR EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DELEGADA DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS PERDAS CON ALIENAÇÃO DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS TIBIUTÂRIAS  IMPOSTOS. TAVAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA CONTRIBUIÇÕES CUSTO COM TRIBUTOS  UNENSTITUIÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PREMIAÇÕES RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES INCENTIVOS SUBVENÇÕES E CONTRIBUIÇÕES VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	759.948.29 1.084.004.26 0.00 1.280.00 1.280.00 1.950,73 878.02 0.00 0.00 1.00 1.00 1.00 1.00 1.00 0.00	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,0
SERVIÇOS DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO CUSTO DE MATÉRIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO  VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS  JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS JUROS E ENCARGOS DE MORA VARIAÇÕES MONETARIAS E CAMBIAIS DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS  TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS  TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A CONSTRUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A CONSTRUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A CONSTRUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A CONSTRUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS TRANSFERÊNCIAS A OEXTERIOR EXECUÇÃO ORÇAMENTĀRIA DELEGADA DESVALORIZÇÃO E PERBOA DE ATIVOS  REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS PERDAS COM ALIENAÇÃO PERDAS INVOLUNTĀRIAS TRIBUTĀRIAS  IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA CONTRIBUÇÕES CUSTO COM TRIBUTOS  OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS  PREMIAÇÕES RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES INCENTIVOS SUBVENÇÕES ECONÔMICAS PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES VADD E CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	759.948.29 1.084.004.26 0.00 1.280.00 1.280.00 1.280.00 1.085.73 878.02 0.00 0.00 1.00 0.00 1.00 0.00 1.00 0.00	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,0

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes da execução orçamentária)						
		Exercício Atual	Exercício Anterior			
INCORPORAÇÃO DE ATIVO		249.063,31	0,00			
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO		63.776,85	0,00			
INCORPORAÇÃO DE PASSIVO		0,00	0,00			
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO	(~)	0,00	0,00			
(Decelarione)	Mharlarufumo					



### Prefeitura Municipal de Itaguajé

ESTADO DO PARAMÁ
Avenida Munhoz da Rocha, 605 - Fone (0\*\*44) 332-1222 / Telefax 332-1283
Caixa Postal 11 - Cep 86.670-000 - ITAGUAJÉ - PR.
CNPJ 76.970.3590001-53



	DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS							
I. ENTE								
Nome: Endereço:	Prefeitura Municipal de Itaguajé / PR AV. GOVERNADOR LUPION, 605			CNPJ: Complement	nto:	59/0001-53		
Bairro:	CENTRO			CEP:	86670-00	-		
Telefone:	(044) 3332-1222	Fax:	(044) 3332-1222	E-mail:	pmi@coli	net.com.br		
2. REPRESE	NTANTE LEGAL DO ENTE							
Nome:	JAIRO AUGUSTO PARRON			CPF:		616.971.769-68		
Cargo:	Prefeito			Compleme	nto do Cargo:	PREFEITO		
E-mail:	pmi@colnet.com.br			Data Início	de Gestão:	01/01/2013		
3. REGIME P	RÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL/MUNIC	CÍPIO/UF						
Nome:	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUA	4JÉ		CNPJ:	04.886.2	32/0001-40		
Endereço:	AV. GOVERNADOR LUPION 605			Complemen	nto:			
Bairro:	CENTRO			CEP:	86670-00	0		
Telefone:	(044) 3332-1222	Fax:	(044) 3332-1222	E-mail:	pmi@coli	net.com.br		
4. REPRESE	NTANTE LEGAL DA UNIDADE GESTORA							
Nome:	LEIDE CORDEIRO NINELO			CPF:		581.694.159-34		
Cargo:	Tesoureiro		Complemento do Cargo:	tesoureira			Data Início de Gestão:	
Telefone:	(044) 3332-1222	Fax:	(044) 3332-1222	E-mail:	pmi@coli	net.com.br		
5. GESTOR D	DE RECURSOS							
Nome:	LEIDE CORDEIRO NINELO			CPF:	581.694.159-34			
Cargo:	Tesoureiro		Complemento do Cargo:	tesoureira			Data Início de Gestão:	01/01/2013
Telefone:	(044) 3332-1222	Fax:	(044) 3332-1222	E-mail:	pmi@colnet.com.	br		
Entidade Cer	rtificadora: ambid		100				Validade Certificação:	28/02/2015
6. RESPONS	ÁVEL PELO ENVIO							
Nome:	LEIDE CORDEIRO NINELO			CPF:	581.694.159-34			
Telefone:	(044) 3332-1222	Fax:	(044) 3332-1222	E-mail:	pmi@colnet.com.	br		
	o: 17/12/2014							

Alocação dos r	
lução %	recursos
	Estratégia de Alocação %
)	0,00
)	100,00
	0,00
2	0,00
t and the second	0,00
	0,00
(	0,00
	0,00
	0,00
	0,00
	0,00
	0,00
	0,00
	0,00
	0,00
	100,00
0	

Estratégia de formação de preços - investimentos e desinvestimentos
Os investimentos serão feltos de forma direta (via títulos ou operações compromissadas) ou de forma indireta quando estes forem feitos via fundos de investimentos ou FIC ou FI, FIDC FIC, de FIDC FUNDOS IMA. Os desinvestimentos serão feltos para realocação naqueles com melhores perspectivas.

Testes Comparativos e de Avaliação para acompanhamento dos resultados dos gestores e da diversificação da gestão externa dos ativos

Avaliação mensal, bimestral, trimestral e semestral dos investimentos, tendo como parâmetro: rentabilidade, meta atuarial, uso benchmark (CDI.IMA - B para renda-fixa, ibovespa para renda variável.) como análise de
performace. Geralmente de risco estático (Var e Sharpe) e , risco de crédito através notas de risco (rating).

Observações
Todo trabalho será feito com base em análise matemática econômica, usando instrumentos de finanças e estatísticas para a escolha do melhor investimento que equilibre o ativo finaneiro com o passivo atuarial.

Declaração: A Política de Investimentos completa e a documentação que a suporta, encontra-se à disposição dos órgãos de controle e supervisão competentes Data: 1/1/2 | Assinatura:

Data: 1/1/2 | Assinatura:

Data: 1/1/2 | Assinatura:

Data: 1/1/2 | Assinatura: 616.971.769-68 - JAIRO AUGUSTO PARRON Representante Legal da Unidade Gestora: 581.694.159-34 - LEIDE CORDEIRO NINELO 581.694.159-34 - LEIDE CORDEIRO NINELO

581.694.159-34 - LEIDE CORDEIRO NINELO

Data/14/214 Assinatura:

76.900,00

76.900,00

### PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAI

====ESTADO DO PARANÁ=== CNPJ: 75.731.000/0001 -- 60

DECRETO Nº 000123/14 de 12 de Dezembro de 2014

1.500.00

1.000,00

1.200,00

700.00

550,00

300,00

300,00

50,00

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLORAI no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de FLORAI e autorização contida na Lei Municipia nº 001329/13 de 14 de Dezembro

### DECRETA

Art. 1º- Fica estabeleccida a abertura no corrente exercido de um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 82.200,00 destinado a reforçar a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - EXECUTIVO MUNICIPAL 02.03 - DIMISÃO DE ASSESSORIA DE GABINETE 02.03.04.122.0002.2.005.3.1.90.11.00.00.00.00 . VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS . PESSOAI ( 1.500,00 02.01 - GABINETE DO PREFEITO 02.01-04.122.0002.2002.3.1.90.11.00.00.0000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL ( 02.01-04.122.0002.2002.3.1.90.11.00.00.0000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL ( 02.04.04.122.0002.2.006-3.1.90.13.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS 02.05 - CONTROLE INTERNO 22.05.04/032.0002.2075-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS 02.01 - GABINETE DO PREFEITO 02.01.04.122.0002.2002-3.1.90.13.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS 03 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO 03.03 - DIMISÃO DE RECURSOS HUMANOS 03.03.04.122.0003.2008-3.190.03.000.000.000 - APOSENT, DO RPPS, RESERVA REMUN, E REFORI 03.03.04.122.0003.2.008-3.1.90.03.00.00.00.00 - PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS 03.02 - DIMSÃO DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMONIO 03.02.04.122.0003.2.007-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL ( 550.00 03.03 - DIMISÃO DE RECURSOS HUMANOS

03.03.04.122.0003.2.003.3.1.90.11.00.00.000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL (
03.01 - DIMSÃO DE ADMINISTRAÇÃO
03.01.04.122.0003.2.070-3.1.90.11.00.00.000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL ( 03.01.04.122.0003.2.070-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS 03.02 - DIMISÃO DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMONIO 03.02.04.122.0003.2.007-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS 03.03 - DIMISÃO DE RECURSOS HUMANOS 03.03.04.122.0003.2.008-3.1.90.13.00.00.00.00 · OBRIGAÇÕES PATRONAIS 03.01 - DIMISÃO DE ADMINISTRAÇÃO 03.01.09.271.0003.2.057-3.3.90.47.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS 10.000.00 04.0 EPARTAMENTO DE FAZENDA 04.01 - DIMSÃO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA 04.01.04.129.0004.2.009-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL ( 04.04 - DIMISÃO DE CONTABILIDADE

04.04.04.121.0004.2.012-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL ( 04.01.04.129.0004.2.009-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS 04.03 - DIMISÃO DE TESOURARIA 04.03.04.123.0004.2.011-3.1.90.13.00.00.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 05 - DEPARTAMENTO DE URBANISMO 05.01 - DIMISÃO DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS 05.01.26.782.0005.2.014-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL (
05.01.15.452.0005.2.015-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS 05.01.26.782.0005.2.014-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS 05.01.15.452.0005.2.019-3.1.90.13.00.00.0000 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS 05.03 - DIMSÃO DE PLANEJAWENTO URBANO

05.03.15.451.0005.2.073-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JUI 06 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER 06.04 - DIMISÃO DE ESPORTES E LAZER 06.04.7 BAJOUGE SPACKIES E LAZER

06.04.72 BAJOUGE 2.034-3.1.09.11,00.00.000 - VENDIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL (

06 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPECIAL

06.02 - DIMSÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL E ESPECIAL 06.02.12.361.0006.2.026-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C 06.02.12.361.0006.2.025-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL (

06.02 12.306.0006.2.002.3.1,90.11.00.000.000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL - 06.02 12.306.0006.2.002.3.1,90.11.00.000.000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL - 06.04 - DIMSÃO DE ESPORTES E LAZER 06.04.27.812.0006.2.034-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS 100,00 06.02 - DIMISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL E ESPECIAL 06.02.12.361.0006.2.026-3.1.90.13.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS 06.02.12.306.0006.2.032-3.1.90.13.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS 9.100.00 06.02.12.361.0006.2.028-3.1.90.13.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS 06.01 - DIMISÃO DE ENSINO INFANTIL E CRECHES 06.011.2.365.006.2.089.3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS
06.01.12.365.0006.2.022-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS
06.02 - DIMSÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL E ESPECIAL 06.02.12.361.0006.2.025-3.1.90.13.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS 12,100,00 07 - DEPARTAMENTO DE SAUDE E SANEAMENTO 07.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 07.01.10.303.0007.2.082-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C

07.04 - DIMISÃO DE ENFERMAGEM 0704-10302.0007.20423.1,50.11.00.00.0000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C 0702-DMSÃO DE VIGLANCIA SANITÁRIA E EPIDEMICLOGICA 0702-103.05.0007.2 035-3.19.10.00.00.000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C 070.210.302.0007.2.041-3.1.90.11.00.00.0000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C 07.05 - DIMISÃO DE FARMACIA 07.05 10.302.007.2.043-3.1.90.13.00.00.00.0 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS 07.02 - DIMSÃO DE VIGILANCIA SANITÁRIA E EPIDEMICLOGICA 07.02.10.304.0007.2.036-3.1.90.13.00.00.00.0 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS

07.02.10.302.0007.2.041-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS 07.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 07.01.10.302.0007.2.037-3.1.90.13.00.000.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS 07.01.10.301.0007.2.060-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL 07.01.10.302.0007.2.038-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JUI 08.- DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL
08.03 - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE 08.03.08.243.0008.6.001-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C 08.01 - DIMISÃO DE FAMÍLIA

08.01.08.244.0008.2.045-3.1.90.11.00.00.00.00 = VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS = PESSOAL C 08.01.08.244.0008.2.045-3.1.90.13.00.00.000 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS
09 - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO 09.02 - DIMISÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO-AMBIENTE 09.02.20.608.0009.2.054-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C 09.02.20.608,0009.2.051-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C 02.20.608.0009.2.054-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS 09.02.20.608.0009.2.051-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) secu inte(s) otracêncês) orcamentária/s/s

02 - EXECUTIVO MUNICIPAL 02.05 - CONTROLE INTERNO 02.05.04.032.0002.2.075-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JUI 1,000.00 04.04.04.121.0004.2.012-3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 04.04.04.121.0004.2.012-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JUI 05 - DEPARTAMENTO DE URBANISMO 05.01 - DIMISÃO DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS 05.01.15.452.0005.2.016-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO 3.000,00 05.03 - DIMISÃO DE PLANEJAMENTO URBANO 06.03 15.452 0006-1.007-44.49.651 00.0000.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES 06 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER 06.02 - DIMSÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL E ESPECIAL 06.02.12.306.0006.2.032-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JUI 2.000,00 06.02.12.361.0006.2.026-3.3.90.46.00.00.00.00 - ALIXÍLIO-ALIMENTAÇÃO 7.000.00

0602 12:361.0006.2(025-3.390.46.00.000.00.0) - AUXILIO-ALIMENTAÇÃO 06.02 12:361.0006.2 (025-3.490.60.000.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 07 - DEPARTAMENTO DE SAUDE E SANEAMENTO 07.02 - DIMSÃO DE VIGILANCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLOGICA 07.02 10.304.0007.2.036-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL 07 - DEPARTAMENTO DE SAUDE E SANEAMENTO

07.02 - DMSÃO DE VIGILANCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLOGICA
07.02-10.302.0007.2041-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO 07.05 - DIVISÃO DE FARMAÇIA 07.05.10.302.0007.2.043-3.3.90.39.00.00.00.00 · OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS · PESSOA JUI

Art 3° - Ficam alterados os anexos do PPA e da LDO, a firm de compatibilizar a despesa objeto deste DECRETO. Art 4º - Esta decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL. 12 de Dezembro de 2014



(ISVAP) Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Paranapanema Colorado - Itaguajé - Lobato - N. Sra. das Graças - Santa Inês - Paranacity - Santo Inácio - Cafeara

AVISO DE EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL- Nº 001/2014

O Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Vale do Paranapanema, toma público que realizará, às 14:00 horas do dia 07 de Janeiro de 2015, situado na Avenida Paraná, 1045, em Colorado, Paraná, PREGÃO PRESENCIAL, para Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de hora técnica e cessão de uso no banco de dados do legislativo municipal, conforme descrito em Edital, sob empretiada de menor preço por item. A pasta técnica, com interio tor do edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos poderá ser examinada no endereço acima indicado a partir de 26 de dezembro de 2014, no horário comercial. Informações adicionais, dúvidas e/ou esclarecimentos deverão ser dirigidos à Equipe de Apoio no endereço acima.





PREFEITURA DE SANTO INÁCIO

### **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

SANTO INÁCIO - ESTADO DO PARANÁ

2° TERMO ADITIVODO CONTRATO Nº 0041/2012-FMS

CONVITE N°003/2012 O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTO INÁCIO,pessoa jurídica de O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SANTO INACIO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no Cadastro Geral de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) sob o nº - 08.549.559/0001-87, estabelecido à Avenida Raposo Tavares, nº 072, nesta cidade de SANTO INÁCIO - PR, neste ato representado pelo Secretario Senhor APARECIDO LOPES, Brasileiro, Casado, Carteira de Identidade nº 7.938.815-2-SSP/Pr, inscrito no CPF 771.941.608-20, residente e domiciliado à Rua Mato Grosso do Sul, nº 824, na cidade de Santo Inácio - Pr., e de outro lado da Empresa SYSMAR INFORMATICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Deputado Néo Alves Martins, nº - 864 - sobreloja, zona 3, CEP-87050-110,na cidade de Maringá, Paraná, inscrita no Cadastro Geral de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) sob o nº 00.850.753/0001-96, neste ato representada pelo Senhor VALDENIR OSMAR DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, empresário, residente elemeirilado à Rua Bernardino de Campos, n° 269, zona 7, portador da cédula de identidade n° 3.128.792-8-SSP/Pr – CPF n° 433.547.429-68, tem justo e acertado o presente Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo, do contrato n° 041/2012, nos termos do Art. 57, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.666 e suas alterações e previsão contida na Cláusula Sexta do Contrato.
CLÁUSULA PRIMEIRA

Elea acertação entre as partes o Termo Aditivo de prorrogado o prazo do presente contrato até 17/12/2015.

Fica acertado entre as partes o Termo Aditivo deprorrogado o prazo do presente contrato até 17/12/2015. rica acertado entre as partes o Termo Antivo depitoriogado o presente contrato ate 1/12/2013, no valor de RS-54.818,16 (Cinquenta e quatro mil, oitocentos e dezoito reais e dezesseis centavos), cujo objeto é Locação e Manutenção de Sistemas de Informática para uso da Administração Pública. CLÁUSULA SEGUNDA
Permanecem inalteradas as demais disposições.
E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor e

Santo Inácio-Pr. 18de Dezembro de 2014

# Prefeitura Municipal de Itaguajé

JORNAL

<u>евтиро по ражания</u>
Avenida Munhoz da Rocha, 605 - Fone (0\*\*44) 332-1222 / Telefax 332-1283
Caixa Postal 11 - Сер 86.670-000 - ITAGUAJÉ - PR.

CNPJ 76.970.359/0001-53

### **DECRETO Nº. 82/2014**

Sumula: Constitui Conselho Municipal de Meio Ambiente

O Prefeito Municipal de Itaguajé Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em com a Lei Municipal 895/2014 de 30/10/2014 e considerando indicação de representantes

Art. 1°) - O CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE do Município de Itaguaié fica con

### REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

Departamento de Agricultura e Meio Ambiento

Titular: Nivaldo Francisco dos Santos CPF N°. 331.482.879-91 RG N°. 2.160.355

CPF N°. 066.182.569-84 RG N°. 8.918.632-3

Departamento de Educação

Titular: Heder Pereira da Silva CPF N°. 044.890.499-35 RG N°. 7.900.444-8

Suplente: Elza Mara Parron Furtado CPF N°. 809.963.889-15 RG N°. 4.237.702-0

APMIF – Associação de Pais e Mestres

Titular: Maria José Antu CPF N°. 326.583.119-15 RG N°. 10.905.284

nte: Mônica Sampaio de Moura So CPF Nº. 029.448.709-39 RG Nº. 7.041.453-8

Escola Municipal Fábio Dias da Silva

RG Nº. 3.969.979-6 Suplente: Laudete Oliveira de Lima Silva CPF №, 605.830.709-06 RG № 3.969.979-6

Titular: Simoni Carvalho da Silva

Suplente: Rosângela de Souza Filipin

Câmara de Vereadores

RG N°. 9.263.704-2

CPF N°. 742.506.129-53 RG N°. 29.225.197-X

Representante da Sanepar

Titular: Dori Edson Leal CPF N°. 714.943.329-49 RG N°. 4.379.937-1

Suplente: Cleber Monfre dos Santos CPF N° 039.499.389-66 RG N°. 7.850.593-1

SETORES ORGANIZADOS DA SOCIEDADE

Sindicato dos Trabalhadores Rurais Titular: José Bernardo da Silva

CPF N°. 326.580.001-99 RG N°. 10.554.056

Suplente: Gilberto Ferreira Cruz CPF N°. 809.976.869-87 RG N°. 588.590-26 Representante do Comércio

> Titular: Milton Pepece CPF N°. 042.262.249-49 RG N°. 7.803.51

Suplente: Alessandro Silva Dias CPF N°. 786.542.201-63 RG N°. 9.475.075-0

Titular: Tarlei Quintela da Silva

CPF N°. 037.920.409-64 RG N°. 3.480.326-38 Suplente: Aparecida Izabel de Souza CPF Nº. 026.985.739-70 RG Nº. 6.152.628-5

Representante da Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos Urbanos

Titular: Jéssica Luciene dos Santo: CPF N°. 374,777.028-28 RG N°. 39.589.159-0

Suplente: Marcos da Silva Rosa CPF N°. 086.609.929-89 RG N°. 9.802.872-6

Parágrafo Único – O mandato dos membros efetivos e suplentes do Conselho Municipa de Meio Ambiente será de 02 (dois) anos, vigendo de 03 de Novembro de 2014 a 03 de Novembro de 2016, e não será remunerada em razão do exercício da função ser considerada de interesse público

Art. 2º) – O Conselho Municipal de Meio Ambiente terá competência e atribuições de estabelecer as Políticas de Meio Ambiente no Município de conformidade como o previsto no Art. 2º da

Art. 3°) – Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as

Edificio da Prefeitura Municipal de Itaguajé

Em. 17 de Dezembro de 2014

JAIRO AUGUSTO PARRON

### PREFEITURA DE SANTO INÁCIO anto Inácio CNPJ 76.970.375/0001-46

**ERRATA** 

PREGÃO PRESENCIALREGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2014-PMSI ONDE SE LE: 15 DE AGOSTO DE 2.014 SE LE: 24 de Novembro de 2.014

**ERRATA**  $2^{\circ}$  TERMO ADITIVO DO CONTRATO M° 093/2012-PMSI TOMADA DE PRECOS Nº 008/2012-PMSI ONDE SE LE :05 DE DEZEMBRO DE 2.015

SE LE: 05 DE DEZEMBRO DE 2.014.

EXTRATO DO CONTRATO N°097/2014-PMSI
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 010/2014

Contratante: MUNICIPIO DE SANTO INACIO
Contratado: DUPAULA COMERCIO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS E ESCRITÓRIO

CNPJ N° 01.714.551/0001-80

PJ № 01.714.551/0001-80
Objeto do Contrato: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS
Valor do Contrato: R\$ 7.987,10 ( SETE MIL, NOVECENTOS E OITENTA E SETE REAIS E DEZ CENTAVOS )
Prazo de vigência do Contrato: 11/03/2015.
Foro do Contrato: Colorado — Estado do Paraná.
Data de Assinaturado Contrato: 12/12/2014

MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 010/2014 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 086/014 AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Expirado o prazo recursal, torna-se pública a ADJUDICAÇÃO do procedimento licitatório em epigrafe e a HOMOLOGAÇÃO do objeto, para compra de MATERIAIS PEDAGÓGICOSjunto a Empresa DUPAULA COMÉRCIO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS E ESCRITÓRIO LTDA – CNPJ N° - 01.714.551/0001-80, no valor de R\$-7.987,10 - (sete mil novecentos e otienta e sete reais e dez centavos), para atender a Secretaria Municipal de Educação, ser a proposta mais vantajosa para a Administração.

Santo Inácio, 10 de dezembrode 2014.

VALDIR ANTONIO TURCATO

COMUNICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 010/2014 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 086/2014

Dispenso a licitação, com fundamento no inciso II do art. 24, da Lei n º 8666/93, para compra de MATERIAIS PEDAGÓGICOSjunto a Empresa DUPAULA COMÉRCIO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS E ESCRITÓRIO LTDA – CNPJ N º - 01.714.551/0001-80, no valor de R\$-7.987,10 - ( sete mil novecentos e oitenta e sete reais e dez centavos), para atender a Secretaria Municipal de Educação, por ser a proposta mais vantajosa para a Administração.

Santo Inácio. 10 de dezembrode 2014.

VALDIR ANTONIO TURCATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 098/2014-PMSI
MODALIDADEDISPENSA 011/2014
Contratante: MUNICIPIO DE SANTO INACIO
Contratado: A.L.K. TOPOGRAFIA LTDA-ME
CNPJ 19/263.638/001-43

Pl 19.263.638/0001-43

Objeto do Contrato: Prestação de serviços TécnicosProfissionais de Agronomia, Engenharia e Topografia, para elaboração de projetos.

Valor do Contrato: RS-7.950,00 ( Sete mil, novecentos e cinquenta reais )

Prazo de Vigência do Contrato: 11/03/2015

Foro do Contrato: Colorado – Estado do Paraná.

Data de Assinaturado Contrato: 12/12/2014.

MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 011/2014 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 087/014 AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Expirado o prazo recursal, torna-se pública a ADJUDICAÇÃO do procedimento licitatório em epigrafe e a HOMOLOGAÇÃO do objeto, paraPrestação de serviços TécnicosProfissionais de Agronomia, Engenharia e Topografia, para elaboração de projetos , Junto a Empresa A.L.K.TOPOGRAFIA LTDA-ME-CNPJ N° - 19.263.638/0001-43, no valor de R\$-7.950,00 - (sete mil novecentos e cinquenta centavos), para atender a Secretaria Municipal de Obras, ser a proposta mais vantajosa para a Administração.

Santo Inácio, 11 de dezembrode 2014

VALDIR ANTONIO TURCATO

Dispenso a licitação, com fundamento no inciso II do art. 24, da Lei nº 8666/93, paraPrestação de serviços TécnicosProfissionais de Agronomia, Engenharia e Topografia, para elaboração de projetos , Junto a Empresa A.L.K.TOPOGRAFIA LTDA-ME-CNPJ N° - 19.263.638/0001-43, no valor de R\$-7.950,00 - ( sete mil novecentos e cinquenta centavos), para atender a Secretaria Municipal de Obras, por ser a proposta mais vantajosa para a Administração.

COMUNICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 011/2014 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 087/2014

Santo Inácio, 11 de dezembrode 2014.

VALDIR ANTONIO TURCATO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 099/2014-PMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 057/2014-PMSI CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO CONTRATADA: GRASIELA DA SILVA SANTOS - MERCEARIA

CNPJ 12.654.045/0001-69 OBJETO: AQUISIÇÃ DE GENEROS ALIMENTICIOS ( AÇOUGUE ) VALOR TOTAL R\$-76.900,00 (Setenta e Seis Mil e Nove

DURAÇÃO: 12 (DOZE ) MESÉS . A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO, TORNA PÚBLICA A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, NOS TERMOS DO ART. 15. § 2º, DA LEI N º 8666/93, CONFORME ABAIXO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS ( AÇOUGUE ) .

Lot e	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Unid.	Qtde	Vr.Unid.	Preço total
1	1	1213	SALCHICHA	MANA	KG	350,00	7,60	2.660,00
1	2	5198	FIGADO BOVINO	RIBEIRO	KG	135,00	9,60	1.296,00
1	3	8657	CARNE MOIDA (ACEM), MUSCULA OU PALETA )	RIBEIRO	KG	1.000,00	11,50	11.500,00
1	4	10826	BAYCON	FRIELA	KG	80,00	13,85	1.108,00
1	5	10828	CHARQUE		KG	135,00	19,50	2.632,50
1	6	10829	COXA E SOBRECOXA	GRANJEIRO	KG	600,00	6,80	4.080,00
1	7	10830	LINGUIÇA	FRIELA	KG	400,00	11,60	4.640,00
1	8	10831	LINGUIÇA CALABRESA	FRIELA	KG	150,00	13,35	2.002,50
1	9	10832	MIOLO PALETA	RIBEIRO	KG	1.000,00	18,40	18.400,00
1	10	10833	PEITO DE FRANGO	GRANJEIRO	KG	135,00	9,10	1.228,50
1	11	10834	COCHÃO MOLE	RIBEIRO	KG	1.000,00	19,60	19.600,00
1	12	10837	COSTELA BOI (MINGA)	RIBEIRO	KG	350,00	11,30	3.955,00
1	13	10838	COSTELA BOI (RIPA)	RIBEIRO	KG	350,00	10,85	3.797,50

SANTO INÁCIO-PR. 15DE DEZEMBRO DE 2.014

HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

REGISTRO DE PRECO N°057/2014-PMSI

Expirado o prazo recursal, torna-se pública a Homologação/Adjudicação do presente processo Licitatório realizado por esta O Prefeito de Santo Inácio, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei 8.666/93 e suas alterações,

O riento de Santo Inacio, Estado do Parlada, no liso de suas anticulyoes regais, coniertais peta Let 6,000/96 suas anciações, da Lei Orgânica do Município, bem como processo licitatório realizado pela Comissão de Licitação, nomeada pela Portaria 002/2014, de 06 de Janeirode 2014, assim resolve:
HOMOLOGAR, o processo licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇO N° 057/2014-PMSI, e adjudicar o seu objeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios aempresa:
GRASIELA DA SILVA SANTOS MERCEARIA-ME, CNPJ № 12,654,045/0001-69:

Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Unid.	Qtde	Vr.Unid.	Preço total
1	1	1213	SALCHICHA	MANA	KG	350,00	7,60	2.660,00
1	2	5198	FIGADO BOVINO	RIBEIRO	KG	135,00	9,60	1.296,00
1	3	8657	CARNE MOIDA (ACEM), MUSCULA OU PALETA )	RIBEIRO	KG	1.000,00	11,50	11.500,00
1	4	10826	BAYCON	FRIELA	KG	80,00	13,85	1.108,00
1	5	10828	CHARQUE	TRESLAÇOS	KG	135,00	19,50	2.632,50
1	6	10829	COXA E SOBRECOXA	GRANJEIRO	KG	600,00	6,80	4.080,00
1	7	10830	LINGUIÇA	FRIELA	KG	400,00	11,60	4.640,00
1	8	10831	LINGUIÇA CALABRESA	FRIELA	KG	150,00	13,35	2.002,50
1	9	10832	MIOLO PALETA	RIBEIRO	KG	1.000,00	18,40	18.400,00
1	10	10833	PEITO DE FRANGO	GRANJEIRO	KG	135,00	9,10	1.228,50
1	11	10834	COCHÃO MOLE	RIBEIRO	KG	1.000,00	19,60	19.600,00
1	12	10837	COSTELA BOI (MINGA)	RIBEIRO	KG	350,00	11,30	3.955,00
1	13	10838	COSTELA BOI (RIPA)	RIBEIRO	KG	350,00	10,85	3.797,50
	•			*				

(Setenta e seis mil e novecentos reais) Santo Inácio,12 de Dezembro de 2014

VALDIR ANTONIO TURCATO

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ

CNPJ 74.163.718/0001-35 AVENIDA GOVERNADOR LUPION, 555 - FONE (0\*\*44) 332-1174

CEP 86.670-000 - ITAGUAJÉ - PARANÁ

AVISO DE EDITAL -PREGÃO PRESENCIAL- Nº 001/2014

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ, torna público que realizará, às 09 horas do dia06 de Janeiro de 2015, situada na Av. governador Moisés Lupion, 555, em Itaguajé, Paraná, PREGÃO PRESENCIAL, para Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de hora técnica e cessão de uso no banco de dados do legislativo municipal, conforme descrito em Edital, sob empreitada de menor preço por item. A pasta técnica, com inteiro teor do edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos poderá ser examinada no endereço acima indicado a partir de 24 de dezembro de 2014, no horário comercial. Informações adicionais, dúvidas e/ou esclarecimentos deverão ser dirigidos à Equipe de Apoio no endereço acima.

Presidente da Câmara Municipal

Edificio da CâmaraMunicipal de Itaguajé, aos 18 dias do mês de Dezembro do ano de 2014 Paulo-Fernández de Souza



### PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA

E-mail: contabilidade\_ourizona@yahoo.com.br - CNPJ: 76.282.672/0001-07 Rua Bela Vista, 1.014 – Fone: (44) 3278-1592 – Fax: (44)3278-1314 Cep: 87.170-000 Ourizona - Paraná

> TOMADA DE PRECO Nr.: 7/2014 - TP



CNPJ: 76.282.672/0001-07 RUA BELA VISTA, 1014

C.E.P.: 87170-000 - Ourizona - PR Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA E UTENSILIOS DE COZINHA PARA OS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL PARA O ANO DE 2015.

NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 8 / 2014

CONFORME APRESENTAÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE PROCESSO CONFORME SOLICITADO PELA EMPRESA EDISON APARECIDO BUZATTO - ME, O QUAL ALEGA INCONSISTENCIAS NO REFERIDO EDITAL, FIÇÃ DECIDIDO PELA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PELA REVOGAÇÃO DO PROCESSO PARA CORREÇÃO E NOVA ABERTURA. Ourizona, 16 de Dezembro de 2014

OSWALDO MAGI FILHO PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

ESTADO DO PARANÁ

C.N.P.J. (M.F.) 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000 DECRETO N.º 061/2014, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALCIDES ELIAS FERNANDES, PREFEITO MUNICIPAL DE INAJÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

RESOLVE:

Art. 1.º - <u>Aposentar</u> por idade e tempo de contribuição, a partir de 31 de dezembro de 2014, **MARIA ISABEL DA SILVA**, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º 4.229.563-9/SSP-PR, Funcionária Pública Municipal, no cargo de PROFESSOR, na forma do Art. 40, § 1.º, inciso III, alínea "a" e § 5.º da Constituição Federal, § 1.º da Lei Municipal 763/2009, e também incluindo no caso o Art. 3.º da Emenda Constitucional 47/2005, com proventos de R\$ 3.238,96 (Três mil, duzentos e trinta e oito reais e novetna e seis centavos) mensais

Art. 2.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogadas as disposições em contrário.

> PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ, ESTADO DO PARANÁ. GABINETE DO PREFEITO, EM 18 DE DEZEMBRO DE 2014





FONE/FAX (0\*\*44) 313-1251

Rua Vereador Firmino Luiz, 245 - CEP 86.660-000 - Santa Inês - Paraná

AVISO DE EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL- Nº 001/2014

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA INÊS torna público que realizará, às 09 horas do dia 07 de Janeiro de 2015, situada na Rua Vereador Firmino Luiz, nº 245, em Santa Inês, Paraná, PREGÃO PRESENCIAL, para Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de hora técnica e cessão de uso no banco de dados do legislativo municipal, conforme descrito em Edital, sob empreitada de menor preco por item. A pasta técnica, com inteiro teor do edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos poderá ser examinada no endereço acima indicado a partir de 26 de dezembro de 2014, no horário comercial. Informações adicionais, dividas e/ou esclarecimento deverão ser dirigidos à Equipe de Apoio no endereço acima.



Santa Inês (PR), 18 de Dezembro de 2014.

PRENSAL

PRENSAL

OXIUX

FOX LUX

INJETEL

INJETEL

TELOMAR

DRENZETT

OR PLAST

FOR PLAST

OR PLAST

FOR PLAST

WIREFLEX

WIREFLE)

VIREFLEX

VIREFLEX

URUKAWA

(IREFLE)

IRFFIF)

SP CABOS MULT BOX

LAJES PADR

40,00

255,00

381,00

36,00

33,00

21,00

140,00 0,70

1762,50

225,00

900,00

425,00

675,00

68,80

1080.00

206,00 10,30

632,50 12,65

715.00

130,00 6,50

262,00

262.00

7.50

52,00

162.00

246,00 8,20

81,00 2,70

153.00

109,50

219,00

144,00 4,80

5100,00

208,50

4,20

437,50

261,00

530,00

61,50

660,00

137.50

132,50

78,00

102,50

1120.00

376,25

2825.00

1640,00

2205.0

370,00 3,70

736,00

738,00 16,40

1335,00

1390.0

380,00

888,00 44,40

958,00

2,30

455,00

1875,00

1875,00

1875.00

12,50

332,50

770.00

710.00

525,00

351,0

294,00

406,50

52,00

134,60

256,00 575,00

585,00

2,80 140,00

47,50 2850,00

13,80 1725,00

8,20

38,80 3104,00

30,85 1234,00

19,00

6,93 207,90

44,10 1323,00

47,90

4,00

0,35 35,00

1,95 117,00

32,00 960,00

175,00

78,80 236,40

135,50

128,00

11,50

48,00 1440,00

13,65

OPÇÃO

OPÇÃO

1. DO OBJETO

as que seguem:

2.1.1. Consoante o procedimento ficou classificado em primeiro lugar:

Quantidade Unid.

UN

1.000 MT

1.000

31,30 3130,00

11,75

4,30 1290,00

0,86 1,85 92,50

27,00 1080,00

8,20

3,47 104,10

5,00 100,00

39,00 585,00 621,50

18,50 370,00

26.20

0,30

2,60

6,50 162,50

4,65 139,50

3,65

68,50 1370,00

255,00

20,85

0,42

4,30 129,00

4,30 150,50

17,50 437,50

18,10 543,00

87,80 878,00

26,10 652,50

106,00

/IREFLEX

P CABOS

TEC PLAST

SEMER

DUROLUX

OUROLUX

DUROLUX

OUROLUX

DUROLUX

SLIGHT

IORDÃO

MIRANTE

RADIAL

Santo Inácio PREFEITURA DE SANTO INÁCIO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO TORNA PÚBLICA A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, NOS TERMOS DO ART. 15, § 2°, DA LEI N ° 8666/93, CONFORME ABAIXO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 096/2014 PREGÃO PRESENCIAL N° 056/2014-PMSI CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO CONTRATADA: ELETROFIO MATERIAIS ELETRICOS LTDA CNPJ 05.609.48110001-50.

OBJETO: AQUISIÇÃO DEMATERIAIS DE ELETRICOS VALOR TOTAL R\$-171.200,00 ( Cento E setenta e um mil e duzentos reais ) .

UNID ABRAÇADEIRA CUNHA D ELET 1/2

UNID ABRAÇADEIRA CUNHA D ELET 3/4

800

UNID ABRAÇADEIRA NYLON 100 X 2,5 MM UNID ABRACADEIRA NYLON150 X 2.5 MM P

UNID ADAPTADOR 2 P+ T / UNIV 10 A - 250 V

UNID ADAPTADOR REVERSO 2 P + T CHATO 15 A

KL ARAME GALVANIZADO 12 A W G

UNID BRAÇO CHUV. 30 CM ALUM.

UNID BUCHA ESPANSIVANYLON S - 12

UNID BUCHA EXPANSIVA NYLON S- 8

MT CARO FLEX ISOL 1 KV70 00 MM 9 MT CABO FLEX ISOL 1 HV 95,00 MM 90

MT CABO FLEX ISOL 750 V 1,5 MM

MT CABO FLEX ISOL 750 V 4 MM

MT CABO FLEX ISOL 750 V 6 MIV

MT CABO INFORM 4 PARES CAT S

MT CABO QUADRUPLEX16 MM 6 A W

UNID CAIXA PASSAGEM CONCRETO 30 X 30 C/

UNID CAIXA PASSAGEM METAL EMBUTIR 20 X 20

UNID CANALETA 20 X 10 X 2000C/ ADESIVO

UNID CANALETALISA 22 X 22 C/2 MT:

UNID CANALETALISA 30 X 30 C/2 MT

NTRO DISJ 2 DIN SOBE

UNID CENTRO DISTR 12 DISJ. UL 16 DIN EMBUTIR BI

UNID CENTRO DISJ 1 DIN SOBR

UNID CHAVE VENTILADOR PARED

HUVEIROZZO V 5400 W

UNID CONECTOR CABO COAXIAL C/ AN

UNID CONECTOR SPLIT BOLT 10 MM

UNID CONECTORSPLIT BOLT 16 MM

UNID CONECTORSPLIT BOLT 50 MM UNID CONECTOR SPLIT BOLT70 MM

UNID CONJ. 1 TECLA BIPOLAR SIMPLE

UNID CONJ.1 TECLA IMTERMEDIARIA

UNID CONJ.1 TECLA SIMPLES

UNID CONJ.1 TECLA SIMPLES - PAR

UNID CONJ.2 TECLA PARALELA

UNID CONJ.3 TECLA PARALELAS

UNID CONJ.3 TECLA SIMPLES

UNID CURVAPVC 90 ° X 3/4

LINID CLIPVADUC 90° V 1

CONJ.2 TECLA SIMPLES - 1

UNID CONTACTORCWM 12.10 12 AC 4 CV 1 NA 220 V

LINID CONTACTORCWM 50.00 50 AC 20 CV 220 V

UNID CURVA FERRO GALV. FOGO 90 ° X 2

UNID DISJUNTORDIN CURVA C 1 X 20 A

UNID DISJUNTORDIN CURVA C 1 X 32 A

UNID DISIUNTORDIN CURVA C 2 X 20

UNID DISJUNTORDIN CURVA C 2 X 32 A

UNID DISIUNTORDIN CURVA C 3 X 100

UNID DISJUNTORDIN CURVA C 3 X 50 A

BR ELETRODUTO FERRO GALV. 2 " 6 MTS

MT FIO CORRECORDÃO PARAL 2 X 1 50 MM

MT FIO COBRE CORDÃO PARAL 2 X 2.50 MN

MT FIO TELEF.FE 100/A 80

UNID FITA DUPLA FACE2 MTS X 19 MM

MT FITA INOXACO 3/4 X 7 LISA

UNID GLOBO POLICESFÉRICO 30 CM B - 15

UNID ISOLADORROLDANA PORCELANA 72 X 72

UNID LAMPADAELETRONICA 20/30 W 127 V BR 6400 K

UNID LAMPADA ELETRONICASS/59 W BR 6400 K

UNID LAMPADAVAPOR MERCURIO 125 W 220 V E-27

UNID LAMPADAVAPOR MERCURIO 250W 220 V E-40

UNID LAMPADA VAPOR METÁLICO 400 WTUBULAR

UNID LED 30 LUMINÁRIA EMERGENCIABIV.

.UMINÁRIAPÚBLICA LM -1 E 27 ABERTA

IINÁRIA PÚBLICALM - 1 E 40 ABERTA

UNID LUMINÁRIATOP LIGHT 2 X 40 PT COMP. BIVOLT

VAPVC FIFTRODUTO 1 POI

MT MANGUEIRALUZ 36 LAMP 11 MM 127 V INCOLOR

MT MANGUEIRA LUZ36 LAMP 11 MM 220 V INCOLOR UNID PARAFUSO LENTILHA1/4 X 3/4 S/ PORCA

UNID PARAFUSOMAQ, 5/8 X 08 200 MM

LINID PASSA FIO NVI ONTS MTS GUIA ACC

UNID PLUG MACHO2 P 10 A CINZA 1194

UNID QUADRO COMANDO30 X 20 X 20

UNID QUADRO COMANDO50 X 40 X 20

JADRO COMANDO40 X 30 X 2

ADRO SISTEMAVDI 20 X 20 EMI

UNID QUADRO SISTEMAVDI 40 X 40 EMBUTIR

D REATORELETR 1 X 40 W BIVOL

UNID REATORELETR. 2 X 110 W 220 V

ATORELETR. 1 X 20 W BIVOLT

TORELETR. 2 X 20 W BIVOL

IADRO SISTEMAVDI 30 X 30 EMBLITI

UNID PROJETOR RET. EXT. P/ LAMP400 W E - 4

PROJETOR RET EXT P/I AMP 250 WE . 2

UNID QUADRO BARRATRIF, P/ 16 DISJDIN 100 A EMBUTI

UNID QUADROBARRA TRIF. P/24DISJ DIN 100 A EMBUTIR

UNID PLAFON INTELIG. TETO BRSOQ. PORCELAN

RAFUSO SEXT SOBERBA1/4 X 60

UNID LUVAPVC ELETRODUTO 3/4

INÁRIATOP LIGHT 2 X 20 PT COMP. BIVOI

UNID LUMINÁRIA COMERCIAL2 X 20

JPADAVAPOR METÁLICO 250 W TUBULAR

AMPADA FLUOR40 W

LAMPADAFILIOR 20 WID PIL

MPADAELETRONICA 25 W 127 V BR 6400 K

UNID LAMPADA ASPIRAL85 W 127 V E 27

UNID FITA ISOLANTE20 MTS

UNID FLANGEPVC 1 1/4 UNID FLANGEPVC 1 POL

UNID HASTES/8 X 2,40 M

UNID EMENDARI 45

UNID CONJ.2 TECLA SIMPLES

MT CABO PP 2 X 1,50 MM

MT CABO PP 2 X 2,50 MM

MT CABO TELEF, CCI 2 PARES

UNID CABEÇOTE3/4

MT CABO COAXIAL 75 O

CNPJ 76.970.375/0001-46

1666,25

2580,00

1625,00

2970,00

249,50

345,00

231,00

405,00

225,00 220,00

152,40

2200,00

2700,00

9.750,0

66,90 3010,50

4,85 242,50

3,20

118.00

385 11.550,0

280,00 1.400,00

170,00 1.700,00

Marca Vr.Unit. Total

EMAPE

ECORLUX

UTO PLAST

/ENTDELTA

PROJELUZ

UNID REATORVAPOR MERCURIO C/ BASE 250 V

UNID REATORVAPOR MET, EXT 250 W VP 450

UNID REATORVAPOR SODIO C/ BASE EXT 100

UNID SISTEMAX TOMADA 10 A NBR BRANCA

UNID RELEFOTOCELULA NF 220 V

UNID SOQUETE C/RABICHO E- 27

RADUTO3/4 BR

TERMINAI PRESSÃO SIMPLES 25 MM

UNID VTCOLUNA TRADIC 60 CM PT 3 PÁ FUME 127 V

POSTE CONCRETO PM200 7,20 MTS 310 KG

POSTE CONCRETOPM 75 7,20 MTS 230 KG

Expirado o prazo recursal, torna-se pública a Homologação/Adjudicação do prealizado por esta Municipalidade.

HOMOLOGAR, o processo licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL

HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

REGISTRO DE PREÇOS Nº056/2014-PMSI

O Prefeito de Santo Inácio, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei 8.666/93 e suas alterações, da Lei Orgânica do Município, bem como processo licitatório realizado pela Comissão de Licitação, nomeada pela Portaria 002/2014, de 06 de Janeirode 2014, assim resolve:

REGISTRO DE PREÇO Nº 056/2014-PMSI, e adjudicar o seu objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO , a empresa: ELETROFIO MATERIAIS ELETRICOS LTDA, CNPJ 05.609.481/0001-50 .

Declarando como vencedora a empresa: LOTE 001- ELETROFIO MATERIAIS ELETRICOS LTDA CNPI 05:609-481 0001-59, no valor de RS-145 000 001 Centro e quarrent a cinco mil retais ). LOTTE 002-ELETROPHO MATERIAIS ELETRICOS LTDA. CNPI 05:609-6481 0001-50, no valor de RS-11 550,000 Onze mil, quinhentos e cinquenta reata );LOTE 003-ELETROPHO MATERIAIS ELETRICOS LTDA. CNPI 05:609-481 0001-50, no valor de RS-3750,000 (Nove mil, setecentos e cinquenta reata) ELOTE 004 ELETROPHO MATERIAIS ELETRICOS LTDA. CNPI 05:609-481 00001-50, no valor de RS-3400,000 (no

VALDIR ANTONIO TURCATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2014

O MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO IVAÍ-PR, inscrito no CNPJ sob n. 76.282.649/0001-04, sediado à Praça Santa Cruz, n 249, Bairro Centro, São Jorge do Ivaí-PR, neste ato representado por seu Excelentíssimo Senhor Prefeito, ANDRÉ LUÍS BOVO, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma presencial, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) en sata ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8.666/93, e respectivas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.1. A presente ata tem por objeto a formação de registro de preços para aquisições de materiais elétricos, conforme as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, que é parte integrante da presente ata, assim como as propostas feitas no certame, independentemente de

2.1. O preço registrado unitário e total, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedores e as demais condições ofertadas nas propostas são

Fornecedor: C. B. DE MORAES & CIA LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº, 75.316.265/0001-00, com endereço na Avenida José Alves Nendo, nº.32, Jardim Internorte, na Cidade de Maringá, Estado do Paraná, CEP. 87.045-160.

Especificação

PROCEL/INMETRO

ÅMPADA VAPOR DE SÓDIO 100W E

7 OVOIDE EATOR VAPOR DE SÓDIO GALV

TC 81142 ROCEL/INMETRO ÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 250W E

OM SELO PROCEL/INMETRO REATOR VAPOR DE SÓDIO GALV.

400W AFPE AMPADA VAPOR DE SÓDIO 400W E

PROCEL/INMETRO
REATOR VAPOR METÁLICO DE 400W

AFPE LÄMPADA VAPOR METÁLICA 400W E- C

SPIRAL COM SELO PROCEL AMPADA ELETRÔNICA 30W x 127V

NMETRO CABO FLEXIVEL 10,0mm COM SELO

INMETRO
CABO RIGIDO 25,0mm 2 0,6/1kv COM

LUMINIO 400W E-40 ONECTOR PERFURANTE 120 - 120

MT CARO MULTIPLEX EM ALLIMÍNIO 4 y Alubar

MANGUEIRA LUMINOSA DE LED 220V KIT DE EMENDA E CABO DE FORÇA PARA MANGUEIRA LED REATOR VAPOR DE SÓDIO GALV.

100W AFPE SEM BASE COM SELO

PROCEL/INMETRO RFATOR VAPOR DE SÓDIO GALV

200 MT CABO MULTIPLEX EM ALUMÍNIO 4 x Aluba

RECEPTÁCULO DE LOUÇA E-27 LÂMPADA ELETRÔNICA 25W x 127V Ourolux

INMETRO

CABO ELEXIVEL 6.0mm COM SELO Cobremack

mento licitatório que deu origem a presente ata,

3.924,00 6.066.00

3.662.00

6.667,50

5.229.0

3.094,0

1 525 3

2.196,40

1.359.6

1.647,30

1.429,20

872,0

1.831.5

1.812.8

2.928,8

1.396.0

1.831,5

2.350,0

217,91

157,2

1.186.0 5.93

4.305,2

2 442 00

114,60 354,00

3.225.00

1.786.50

61,88

54,9

22.66

54.9

35,73

8,72

12.2

22.66

36,6

1,68 1.680,0

2,78 2.780,0

6.98

12,2

21,79

3,93

215,26

12 21

6,10 4,83

32.25

832,25

2. DOS FORNECEDORES E PREÇOS REGISTRADOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAI PRACA SANTA CRUZ, 249 - CENTRO - FONE (044) 243-1157 CNPJ/MF, 76.282.649/0001-04

São Jorge do Ivai - Estado do Parana

UNID VT TETO CLASSICECONOMICO BCO 127 V

UNID TERMINALPRESSÃO SIMPLES 50 MM

UNID SPIRADUTO1 BR

Item Qtde Unid. Nome do produto/serviço

Item Qtde Unid. Nome do produto/so

SANTO INÁCIO-PR. 11DE DEZEMBRO DE 2014

Santo Inácio,10 de Dezembro de 2014

4.6. Se a entrega e/ou a substituição dos materiais não for realizada no prazo estipulado, a empresa estará sujeita às sanções previstas na Cláusula 8.1.b da presente ata de registro de preços.

4.7. O recebimento dos materiais, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da empresa pela qualidade e características dos materiais entregues, cabendo-lhe sanar quaisque irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência da ata.

5. FORMA DE PAGAMENTO

5.1. Os pagamentos serão efetuados na forma de crédito em conta corrente da licitante vencedora no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da certificação da nota fiscal eletrônica pelo gestor da ata de registro de preços, após o recebimento definitivo dos produtos.

5.2. Para a liberação do pagamento, a futura contratada encaminhará nota fiscal eletrônica, acompanhada das seguintes certidões: a) prova de regularidade para com a Fazenda Nacional (dívida ativa e

c) prova de regularidade perante o fisco estadual da sede da licitante; d) prova de regularidade perante o fisco municipal da sede da licitante; e) certidão negativa de débitos trabalhistas.

5.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

5.4. O MUNICÍPIO fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.

5.5. A dotação orçamentária será vinculada no momento da requisição de

6. REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados na presente ata poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

6.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado para que promova a redução dos preços.

6.2.1. Em não sendo reduzido o preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, podendo o MUNICÍPIO convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte

6.5. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior aos registrados, o fornecedor poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado, com apresentação de comprovantes e de planilha detalhada do custo, que demonstrem que o mesmo não pode cumprir as obrigações assumidas, em função da elevação dos custos dos bens, decorrentes de fatos

6.5.1. Procedente o pedido, o Município providenciará a alteração do preço

6.5.2. Não sendo acatado o pedido de revisão, o Município poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PRECOS

7.1. O presente registro de preços poderá ser cancelado nas seguintes

a) descumprimento pelo fornecedor das condições da presente ata de registro

a) descuripimiento pero iornecedor das coninções da presente ata de registro de preços; b) recusa pelo fornecedor a atender convocação para assinar a ata de registro de preços no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável; c) não aceitar o fornecedor ou reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tomar superior àqueles praticados no mercado; d) se o beneficiário do preço registrado for supervenientemente impedido de licitar ou contratar com a Administração Pública ou for declarado inidôneo; e e) por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente

### 8. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

 1) de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou substituição do bem recusado, até o limite de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação; 2) de até 20% (vinte por cento) sobre o valor global estimado para a contratação, no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item anterior

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo de até 02 (dois) anos; e

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração o) vectaração de initorientado para inicia ou contrada com a Administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição por prazo não superior a 05 (cinco) anos, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao Município os valores dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso

8.2. As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

8.3. Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos crédi a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados administrativa ou judicialmente

### 9. DA GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A Diretoria de Administração de Material e Patrimônio, na qualidade de gerenciador da Ata de Registro de Preços, monitorará, pelo menos trimestralmente, os preços dos materiais e avaliará o mercado constantemente, podendo rever os preços registrados a qualquer tempo, na forma prevista na

10.1. O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas consistendo de la constante de l pelo preço registrado, durante o prazo de validade da de com o edital do Pregão Presencial para Registro de reços nº 15/2014.

10.2. O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os servicos os no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município

10.3. Para dirimir questões oriundas do presente contratos fica eleito o Foro da

E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que se produzam os necessários efeitos legais.

São Jorge do Ivai, 17 de Abril de 2014. MUNICIPIO DE SÃO JORGE DO IVAI

Comarca de Mandaguaçu, Estado do Paraná.

C. B. DE MORAES & CIA LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 75 316, 265/0001-00, com endereço na Avenida José Alves Nendo, nº 32, Jardim Internorte, na Cidade de Maringà, Estado do Paraná, CEP 87.045-160, neste ato representado pelo sócio administrador Sr. Celso Batista de Moraes, portador da carteira de identidade RG nº 1.068.393 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº. 045.222.579-53.

# (TII) 25-7 OURIZONA 1960

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA E-mail: contabilidade\_ourizona@yahoo.com.br - CNPJ: 76.282.672/0001-07
Rua Bela Vista, 1.014 - Fone: (44) 3278-1592 - Fax: (44)3278-1314 Cep: 87.170-000
Ourizona - Paraná

LEI Nº 835/2014.

Autoriza o Executivo Municipal a efetuar reparcelan de dividas de contribuições de previdência junto ao FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE OURIZONA PR, parcelada conforme lei n. 763/13 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Ourizona, Estado do Paraná, APROVOU e eu, efeito Municipal sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o reparcelamento em ate 13(Treze) parcelas mensais de dividas de contribuições de previdência junto ao FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE OURIZONA PR, parceladas conforme lei n. 763/13 no montante total corrigido ate dezembro do corrente ano de R\$-135.545,00 (Cento e trinta e cinco mil, quinhentos e quarenta e cinco reais).

Art. 2° O TERMO DE REPARCELAMENTO DE DÉBITOS a ser firmado entre as partes deverá obedecer às disposições desta Lei e o contido no artigo 5° da Portaria MPS n° 402/2008, de 10 de dezembro de 2008, e alterações posteriores.

Art. 3º A primeira parcela do reparcelamento de que trata a presente le será paga no último dia útil do mês de Janeiro de 2015, e as demais no último dia útil dos meses ulteriores.

Art. 4º A atualização dos valores originários, para efeito de consolidação da divida será feita por INPC/IBGE (Indice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) acrescido de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês.

Art. 5° As parcelas vincendas do reparcelamento a ser firmado entre as partes seráo atualizadas pelo INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografía e Estatistica) acrescido de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês, contados de 01 de janeiro de 2015.

Art. 6º Ocorrendo atraso no pagamento de quaisquer das parcelas incidirá a atualização e juros previstos no artigos 6º; bem como multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, limitado a multa a 5% (cinco por cento).

As despesas com a execução desta lei correm por conta de ntárias próprias, consignadas nos respectivos orçamentos anuais,

suplementadas, se necessário. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, Art. 8°

revogando-se as disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE OURIZONA, ESTADO DO

JANILSON MARCOS DONASAN

DECRETO Nº 156DE18 DE DEZEMBRO DE 2014.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito do Municipio de Ourizona, Estado do Paraná, Janilson MarcosDonasan, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inc. VI do artigo 64 da Lei Orgânica do Município DECRETA

Titular: Marcia Shinaider – CPF n° 052.949.809-08 Suplente: Giselda Aparecida Marquezoni – CPF n° 744.865.949-91 II - Representantes dos Professores:

Titular: Regina Célia Zaninelo Vieira – CPF n° 648.873.409-15 Suplente: Lucimar Rosada Volpato – CPF n° 797.829.149-91

III - Representantes dos pais e alunos:

IV - Representantes da Sociedade Civil:

Titular: Maria Eunice Arroio Trevisan – CPF n° 046.753.219-25 Suplente: Maria Fátima da Silva Coneglian – CPF n° 046.904.019-00

Titular: José Henrique Martelosso - CPF nº 732.084.939-91

Suplente: Sueli Aparecida MulatiDragunski – CPF n° 847.307.659-15 Art. 2° – O prazo de duração do mandato dos membros efetivos e mentes será de 04 (quatro) anos, podendo ser renovado por igual

Art. 3º - Este decreto entra em vigor nesta data, revogadas as sições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA AOS 18 DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2014.

20







DISPENSA DE LICITAÇÃO № 102/2014 PROCESSO ADMINISTRATIVO № 152/2014 RATIFICO PROCESSO DE DISPENSA № 102/2014 - P.M.P. NA FORMA DOS

PARECERES DA LEI

FUNDAMENTAÇÃO: LEI 8666 ART 24 É DISPENSAVEL LICITAÇÃO - para Outros servicos e compras de valor até 10% (dez por cento) do previsto na alínea "a" do inciso II

parcela do mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que passa ser realizada de um: só vez: (Redação dada pela Lei nº 9.648,de 1998).

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA O CRAS.

EMPRESA: R. R. CAMPOS COMERCIAL LTDA - ME.

VALOR CONTRATADO: R\$ 7.087,00 (um mil quinhentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08.010.08.243.0050.6202.449052.0000 RED. 528

LOCAL E DATA: PARANAPOEMA 17 DE DEZEMBRO DE 2014

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAÍ

### DECRETO Nº 124/2014

Estabelece a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso assim como institui o desdobramento da Receita em metas bimestrais de arrecadação, para o exercício financeiro de 2015.

O SENHOR **FAUSTO EDUARDO HERRADON** PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FLORAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS PREFEITO DO MUNICIPIO DE FLORAI, ESTADO DO PARANA, NO USO DAS ATRIBUÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI E, TENDO EM VISTA O CONTIDO NO ARTIGO 8º E 13 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/00, DE 04/05/2000 DE CRETA:

Art. 1º. Na forma no contido nos anexos 1 e 11, fica estabelecido o CRONOGRAMA

DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO e a PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA a serem observados no exercício de 2015, pelo Poder Legislativo, Poder Execut Especiais.

Parágrafo Unico: Verificando-se que a realização da RECEITA mostra-se aquém dos montantes programados, aplicar-se-à o disposto no art. 9º da LC-101/00.

Art. 2º - O desdobramento da RECEITA de que trata o Art. 13 da LC-101/00, fica estabelecido de conformidade com o Quadro de METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO, anexo ao presente Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MENTO DE RECEITA PREVISTA EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO P/EXERCÍCIO DE 2015

Paço, municipal Osvaldo da Silva, aos 18 dias do mês de dezembro de

LEI DE DIRETRIZES ORCAMENTÁRIAS

Desdobramento da Receita Prevista para 2015 em Metas Bimestrais de Arrecadação (LRF ART. 13) 2º Bim Fev 1.224.339,65 1.224.339,65 1.224.339,65 1.224.339,65 1.224.339,65 1.224.339,65 1.224.339,65 1.224.339,76 14.692.075,91 RECEITAS CORRENTES 1.224.339,65 1.224.339,66 1.224.339,65 1.224.339,65 RECEITA TRIBUTÁRIA 75.381,25 75.381,25 75.381,25 75.381,25 75.381,25 75.381,25 75.381,25 75.381,25 75.881,25 75.381,25 75.381,25 75.381,30 904.575,0 RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES 37 625,00 37.625,00 37.625,00 37.625,0 37.625,00 37.625,00 37.625,00 37.625,00 37.625,00 37.625,00 37.625,00 37.625,00 451.500,0 RECEITA DE SERVIÇOS 6.956,25 6.956,25 6.956,25 6.956,25 6.956,25 6.956,25 6.958,25 6.956,25 6,956,25 6.956,25 6.956,25 6.956,25 83.475,00 TRANSFERENCIAS CORRENTES 1.084.807,78 1.084.807,78 1 084 807,78 1.084.807,78 1.084.807,78 1.084.807,78 1.084.807,78 1.084.807,78 1.084.807,78 1.084.807,78 1.084.807,78 1.084.807,78 **13.017.693,36** OUTRAS RECEITAS CORRENTES 14.542,50 14.542,50 14.542,50 14.542,50 14.542,50 14.542,50 14.542,50 14.542,50 14.542,50 14.542,50 14.542,50 14.542,50 174.510,0 34.863,33 34.863 TOTAL GERAL



Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para 2015 (LRF art. 8°)
DADE ORGAMINITÁRIAS MESES





ANEXO II

UNIDADE ORÇAMENTARIAS	meded									TOTAL				
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	5-1 10-10-10-10-10-10-10-10-10-10-10-10-10-1	
LEGISLATIVO MUNICIPAL	72.887,50	72.887,50	72.887,50	72.887,50	72.887,50	72.887,50	72.887,50	72.887,50	72.887,50	72.887,50	72.887,50	72.887,50	, 874.650,00	
Câmara Municipal	72.887.50	72.887,50	72.887.50	72.887,50	72.887.50	72.887,50	72.887,50	72.887,50	72.887,50	72.887,50	72.887,50	72.887,50	874.650,00	
EXECUTIVO MUNICIPAL	41.895,00	41.895,00	41.895,00	41.895,00	41.895,00	41.895,00	41.895,00	41.895,00	41.895,00	41.895,00	41.895,00	41.895,00	502.740,00	
xecutivo Municipal	41.895,00	41.895,00	41.895,00	41.895,00	41.895,00	41 895,00	41.895,00	41.895,00	41.895,00	41 895,00	41.895,00	41.895,00	502.740,00	
DIVISÃO DE ADM. E PLANEJAMENTO	111.650,00	111.650,00	111.650,00	111.650,00	111.650,00	111.650,00	111.650,00	111.650,00	111.650,00	111.650,00	111.650,00	111.650,00	1.339.800,00	
Divisão de Administração	111.650,00	111.650,00	111.650,00	111.650,00	111.650,00	111.650,00	111.650,00	111.650,00	111.650,00	111.650,00	111.650,00	111.650,00	1.339.800,00	
DEPARTAMENTO DE FAZENDA	45.290,00	45.290,00	45.290,00	45.290,00	45.290,00	45.290,00	45.290,00	45.290,00	45.290,00	45.290,00	45,290,00	45.290,00	543,480,00	
Divisão da Fazenda	45.290.00	45 290,00	45.290,00	45.290,00	45.290,00	45 290,00	45.290,00	45.290,00	45.290,00	45 290.00	45.290,00	45.290,00	543.480,00	
DEPARTAMENTO DE URBANISMO	222.842,39	222.842,39	222.842,39	222.842,39	222.842,39	222.842,39	222.842,39	222.842,39	222.842,39	222.842,39	222.842,39	45.290,00	2.674.108,66	
Divisão de Urbanismo	222.842.38	222.842,38	222.842,38	222 842,38	222.842,38	222 842,38	222.842,38	222.842,38	222.842,38	222.842,38	222.842,38	222.842,48	2.674.108,66	
DEP. DE EDUC. CULT. E ESP. E LAZER	266.205,63	266.205,63	266.205,63	266.205,63	266.205,63	266.205,63	266.205,63	266.205,63	266.205,63	266.205,63	266.205,63	266.205,63	3,194,467,50	
Divisão de Ensino Fundamental	266.205.62	266.205,62	266.205,62	266 205,62	266.205,62	266 205,62	266.205,62	266.205,62	266.205.62	266 205.62	266.205,62	266.205,68	3.194.467,50	
DEP. SAUDE E SANEAMENTO	370.177,50	370.177,50	370.177,50	370.177,50	370.177,50	370.177,50	370.177,50	370.177,50	370.177,50	370.177,50	370.177,50	370.177,50	4.442.130,00	
Divisão do Fundo Municipal de Saúde	370.177.50	370.177,50	370.177,50	370.177,50	370.177.50	370.177,50	370.177,50	370.177,50	370.177,50	370 177,50	370.177,50	370 177,50	4.442.130,00	
DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL	64.222,48	64.222,48	64.222,48	64.222,48	64.222,48	64.222,48	64.222,48	1,00	64.222,48	64.222,48	64.222,48	64.222,48	770.669,78	
Div. Do Fundo Municipal de Assist. Social	64.222.48	64 222,48	64 222,48	64.222,48	64.222,48	64.222,48	64.222,48	64.222,48	64 222,48	64 222,48	64 222,48	64.222,50	770.669,78	
DEPARTAMENTO DE DES. ECONÔMICO	53.532,50	53.532,50	53.532,50	53.532,50	53.532,50	53.532,50	53.532,50	53.532,50	53.532,50	53.532,50	53.532,50	53.532,50	642.390,00	
Divsão de Indústria e Comércio	53 532.50	53 532,50	53.532,50	53.532.50	53.532,50	53.532,50	53.532,50	53.532.50	53.532,50	53 532,50	53.532,50	53.532,50	642.390,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.500,00	10.500,00	10.500,00	10.500,00	10.500,00	10.500,00	10.500,00	10.500,00	10.500,00	10.500,00	10.500,00	10.500,00	126.000,00	
TOTAL	1.259.203,00	1.259.203,00	1.259.203,00	1.259.203,00	1.259.203,00	1.259.203,00	1.259.203,00	1.259.203,00	1,259,203,00	1,259,203,00	1.259.203,00	1,259,203,00	15.110.435,94	





3.1. A presente ata de registro de preços terá validade de 12 (doze) meses, a

### 4. DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

4.1. Os materiais deverão ser entregues conforme a necessidade do Município. que procederá a requisição do objeto nas quantidades que lhe convi realizada dentro do prazo de contratação.

4.2. A requisição, feita pela Secretaria competente far-se-á mediante notificação encaminhada ao endereço eletrônico (declinado pelo licitante na sua proposta de preços, em conformidade com a Cláusula 11.2.3.a. do edital), fax ou qualquer outro meio a critério do Município

prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis, no endereço constante na requisição

4.4. Os produtos serão recusados nos seguintes casos:

presente edital e da proposta feita no procedimento licitatório;

4.5. Os materiais que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

### 150W AFPE SEM BASE COM SELC PROCEL/INMETRO

4.3. Anós efetuada sua requisição, os materiais deverão ser entregues no

a) quando entregues com especificações técnicas diferentes das contidas no

Ewerton Cezar M. Ponchio



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAI PRACA SANTA CRUZ, 249 – CENTRO – FONE (044) 243-1157 CNPJ/MF. 76.282.649/0001-04

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2014

O MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO IVAÍ-PR, inscrito no CNPJ sob n. 76.282.649/0001-04, sediado à Praça Santa Cruz, n 249, Centro, São Jorge do Ivaí-PR, neste ato representado por seu Excelentíssimo Senhor Prefeito, ANDRÉ LUÍS BOVO, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma presencial, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8.666/93, e respectivas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

- 1.1. A presente ata tem por objeto a formação de registro de preços para eventuais aquisições de utensílios domésticos, conforme as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, que é parte integrante da presente ata, assim como as propostas feitas no certame, independentemente de transcrição.
- 2. DOS FORNECEDORES E PRECOS REGISTRADOS
- 2.1. O preço registrado unitário e total, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedores e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem:

direito Praça Estad	ecedor: PAI o privado in a Santa Cru do do Paran		MORENO & IRMÃOS LTI no CNPJ sob nº. 77.350.9 º.150, Bairro Centro, na C P. 87.190-000.			dica d reço n do Iva
1 2	Quantidade 10	Unid. UN	Especificação  BACIA DE PLASTICO REFORÇADA DE 15 LITROS BACIA DE PLASTICO REFORÇADA DE 20 LITROS	Marca Plasutil Plasutil	Preço F Unit. 15,00	150,0 116,0
3	16 20	UN	BACIA DE PLÁSTICO REFORÇADA DE 40 LITROS BACIA DE PLÁSTICO	Plasutil Plasutil	36,40 28,00	582, 560,
5	9	UN	TRANSPARENTE DE 30 LITROS  BALDE PLÁSTICO CAPACIDADE DE 20 LITROS COM ALÇA DE FERRO BALDE PLÁSTICO COM ALÇA DE	Plasutil Plasutil	15,35	138,1
7	13	UN	BALDE PLÁSTICO COM ALÇA DE FERRO 10 LITROS BALDE PLÁSTICO COM ALÇA DE FERRO 30 LITROS	Plasutil	11,80	153,4 38,4
8	5	UN	BALDE PLÁSTICO COM ALÇA DE FERRO 9 LITROS BANDEJA RETANGULAR COM	Plaza	10,40 24,30	52,0 121,5
10	3	UN	ALÇAS EM INOX 40x28CM CAIXA BOX COM TAMPA 510x300x18,5 MM CAIXA TERMICA COM TAMPA, 24	Sanremo	53,00 66,00	159,0
	· ·	0.4	LITROS, SISTEMA PRATICO DE ABERTURA, PEGA ERGONOMICA, ALÇAS LATERAIS EMBUTIDAS E ALÇA TIRACOLO, EFICIENCIA TERMICA SUPERIOR,	isoteriii	86,00	00,0
12	1	UN	POLIURETANO, CONSERVA A TEMPERATURA QUENTE E FRIA. CAIXA TERMICA COM TAMPA, 45 LITROS, SISTEMA PRATICO DE ABERTURA, PEGA ERGONOMICA, ALÇAS LATERAIS EMBUTIOAS E ALÇAS LATERAIS EMBUTIOAS E ATERMICA SUPERIOR ISOLAMENTO TERMICO EM ISOLAMENTO TERMICO EM	Isoterm	92,00	92,0
13	2	UN	POLIURETANO, CONSERVA A TEMPERATURA QUENTE E FRIA. CAIXA TERMICA COM TAMPA, 48 LITROS, SISTEMA PRATICO DE ABERTURA, PEGA ERGONOMICA, ALÇAS LATERAIS EMBUTIDAS E ALÇA TIRACOLO, EFICIENCIA SIPERIOR SIPERIOR SIPERIOR	Isoterm	170,00	340,0
14	2	UN	ISOLAMENTO TERMICO EM POLIURETANO, CONSERVA A TEMPERATURA QUENTE E FRIA. CANECA EM ALUMÍNIO COM CABO	Cambé	19,00	38,0
15	110	UN	DE MADEIRA, Nº18 - 18x18cm - 4,5 LITROS. CANECA PLÁSTICA DE 350ML	Santana	2,99	328,9
16	1 5	UN	CANECÃO DE ALUMÍNIO DE 2 LITROS COLHER DE MADEIRA 33cm	Cambé	27,50	27,5
18	204	UN	COLHER DE MADEIRA 33cm  COLHER DE MESA EM AÇO INOX	Alves	3,05	622,2
19	100	UN	COLHER DE POLIPROPILENO 50CM COLHER PARA SOBREMESA	Tramontina	3,45 1,79	13,8
21	12	UN	CONCHA DE INOX GRANDE 38cm	Tramontina Tramontina	8,55 7,60	102,6
23	3	UN	CONCHA EM INOX, LARGURA 9cm E COMPRIMENTO 28cm	Tramontina	9,00	27,0
24 25	5	UN	COPOS DE VIDRO COM CAPACIDADE DE 300mI ESCORREDOR DE MACARRÃO	Tramontina Tramontina	3,45 8,45	17,2 16,9
26 27	11	UN	30CM DE DIÂMETRO ESCORREDOR DE PRATOS, DIMENSÕES 28x40x9cm ESCUMADEIRA DE AÇO INOX	Tramontina Tramontina	28,70 3,95	315,7 47,4
28	14	UN	PEQUENA ESCUMADEIRA DE INOX MÉDIA ESCUMADEIRA DE INOX MÉDIA	Tramontina Tramontina	9,00	126,0
30	16	UN	33cm ESPÁTULA DE MADEIRA PARA COZINHA. DIMENSÕES	Alves	7,45 8,45	42,2
31	6	UN	3,5x6,5x1,0cm ESPÁTULA DE SILICONE COM CABO ACRÍLICO PARA COZINHA, DIMENSÕES 29,5x6,0x1,0cm	Mundial	9,20	55,2
32	56	UN	FACA GRANDE COM SERRA EM	Mundial Mundial	2,00 6,00	112,0
34 35	1 17	UN	FACA GRANDE COM SERRA EM INOX COM CABO DE MADEIRA FACA GRANDE SEM SERRA EM INOX COM CABO DE MADEIRA FACA LÂMINA CORTE SUPER AFIADO DE COZINHA 33cm	Mundial Mundial	6,00	6,0 255,0
36	4	UN	AFIADO DE COZINHA 33cm - LÂMINA 20cm EM AÇO INOX FACA PARA CORTAR FRUTAS E CARNES COM CABO DE INOX	Mundial	9,00	36,0
37	48	UN	FACAS DE MESA EM INOX FORMA PARA BOLO DE 40CM	Mundial Cambé	10,00	480,0
39	4	UN	FORMA PARA BOLO DE 50CM FRIGIDEIRA ANTIADERENTE COM	Cambé Cambé	21,50	86,0
41	4	UN	40CM DE DIÂMETRO FRIGIDEIRA COM TAMPA EM ALUMÍNIO COM REVESTIMENTO DEM ANTIJADERENTE, CAPACIDADE 4 LITROS, ALÇA E CABO EM AÇO INOX, TAMPA DE VIDRO TEMPERADO COM PEGADOR EM ACO, INOX DIÂMETRO. 26 mm.	Cambé	46,50	186,0
42	148	UN	DIMENSÕES 530x320x120mm.  GARFO DE MESA EM AÇO INOX, COMPRIMENTO 19cm LARGURA	Tramontina	1,70	251,6
43	80	UN	2,2cm, ESPESSURA DO CABO 3mm, PESO 25 GRAMAS GARFOS EM AÇO INOX	Tramontina	2,45	196,0
44 45	8	UN	GARRAFA TÉRMICA DE 2 LITROS PARA CAFÉ, DE MESA GARRAFA TÉRMICA DE MESA 1	Termolar Termolar	85,00 43,00	680,0 86,0
46 47	5	UN	GARRAFÃO TÉRMICO DE 5 LITROS  JARRA DE 3.500 ML	Termolar Santana	28,00	140,0
48	10	UN	JARRAS COM TAMPA, 4 LITROS.	Santana	17,20	172,0
49	15	UN	JOGO COM 3 FORMAS DE ALUMÍNIO REDONDA: FORMA Nº 1 ( 25cm DE DIÂMETRO × 8cm DE ALTURA), FORMA Nº 2 (30cm DE DIÂMETRO × 8cm DE ALTURA) E FORMA Nº 3 (35cm DE DIÂMETRO × 8cm DE ALTURA)	Cambé	57,50	862,
50	15	UN	JOGO DE FORMAS DE ALUMÍNIO RETANGULAR № 1, № 2 E № 3 LIXEIRA COM 7 LITROS	Santana	46,95 10,65	106,
52 53	4	UN	LIXEIRA COM PEDAL 5 LITROS  LIXEIRA COM PEDAL 60 LITROS	Santana Santana	21,50 44,50	86,0
54 55	20	UN	LIXEIRA COM PEDAL AÇO INOX 20 LITROS LIXEIRA COM PEDAL AÇO INOX 50	Santana Santana	57,70 84,00	1.154,0
56	3	UN	LITROS  LIXEIRA PARA ESCRITORIO SEM  TAMPA, 9,3 LITROS x 23cm	Santana	15,00	45,0
58	12	UN	LIXEIRA PARA PIA DE COZINHACOM TAMPA 2,4 LITROS LIXEIRA PLÁSTICA DE 50 LITROS, COM PEDAL	Santana	12,55	132,0
59 60	24	UN	LIXEIRA PLÁSTICA DE 80 LITROS, COM PEDAL LIXEIRA SEM TAMPA 6 LITROS	Santana Santana	64,00 13,55	128, 325,
61	6	UN	PANELA DE ALUMÍNIO FUNDIDO Nº 30, 5 LTS, DIÂMETRO 30x30, ALTURA 11cm	Cambé	47,00	282,
62 63 64	6	UN	PANELA DE ALUMINIO FUNDIDO Nº 40, 9 LTS, IOÀMETRO 40 PANDIDO Nº FANELA DE ALUMINIO FUNDIDO Nº FANELA DE PRESSAO 15 LITROS, ALÇAS EM BAQUELITE RESISTEMAS DE SEGURANÇA. VALVULA, RECULADORA DE SEGURANÇA REPETITIVA EM SILICONE, PINO ALIVIO, SISTEMA	Cambé  Cambé  Clock	56,00 89,00 143,00	448, 534, 143,
65	4	UN	DE SEGURANÇA LATERAL DA TAMPA.  PANELA DE PRESSÃO 4,5LITROS	Clock	64,00	256,0
66 67	2	UN	PANELA DE PRESSÃO 7 LITROS  PANELA DE PRESSÃO DE 12 LITROS	Clock	84,00 94,00	168,
68 69	9	UN	PANELA DE PRESSÃO DE 7 LITROS PANELA EM ALUMINIO	Clock	83,00 164,00	747, 328,
70 71	6 4	UN	CAPACIDADE 30 A 35LITROS PANO DE COPA 50x70cm, ESTAMPADO PENEIRA DE 40CM DE DIÁMETRO  PENEIRA PLÁSTICA GRANDE 19cm	Panosul Dimix	4,35 8,00	26, 32,
73	12	UN	PENEIRA PLÁSTICA GRANDE 19cm PENEIRA PLASTICA MÉDIA 16cm	Dimix	5,00	12, 60,
74 75	2	UN	PENEIRA PLÁSTICA PEQUENA 12cm PIPOQUEIRA MANUAL DE	Dimix Cambé	3,75 37,50	7,
76	2	UN	ALUMÍNIO CAPACIDADE PARA 4 LUTROS PORTA COPOS DESCARTAVEIS - DISPENSER - SUPORTE - 180,200ml, DISPENSER EM ACRÍLICO PARA COPO DE ÁGUA (180/200ml), ACOMPANHA KIT CONTENDO PARAFUSOS E BUCHAS, MEDIDAS: 49cmX13cmX12cm, DIAMETRO 7cm	Tramontina	50,00	100,
77	27	UN	POTE COM TAMPA DE POLIPROPILENO CAPACIDADE 890ml NA COR TRANSLÚCIDO	Sanremo	10,50	283,
78 79	2	UN	POTE PLÁSTICO TRANSPARENTE COM TAMPA DE 12 LITROS POTE PLÁSTICO TRANSPARENTE COM TAMPA DE 14 LITROS	Sanremo	9,00	22,
80	27 25	UN	POTE PLASTICO TRANSPARENTE COM TAMPA DE 2 LITROS POTE PLÁSTICO TRANSPARENTE	Sanremo	3,00 12,00	81,
82	150	UN	COM TAMPA DE 6 LITROS  PRATO FUNDO, LISOS E TRANSPARENTES	Duralex	4,59	688,
83	24	UN	PRATOS RASOS VIDRO  RALO DE COZINHA INOX PEQUENO	Duralex	4,55 4,55	109,
85	4	UN	RECIPIENTE DE PLÁSTICO QUADRADO COM TAMPA DE 4.500ML	Sanremo	15,00	60,
86	4	UN	RECIPIENTE PLASTICO QUADRADO COM TAMPA DE 3.700ML	Sanremo	13,50	54,
87	3	UN	SUPORTE COM AS 4 LIXEIRAS DE 50 LITROS PARA COLETA SELETIVA	Santana	280,00	840,
88 89	5	UN	TÁBUA DE CARNE DE 70cm, DE POLIPROPILENO TABUA DE CARNE DE POLIPROPILENO DE 70CM	Coamil	39,00 39,50	195,
90	2	UN	POLIPROPILENO DE 70CM  TOALHA DE CHÁ 100x70cm, ESTAMPADA  TRAVESSA DE VIDRO COM TAMPA	Plasutil	5,00	10,
91	1	UN	TRAVESSA DE VIDRO COM TAMPA DE 2 LITROS TRAVESSA DE VIDRO COM TAMPA DE 3 LITROS	Marinex	24,00	24,
92	,			t	40,00	1.000,
92	25	UN	VASILIA REFRATÁRIA DE VIDRO RETANGULAR COM TAMPA 360ml, EM POLIPROPILENO E VIDRO, ALTURA 5,8cm, LARGURA 11,1cm E COMPRIMENTO 15,4cm, COR TRANSLÚCIDO	Marinex	40,00	

3. DA VALIDADE DA ATA

5. FORMA DE PAGAMENTO

- 3.1. A presente ata de registro de preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.
- 4. DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS
- 4.1. Os materiais deverão ser entregues conforme a necessidade do Município, que procederá a requisição do objeto nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratacão.
- 4.3. Após efetuada sua requisição, os materiais deverão ser entregues no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis, no endereço constante na requisição.
- 4.4. Os produtos serão recusados nos seguintes casos:
- a) quando entregues com especificações técnicas diferentes das contidas no presente edital e da proposta feita no procedimento licitatório; b) quando apresentarem qualquer defeito durante a vigência da ata de registro de preços.
- 4.5. Os materiais que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 01 (um) día útil, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.
- 4.6. Se a entrega e/ou a substituição dos materiais não for realizada no prazo estipulado, a empresa estará sujeita às sanções previstas na Cláusula 8.1.b da presente ata de registro de preços.

- - 5.1. Os pagamentos serão efetuados na forma de crédito em conta corrente da licitante vencedora no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da certificação da nota fiscal eletrônica pelo gestor da ata de registro de preços, após o recebimento definitivo dos produtos.
  - 5.2. Para a liberação do pagamento, a futura contratada encaminhará nota fiscal eletrônica, acompanhada das seguintes certidões:
    - a) prova de regularidade para com a Fazenda Nacional (dívida ativa e contribuições federais); b) prova de regularidade relativa à Previdência Social (CND-INSS) e ao FGTS (CRE);

    - FOIS (CRE); prova de regularidade perante o fisco estadual da sede da licitante; prova de regularidade perante o fisco municipal da sede da licitante; certidão negativa de débitos trabalhistas.
  - 5.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de iquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
- 5.4. O MUNICÍPIO fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.
- 5.5. A dotação orçamentária será vinculada no momento da requisição de compra.
- 6. REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
- 6.1. Os preços registrados na presente ata poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.
- 6.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado para que promova a redução dos preços.
- 6.2.1. Em não sendo reduzido o preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, podendo o MUNICIPIO convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.
- 6.5. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior aos registrad fornecedor poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerir fundamentado, com apresentação de comprovantes e de planilha detalhada do custo, que demonstrem que o mesmo não pode cumprir as obrigações assumidas, em função da elevação dos custos dos bens, decorrentes de fatos supervenientes.
- 6.5.1. Procedente o pedido, o Município providenciará a alteração do preço
- 6.5.2. Não sendo acatado o pedido de revisão, o Município poderá:
- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;
- b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS
- 7.1. O presente registro de preços poderá ser cancelado nas seguintes
- a) descumprimento pelo fornecedor das condições da presente ata de registro a) descurimento pelo fornecedor das exitações as produces de preços;
  b) recusa pelo fornecedor a atender convocação para assinar a ata de registro de preços no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável; c) não aceitar o fornecedor ou reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; d) se o beneficiário do preço registrado for supervenientemente impedido de licitar ou contratar com a Administração Pública ou for declarado inidôneo; e e) por razões de interesse público, devidamente justificadas.
- 7.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na o corrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.
- 8.1. Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

### a) advertência:

- 1) de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou substituição do bem recusado, até o limite de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;
- de até 20% (vinte por cento) sobre o valor global estimado para a contratação, no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item anterior;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo de até 02 (dois) anos; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição por prazo não superior a 05 (cinco) anos, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao Município os valores dos prejuízos southestes a describado accessor de productivos de constitues de c resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- 8.2. As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.
- 8.3. Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados administrativa ou judicialmente
- 9. DA GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- 9.1. A Diretoria de Administração de Material e Patrimônio, na qualidade de gerenciador da Ata de Registro de Preços, monitorará, pelo menos trimestralmente, os preços dos materiais e avaliará o mercado constantemente, podendo rever os preços registrados a qualquer tempo, na forma prevista na Cláusula Sexta.
- 10. DISPOSIÇÕES GERAIS
- 10.1. O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da ATA, em conformidade com o edital do Pregão Presencial para Registro de
- 10.2. O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município.
- 10.3. Para dirimir questões oriundas do presente contratos fica eleito o Foro da Comarca de Mandaguaçú, Estado do Paraná.

E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que se produzam os necessários efeitos lega São Jorge do Ivaí, 27 de Março de 2014. MUNICIPIO DE SÃO JORGE DO IVAI André Luis Bovo Prefeito Municipal

PAULO MORENO & IRMAOS/LTDA - ME, pessoa juridica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 77,950.973/0001-85, com endereço na Praça Santa Cruz, nº 150, Bairro Cepuo, na Cidade de São Jorge do Ivaí, Estado do Paraná, CEP 87,190.000, neste ato representado pelo sócio administrador o Sr. Clóvis Moreno, portadora da carteira de identidade RG nº 3.795.256-7 SSP/PR e inscrita no CPF sob nº 556.691.589-20.

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2014

- O MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO IVAÍ-PR, inscrito no CNPJ sob n. 76.282.649/0001-04, sediado à Praça Santa Cruz, n 249, Bairro Centro, São 76.28.049/0001-04, seciado a Praça Santa Cruz, n 249, Bariro Centro, Sao Jorge do Ivaí-PR, neste ato representado por seu Excelentíssimo Senhor Prefeito, ANDRÉ LUÍS BOVO, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma presencial, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8.666/93, e respectivas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:
- .1. A presente ata tem por objeto a formação de registro de preços para quisição de cartuchos e toners, conforme as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, que é parte integrante da presente ata, sem como as propostas feitas no certame, independentemente de
- 2. DOS FORNECEDORES E PREÇOS REGISTRADOS
- 2.1. O preço registrado unitário e total, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedores e as demais condições ofertadas nas propostas são
- 2.1.1. Consoante o procedimento licitatório que deu origem a presente ata, ficou classificado em primeiro lugar:
- Fornecedor: TECTONER RECARGA DE TONER LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº. 01.027.088/001-06, com endereço na Rua Neo Alves Martins, nº 274, sala 01, Bairro Zona 03, na Cidade de Maringá, Estado do Paraná, CEP. 87.050-110.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
4	6	UN	CARTUCHO DE TINTA IMPRESSORA 88C9386AL – COR PRETA- SUPLEMENTO ORIGINAL MODELO DE IMPRESSORA HP	TEC TONER	29,00	174,00
5	6	UN	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA 88 C9386AL-COR AMARELA – SUPLEMENTO ORIGINAL IMPRESSORA HP	TEC TONER	29,00	174,00
6	6	UN	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA 88 C9386-COR AZUL – SUPLEMENTO ORIGINAL IMPRESSORA HP	TEC TONER	29,00	174,00
7	6	UN	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA 88 C9386AL- VERMELHO	TECTONER	29,00	174,00
18	3	UN	CARTUCHO DE TONER SANSUNG ML-D2580-ML-2850-D	TECTONER	149,00	447,00

Fornecedor: **W P DO BRASIL LTDA - EPP,** pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº. 04.483.808/0001-28, com endereço na Avenida Amazonas, nº.2.270, Bairro Centro, na Cidade de Mandaguari, Estado do Paraná, CEP. 86.975-000. UN CARTUCHO DE TONER PARA WP do Brasil

			IMPRESSORA Nº 2612 MODELO DE IMPRESSORA HP			
2	75	UN	CARTUCHO DE TONER PARA IMPRESSORA Nº 436 - MODELO DE IMPRESSORA HP	WP do Brasil	51,00	3.825,00
3	40	UN	CARTUCHO DE TONER PARA IMPRESSORA HP 278	WP DO BRASIL	49,90	1.996,00
8	18	UN	CARTUCHO DE TONER PARA IMPRESSORA Nº 435 - MODELO DE IMPRESSORA HP	WP DO BRASIL	50,90	916,20
9	105	UN	CARTUCHO DE TONER PARA IMPRESSORA 285 A MODELO DE IMPRESSORA HP	WP DO BRASIL	49,40	5.187,00
10	20	UN	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA Nº 21-A	WP DO BRASIL	31,40	628,00
11	20	UN	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA Nº 22-A	WP DO BRASIL	44,40	888,00
12	25	UN	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA CB540A/CE320A/CF210 HP PRETO COMPATÍVEL HT	PREMIUM	120,50	3.012,50
13	25	UN	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA CB542A/CE322A/CF212 HP AMARELO COMPATÍVEL COM HT	PREMIUM	120,50	3.012,50
14	25	UN	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA CB541A/CE321A/CF211 HP AZUL COMPATIVEL COM HT	PREMIUM	120,50	3.012,50
15	25	UN	CARTUCHO DE TONER P/ IMPRESSORA CB543A/CE323A/CF213 HP MAGENTA COMPATIVEL COM HT	PREMIUM	120,50	3.012,50
16	15	UN	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA Nº 662 PRETO	WP DO BRASIL	41,00	615,00
17	15	UN	CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA Nº 662 COLORIDO	WP DO BRASIL	53,00	795,00
19	8	UN	CARTUCHO DE TINTA 950	WP DO BRASIL	39,00	312,00
20	8	UN	CARTUCHO DE TINTA 951	WP DO BRASIL	34.00	272.00

### www.oregionaljornal.com.br

- 3.1. A presente ata de registro de preços terá validade de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação no Diário Oficial do Município
- 4. DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS
- 4.1. Os materiais deverão ser entregues conforme a necessidade do Município, que procederá a requisição do objeto nas quantidades que lhe convier,
- realizada dentro do prazo de contratação. 4.2. A requisição, feita pela Diretoria de Administração de Material e Patrimônio far-se-á mediante notificação encaminhada ao endereço eletrônico (declinado pelo licitante na sua proposta de preços, em conformidade com a Cláusula
- 4.3. Após efetuada sua requisição, os materiais deverão ser entregues no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, na Diretoria de Administração de Material prazo maximo de ale os concos das, ha bineona de Administração de Material e Patrimônio do MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO IVAÍ, situado à Praça Santa Cruz, nº 249, Centro, São Jorge do Ivaí-PR

11.2.3.a. do edital), fax ou qualquer outro meio a critério do Município

- 4.4. Os produtos serão recusados nos seguintes casos
- a) quando entregues com especificações técnicas diferentes das contidas no presente edital e da proposta feita no procedimento licitatório;
- b) quando apresentarem qualquer defeito durante a vigência da ata de registro
- 4.5. Os materiais que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.
- 4.6. Se a entrega e/ou a substituição dos materiais não for realizada no prazo estipulado, a empresa estará sujeita às sanções previstas na Cláusula 8.1.b da
- presente ata de registro de preços. 4.7. O recebimento dos materiais, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da empresa pela qualidade e características dos materiais entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da

utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência da ata.

- 5. FORMA DE PAGAMENTO
- 5.1. Os pagamentos serão efetuados na forma de crédito em conta corrente da licitante vencedora no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da certificação da nota fiscal eletrônica pelo gestor da ata de registro de preços.
- 5.2. Para a liberação do pagamento, a futura contratada encaminhará nota fiscal eletrônica, acompanhada das seguintes certidões:
  - a) prova de regularidade para com a Fazenda Nacional (dívida ativa e contribuições federais);
    b) prova de regularidade relativa à Previdência Social (CND-INSS) e ao
  - FGTS (CRE);
  - c) prova de regularidade perante o fisco estadual da sede da licitante; d) prova de regularidade perante o fisco municipal da sede da licitante; e) certidão negativa de débitos trabalhistas.
- 5.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de
- liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos
- 5.4. O MUNICÍPIO fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.
- 5.5. A dotação orçamentária será vinculada no momento da requisição de
- 6. REVISÃO DOS PRECOS REGISTRADOS
- 6.1. Os preços registrados na presente ata poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.
- 6.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado para que promova a redução dos preços.
- 6.2.1. Em não sendo reduzido o preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, podendo o MUNICÍPIO convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte 6.5. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior aos registrados, o
- custo, que demonstrem que o mesmo não pode cumprir as obrigações assumidas, em função da elevação dos custos dos bens, decorrentes de fatos 6.5.1. Procedente o pedido, o Município providenciará a alteração do preço

fornecedor poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado, com apresentação de comprovantes e de planilha detalhada do

- 6.5.2. Não sendo acatado o pedido de revisão, o Município poderá: a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;
- convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS
- 7.1. O presente registro de preços poderá ser cancelado nas seguintes
- a) descumprimento pelo fornecedor das condições da presente ata de registro b) recusa pelo fornecedor a atender convocação para assinar a ata de registro
- b) recusa pelo fornecedor a atender convocação para assinar a ata de registro de preços no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
   c) não aceitar o fornecedor ou reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
   d) se o beneficiário do preço registrado for supervenientemente impedido de licitar ou contratar com a Administração Pública ou for declarado inidôneo; e
   e) por razões de interesse público, devidamente justificadas.
- 7.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente
- 8. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 8.1. Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:
- b) multa: 1) de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não cumprin. prazo de entrega ou substituição do bem recusado, até o limite de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação:
- 2) de até 20% (vinte por cento) sobre o valor global estimado para a contratação, no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item anterior; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo de até 02 (dois) anos; e d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração
- não superior a 05 (cinco) anos, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao Município os valores dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso

Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punicão por prazo

- 8.2. As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.
- 8.3. Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados administrativa ou judicialmente
- 9. DA GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PRECOS
- 9.1. A Diretoria de Administração de Material e Patrimônio, na qualidade de gerenciador da Ata de Registro de Preços, monitorará, pelo menos trimestralmente, os preços dos materiais e avaliará o mercado constantemente, podendo rever os preços registrados a qualquer tempo, na forma prevista na Cláusula Sexta.
- 10. DISPOSIÇÕES GERAIS

André Luis Bovo Prefeito Municipal

- 10.1. O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da ATA, em conformidade com o edital do Pregão Presencial para Registro de
- 10.2. O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município.
- 10.3. Para dirimir questões oriundas do presente contratos fica eleito o Foro da Comarca de Mandaguaçu, Estado do Paraná.
- E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que se produzam os necessários efeitos legais.

São Jorge do Ivaí, 28 de Março de 2014.

MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO IVAÍ

TECTONER - RECARGA DE TONER LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº. 01.027.088/0001-06, com endereço na Rua Neo Alves Martins, nº 274, sala 01, Bairro Zona 03, na Cidade de Maringá, Estado do Paraná, CEP 87.050-110, neste ato representado pelo sócio administrador o Sr. Romário Rubens Sylvestre, portadora da carteira de identidade RG nº. 3.927.461-2 SSP/PR e inscrita no CPF sob nº. 586.514.389-

W P DO BRASIL LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº. 04.483.808/0001-28, com endereço na Avenida Amazonas, nº 2.270, Bairro Centro, na Cidade de Mandaguari, Estado do Paraná, CEP 86.975-000, neste ato representado pela sócia administradora a Sra. Carla Cristina Pedrone Fachini, portadora da carteira de identidade RG nº. 2.152.878 SSP/PR e inscrita no CPF sob nº. 024.538.179-14.

3. DA VALIDADE DA ATA



### Prefeitura Municipal de Itaguajé

<u>ESTADO DO РАГАВИ</u> Avenida Munhoz da Rocha, 605 - Fone (0\*\*44) 332-1222 / Telefax 332-1283 Caixa Postal 11 - Cep 86.670-000 - ITAGUAJÉ - PR.

LELNº 901/2014

SÚMULA: Cria o Sistema Municipal de Assistência Social, o Conselho Municipal de Assistência Social, a Conferência Municipal de Assistência Social. e

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL JAIRO AUGUSTO PARRON, SANCIONO A SEGUINTE LEI

CAPITULO I DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art.1º- A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não ributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas da população.

- Art.2º- A Assistencial Social tem por objetivos:
   I- a proteção social que visa a garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos
- a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice:
- b) o amparo às crianças e aos adolescentes carente
- o) a promoção da integração ao mercado de trabalho; d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida
- e) a garantia de I(hum) salário- mínimo de beneficio mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provido por sua família;
- II- a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos; III- a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões
- Paragrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às

políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingencias sociais e omovendo a universalização dos direitos sociais Art.3º- Para efeito desta lei, consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas sem

Art.3°- Para efeito desta lei, consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos. §1º São de atendimento aquelas entidades que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem beneficios de proteção social básica ou especial, dirigidos às familias e individuos em situação de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, nos termos desta lei, e respeitadas as deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social.

§2º São de assessoramento aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei, respeitadas as deliberações do Conselho Nacional de Assistência

§3º São de defesa e garantia de direitos àqueles que, de forma continuada, permanente e planeiada, prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público de assistência social, nos termos desta lei, e respeitadas as deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social

> CAPITULO II Dos Princípios e das Diretrizes SEÇÃO I

Art. 4º- A assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas

demais políticas públicas: III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a beneficios e serviços de qualidade bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de

IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

V - divulgação ampla dos beneficios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

SECÃO II

Art. 5º- A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo; II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no

III - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de

### CAPITULO III Da Organização e da Gestão

Art.6°- A gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema tralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com os seguintes

- 1- consolidar a gestão municipal compartilhada , o financiamento e a cooperação técnica que, de modo articulado operam a proteção social não contributiva;
  III integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e beneficios de assistência social;
  III estabelecer as responsabilidades na organização, regulação, manutenção e expansão das ações no âmbito
- IV Desenvolver a gestão considerando a realidade local e diversidades regionais
- V- implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social; VI- estabelecer a gestão integrada de serviços e beneficios;
- VI- estabelecer a gestão integrada de serviços e beneficios;
  VII afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos.
  §1º As ações ofertadas no âmbito do SUAS tem por objetivo a proteção à familia, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice e, com base de organização do território.
  §2º O SUAS é integrado pelo municipio, conselho municipal de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social abrangidas por esta Lei;
  §3º A instancia coordenadora da Política Municipal de Assistência Social é o Departamento Municipal de Assistência Social.

Assistencia Social

Art. 6°-A) A Assistência Social organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:

I – proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e beneficios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vinculos familiares e comunitários;

II- proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vinculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de familias e indivíduos para o enfrentamento das potencialidades e aquisições e a proteção de familias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos. Paragrafo 1º: A vigilância socioassistencial é um dos instrumentos das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território.

Art.6º-B) As proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassiste integrada pelo poder público municipal, estadual e pelas entidades e organizações de assistência social

integrada pelo poder público municipal, estadual e pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS, respeitadas as especificidades de cada ação. 
§1ºA vinculação ao SUAS é o reconhecimento pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome de que a entidade de assistência social integra a rede socioassistencial. 
§2ºPara o reconhecimento referido no §1º, a entidade deverá cumprir os seguintes requisitos:

1- constituir – se em conformidade com o disposto no art³º desta Lei,

II Inscrever se no Conselho Municipal de Assistência Social;

II Integrar o sistema nacional de cadastro de Entidades. 
§3º As Entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS poderão celebrar convênios, contratos, acordos ou ajustes com o poder público para a execução, garantindo financiamento dos entes federados, de serviços, programas, projetos e ações de assistência social, nos limites da capacidade instalada, aos beneficiários abrangidos por esta lei, observando as disponibilidades organentarias. 
§4º cabe ao gestor municipal da Política de Assistência Social manter atualizada as informações ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Art.6°-C) As proteções sociais básica e especial, serão ofertadas precisamente no Centro de Referenci Artio C.) As proteções sociais basica e especiar, seráo otertadas precisamente no Centro de Referencia de Assistência Social (CRAS) e no Centro de Referencia Especializado de Assistência Social (CREAS) respectiva entidade responsável por tais atendimentos, e pelas entidades sem fins lucrativos de assistência socia

§1ºO CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às

§2ºO CREAS como unidade pública de abrangência e gestão municipal é destinado à prestação de serviços a íduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou ngencia, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial. § 3º Os CRAS e os CREAS são unidades públicas estatais instituídas no âmbito do SUAS, que possuem

interface com as demais politicas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, prograe beneficios da assistência social.

Art.6°-D) As instalações dos CRAS e os CREAS devem ser compatíveis com os serviços nele ofertados, com espaços para trabalhos em grupo e ambientes específicos para recepção e atendimento reservado das famílias e individuos, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência. Art.6°-E) Os recursos do financiamento do SUAS, destinados à execução das ações continuadas de

assistência social poderão ser aplicados no pagamento dos profissionais que integrarem as equipes de referencia, responsáveis pela organização e oferta de ações, conforme percentual apresentado pelo Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome, com base na resolução n°32 de 28 de novembro 2011 do Conselho

Paragrafo único: A formação das equipes de referência deverá considerar o número de familias e indivíduos referenciados, os tipos e modalidades de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários, conforme deliberação do Conselho Nacional de Assistência Social.

Art.7º- As ações de assistência social, no âmbito das entidades e organizações de assistência social, observarão as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS

Art.8°- Cabe ao município observados os princípios e diretrizes estabelecidos nesta Lei, fixar sua olítica de Assistência Social

Art.9°- O funcionamento das entidades e organizações de assistência social depende de previa inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social. §1º A regulamentação desta lei definirá os critérios de inscrição e funcionamento das entidades com atuação em mais de um município do mesmo Estado.

ao Conselho Municipal de Assistência Social a fiscalização das Entidades no seu âmbito de ação. §°3° As Entidades e organizações de assistência social podem, para defesa de seus direitos referentes à inscrição e ao funcionamento, recorrer aos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal.

Art.10°- O município pode celebrar convênios com entidades e organizações de assistência social, em

conformidade com os Planos aprovados pelos respectivos Conselhos. Art.11º- As ações das três esferas de governo na área de assistência social realizam se de forma

articulada, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos programas, em suas respectivas esferas, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios Art. 12°- Compete à União:
 I - Responder pela concessão e manutenção dos beneficios de prestação continuada definidos no art. 203 da

Constituição Federal;
II- Co-financiar, por meio de transferem cia automática, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social no âmbito do município;
III- Atender em conjunto com o Estado e o município as ações assistenciais de caráter de emergência;
IV- Realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social e assessorar os Estados e municípios para seu desenvolvimento.

Art.12º-A) A União apoiará financeiramente o aprimoramento da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e beneficios de assistência social, por meio do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) do

istema Único de Assistência Social destinados a: I- Medir os resultados da gestão descentralizada do SUAS, com base na atuação do gestor m entação, execução e monitoramento dos serviços, programas, projetos e beneficios de assistência em como na articulação Intersetorial.

III- Incentivar a obtenção de resultados qualitativos na gestão municipal;
III- Calcular o montante de recursos a serem repassados aos entes federados a titulo de apoio financeiro à gestão do SUAS.

gestão do SUAS. §1ºOs resultados alcançados pelo município na gestão do SUAS, aferidos na forma de regulamento, serão §1ºOs resultados alcançados pelo município na gestão do SUAS, aferidos na forma de regulamento, serão considerados como prestação de contas dos recursos a serem transferidos a titulo de apoio financeiro. §2º As transferências para o apoio à gestão descentralizada do SUAS adotarão a sistemática do Índice de Gestão Descentralizada do programa Bolsa Familia, previsto no art.8º da Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, e serão efetivadas por meio de procedimento integrado àquele índice. §3º Para fins de fortalecimento do Conselho Municipal de Assistência Social, percentual dos recursos

transferidos deverá ser gasto com atividades de apoio técnico e operacional àqueles colegiados, na forma fixada pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Forme, sendo vedada a utilização dos recursos para pagamento de pessoal efetivo e de gratificações de qualquer natureza a servidor público

I- Destinar recursos financeiros aos municípios, a titulo de participação no custeio do pagamento dos beneficios eventuais de que trata o artigo 22, mediante critérios estabelecidos pelo Conselho Estadual de Assistência Social;

Assistencia Social.

II- Co-financiar, por meio de transferência automática, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito regional ou local;

III- Atender em conjunto com os municípios, às ações assistenciais de caráter de emergência;

IV- Estimular e apoiar técnica e financeiramente as associações e consórcios municipais na prestação de

os serviços assistenciais cujos custos ou ausência de demanda municipal justifiquem uma rede regional de serviços, desconcentrada, no âmbito do Estado; VI- Realizar o monitoramento e avaliação da política de assistência social e assessorar os municípios para o

195 da Constituição Federal, além daqueles que comporta o Fundo Nacional de Assistência Social. §1º Cabe ao órgão da Administração Pública responsável pela coordenação municipal gerir o Fundo de Assistência Social, sob a orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social.

essistencia sociai, soo a orientação e comitore dos respectivos Conseinos de Assistencia Sociai.

2º Cabe ao Poder Executivo local regular o funcionamento do Fundo Municipal de Assistência Social.

3º O financiamento da assistência social no SUAS deve ser efetuado mediante co-financiamento dos (3) entes federados, devendo os recursos alocados nos fundos de assistência social, ser voltados à operacionalização, prestação, aprimoramento e viabilização dos serviços, programas, projetos e benefícios

JORNAL

Art.14° - Compete ao Município: I- Destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos beneficios eventuais de que trata o artigo 22, mediante critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social;

III- Executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade

VI- Co-financiar o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em

CAPITULO IV

Dos Beneficios, dos Serviços, dos Programas e dos Projetos de Assistência Social

Art. 15°- O beneficio de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa con deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a

§ 1º Para os efeitos do disposto no caput, a família é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os país e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto.

§ 2º Para efeito de concessão deste beneficio, considera-se:

I - pessoa com deficiência: aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na

sociedade com a cimals pessous; II - impedimentos de longo prazo: aqueles que incapacitam a pessoa com deficiência para a vida independente e para o trabalho pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos. § 3º Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ouidosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

sus per capita seja interior a 1/4 (uni quatto) do satario minimo. § 4º O beneficio de que trata este artigo não pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo os da assistência médica e da pensão especial de

§ 5º A condição de acolhimento em instituições de longa permanência não prejudica o direito do idoso ou da

§ 6º A concessão do benefício ficará sujeita à avaliação da deficiência e do grau de incapacidade, composta

y o A concesso do Octoriorio incara siguina a avanação da deferencia e do gran de incapacidade, composar por avaliação médica e avaliação social realizadas por médicos peritos e por assistentes sociais do Instituto Nacional do Seguro Social(INSS).

§7º Na hipótese de não existirem serviços no município de residência do beneficiário, fica assegurado, na

forma prevista em regulamento, o seu encaminhamento ao município mais próximo que contar com tal

88º A renda familiar mensal a que se refere o §3º deverá ser declarada pelo requerente ou seu representante legal, sujeitando-se aos demais procedimentos previstos no regulamento para o deferimento do pedido.

Art. 16°- O beneficio de prestação continuada deve ser revisto a cada 2 (dois) anos para avaliação da ntinuidade das condições que lhe deram origem. (Lei nº 9.720, de 30.11.1998) § 1º O pagamento do beneficio cessa no momento em que forem superadas as condições referidas no caput,

\$ 2º O beneficio será cancelado quando se constatar irregularidade na sua concessão ou utilização.
\$ 3º O desenvolvimento das capacidades cognitivas, motoras ou educacionais e a realização de atividades não remuneradas de habilitação e reabilitação, entre outras, não constituem motivo de suspensão ou cessação

§ 4º A cessação do beneficio de prestação continuada concedido à pessoa com deficiência, inclusive em

razão de seu ingresso no mercado de trabalho, não impede nova concessão do beneficio, desde que atendidos os requisitos definidos em regulamento.

Seção II

Dos Benefícios Eventuais

Art.17º- Entendem se por beneficios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas aos cidadãos e às familias em virtude do nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

§1º A concessão dos beneficios de que trata será definida através de resolução do Conselho Municipal de

regulamentado em Lei Municipal, e com previsão na Lei Orçamentária Anual

Assistência Social definindo os benefícios a serem concedidos, o valor da percapta e o critério de renda,

§2º. Os beneficios eventuais não poderão ser cumulados com aqueles instituídos pelas Leis nº 10.954, de 29 de setembro de 2004, e nº 10.458, de 14 de maio de 2002.

Art.18°- Entende- se por servicos socioassistenciais as atividades continuadas que visem a melhoria de

enciais devem ser instituídos Os programas através de regulame

Seção III Dos Serviços

vida e cujas ações, voltados para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos nesta Lei.

Seção IV

Dos Programas de Assistência Social

Art.19°- Os programas de assistência social compreendem ações integradas e compartimentares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os beneficios e os

§1º Os programas de que trata este artigo serão definidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, \$2° Os programas voltados para o idoso e a integração da pessoa com deficiência serão devidamente articulados com o beneficio de prestação continuada estabelecido no artigo 20 da Lei Orgânica de

Art-20°- Fica instituído o Servico de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que integra a

Art.20°-A) Fica instituído o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e

Art.20°-B) Fica instituído o Programa de Erradicação do Trabalho (PETI), de caráter Intersetorial,

, dadanio social com failintas e ofetia de serviços socioeducativos para citanças e adofescentes que se tram em situação de trabalho. ° O Peti no âmbito do município será desenvolvido de forma articulada, com a participação da sociedade

civil, e tem como objetivo para a retirada de crianças e adolescente com idade inferior a 16(dezesseis) anos

em situação de trabalho, ressalvada a condição de aprendiz, a partir (quatorze) anos. §2ºAs crianças e adolescentes em situação de trabalho deverão ser identificados e ter seus dados inseridos no Cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com a devida identificação das situações de trabalho infantil.

SEÇÃO V

Dos Projetos de Enfrentamento da Pobreza

Art.21º- Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico- social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação

Art.22º- O incentivo a projetos de enfrentamento da pobreza assentar se há em mecanismos de articulação e de participação de diferentes áreas governamentais e em sistema de cooperação entre organismos governamentais, não governamentais e da sociedade civil.

CAPITULO V

Do Financiamento da Assistência Social

Art. 23°- O financiamento dos benefícios, serviços, programas e projetos estabelecidos nesta Lei far- se

do padrão de qualidade de vida, a preservação do meio -ambiente e sua organização social

proteção social básica e consiste na oferta de ações e serviços socioassistenciais de prestação continuada, nos CRAS, por meio do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenir o rompimento dos vínculos famíliares e a violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária.

Indivíduos (PAEFI), que integra a proteção social especial e consiste no apoio, orientação e acompanhamento à famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, articulando os serviços socioassistenciais com as diversas políticas públicas e com órgãos do sistema de garantia de direitos.

integrante da Política Nacional de Assistência Social, que, no âmbito do SUAS, compreende transferência de renda, trabalho social com famílias e oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes que se

§2º Na organização dos serviços da assistência social serão criados programas de amparo entre outros I- às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, em cumprimento ao disposto no art.227 da Constituição Federal e na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990(estatuto da Criança e do Adolescente);

VII- Realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social no seu âmbito.

II- Efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral;

IV- Atender às ações assistenciais de caráter emergencial;

própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

pessoa com deficiência ao beneficio de prestação contin

u em caso de morte do beneficiário.

do beneficio da pessoa com deficiência.

II - às pessoas que vivem em situação de rua.

servicos assistenciais.

sociedade com as demais pessoas:

Art.24°- É condição para os repasses, ao município dos recursos de que trata esta lei, a efetiva

I Conselho Municipal de Assistência Social de composição paritária entre governo e sociedade civil; II Fundo Municipal de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência

III Plano Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único: É, ainda, condição para transferência de recursos do Fundo acional de Assistência Social ao município a comprovação orçamentária dos recursos próprios destinados à Assistência Social, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 24°- A) O co-financiamento dos serviços, programas, projetos e beneficios eventuais, no que, e o aprimoramento da gestão da política de assistência social no SUAS se efetuam por meio de rências automáticas entre os fundos de assistência social e mediante alocação de recursos próprios no Art.24°- B) Cabe ao município o controle e o acompanhamento dos servicos, programas e projetos e

io dos respectivos órgão de controle, independente de ações do órgão repa

Art.24°- C) A utilização dos recursos da União descentralizados para o Fundo Municipal de Assistência Social será declarada ao ente transferidor, anualmente, mediante relatório de gestão submetido à apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social que comprove a execução das ações na forma do

### Do Fundo Municipal de Assistência Social

Art. 25º- Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social, FMAS, de duração indeterminada e natureza contábil, que será gerido sob a orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência social, vinculado ao órgão de administração Pública responsável pela coordenação da Política Municipal de Assistência Social.

Art. 26º- As receitas componentes do Fundo Municipal de Assistência Social serão provenientes de: Repasse do Fundo Nacional e Estadual de Assistência Social;

repasse do Fundo Nacional e Estadual de Assistencia Social, Transferências do município; Receitas resultantes de doação da iniciativa privada, pessoas físicas ou jurídicas;

Rendimento eventuais, inclusive de aplicação financeiras de recursos disponíveis; Transferências de exterior Dotação orçamentária da Nação e dos Estados, consignadas, especificamente para o atendimento ao

VIII- Outras receitas;

IX- Recursos provenientes de concursos de prognósticos, sorteios loterias no âmbito do governo estadual Parágrafo 1º - Os recursos de responsabilidade do Município, destinados à Assistência Social, serão repassados automaticamente ao FMAS, à medida que se forem realizando as receitas.

Parágrafo 2º - Os recursos que compõe o Fundo serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta

especial com a denominação - FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social. Art. 27º- Os recursos do FMAS serão utilizados mediantes orcamento anualmente proposto pelo Conselho Municipal de Assistência Social submetido a apreciação e aprovação do chefe do Poder Executivo Municipal, para integrar o Orçamento Geral do Município, de acordo com a constituição Federal.

Parágrafo Unico – Os saldos financeiros do FMAS, constantes do balanço anual serão transferidos para o

Art. 28º- chefe do Poder Executivo, mediante decreto, estabelecerá normas relativas a estruturação, ação e operacionalização do FMAS, ouvido o Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 29º- Para o exercício atual e subsequentes, o Executivo providenciará a inclusão das despesas autorizadas por esta lei nos orçamentos anuais do Município

### DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art.30°- Fica instituída a Conferência Municipal de Assistência Social, órgão colegiado de caráter ativo, composta por delegados representantes das instituições assistências, das organizações itárias, sindicais e profissionais, e o Poder Executivo do Município.

Art.31º- A convocação das conferências de assistência social pelos conselhos de assistência social se dará ordinariamente a cada 4 (quatro) anos.

Parágrafo 1º – Poderão ser convocadas Conferências de Assistência Social extraordinárias a cada 02 (dois) anos conforme deliberação da maioria dos membros dos respectivos conselhos.

Art.32°- A Conferência Municipal de Assistência Social será convocada pelo Conselho Municipal de Assistência Social, no período de até 30 (trinta) dias anteriores à data, para eleição do conselho.

Parágrafo 1º - Em caso de não convocação, por parte do Conselho Municipal de Assistência, no prazo referido no "caput" deste artigo, a iniciativa poderá ser realizada por 1/5 das instituições registradas no Conselho

Municipal de Assistência Social, que formarão comissão partidária para organização e coordenação da Parágrafo 2º - A convocação da Conferência será amplamente divulgada nos principais meios de comunicação

instituições, convocadas para este fim específico, sob a orientação do Conselho Municipal de Assistência Social, no período de até 30 (trinta) dias anteriores à data da Conferência, sendo garantida a participação de 01 (um) ante / delegado de cada instituição / organização, com direito voz e voto. o único – Somente serão aceitas as indicações do representante / delegado, quando credenciado junto aos COMAS no prazo de até 05 (cinco) dias anteriores à realização da Conferência mediante expediente ado no referido conselho

Art. 33°- Os delegados da Conferência Municipal serão eleitos, mediantes reuniões próprias das

Art. 34º- O representante do Poder Executivo, na Conferência Municipal de Assistência Social, serão Social, no prazo de até 05 (cinco) dias anteriores a realização da conferência.

www.oregionaljornal.com.br

Art. 35°- Compete a Conferência Municipal de Assistência Social:

c)Eleger os representantes efetivos e suplentes da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência

d)Avaliar e reformular as decisões administrativas do Conselho Municipal de Assistência Social, quando

f) Aprovar e dar publicidade às suas resoluções, registradas em documento final.

de processo eleitoral dos representantes da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social.

CAPITULO VIII DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DA CONSTITUIÇÃO E COMPOSIÇÃO

Art. 37º- Fica instituído do Conselho Municipal de Assistência Social, órgãos colegiado de caráter deliberativo permanente e de composição paritária, vinculada à estrutura do órgão de administração Pública Municipal, responsável pela coordenação da Política Municipal de Assistência Social.

Art. 38º- O Conselho Municipal de Assistência Social será composto paritariamente de XXXX membros titulares e respectivos suplentes, nomeados por ato do Prefeito Municipal, dentre os indicados pelos órgãos governamentais e pela assembleia das entidades da sociedade civil, com mandato de 02 anos, permitida ndução, sendo composto de:

I- representantes de órgãos governamentais sendo:

Representante do Departamento Saúde

Representante do Departamento de Esporte, Cultura e Lazer entante da Secretaria de Administração Municipal.

II-A eleição dos representantes não governamentais ocorrerá em foro próprio, coordenado pela sociedade

Representante dos usuários da assistência social Representante de Entidades não governamental de cunho social

Art. 39°- O Conselho Municipal de Assistência Social elegerá o Presidente, o Vice Presidente, o 1° Secretário e o 2º Secretário entre seus pares, de forma paritária, com representação governamental e não governamental, havendo alternância da Presidência a cada mandato

Art.40°- Para a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social, o Prefeito

Municipal observará os seguintes procedimentos:

I- Os representantes da sociedade civil e respectivos suplentes indicados por ocasião da Conferencia

Secretarias em questão

Art.41°- Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

Estabelecer as prioridades da Política Municipal de Assistência Social, de acordo com as diretrizes gerais aprovadas na Conferência Municipal de Assistência Social; Atuar na formulação de estratégias e controle de execução da Política de Assistência Social do

Inscrever e fiscalizar as instituições de assistência social do Município; Normatizar as ações e regular a prestação de serviço de natureza pública e privada no campo da assistência social:

Acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência prestados à população pelo órgão, entidades governamentais e não- governamentais do Município; Definir critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços de assistência social público e privados

órgão de administração Pública Municipal responsável pela coordenação da Política Municipal de Propor, aprovar e acompanhar a execução orçamentaria e financeira anual dos recursos vinculados ao

Fundo Municipal de Assistência Social; Convocar e coordenar, a cada dois anos, ou, extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, a Conferência Municipal de Assistência Social;

assistência privadas que prestem serviços de assistência social no âmbito Municipal;

pertinentes à correção de exclusões const

Elaborar e aprovar seu Regime Interno: XV- Publicar no órgão oficial de divulgação do Município suas resoluções administrativas, bem como as

Da Estrutura e Funcionamento

### SEÇÃO III

Art.42°- O Conselho Municipal de Assistência Social possuirá a seguinte estrutura: Secretariado Executivo, composto por Presidente, Vice - Presidente, 1º Secretario, 2º Secretario.

Comissões paritárias de assuntos específicos, Orçamento Financeiro, Acompanhamento dos Programas

Art.43°- As reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social somente poderão ser realizadas com a presença mínima de 3 / 4 dos seus membros, em primeira convocação, ou com número a ser definido em seu regime interno, em segunda e terceira convocação

Art. 45° - Cada membro do Conselho Municipal de Assistência Social terá direito a um único voto na sessão plenária.

Art. 46°- Todas as sessões do Conselho Municipal de Assistência Social serão públicas e procedidas de

Parágrafo Único - As resoluções do Conselho Municipal de Assistência social, bem como os temas tratados em

Art. 47°- O Conselho Municipal de Assistência Social reunir- se- à ordinariamente a cada mês e te, sempre que convocado por seu presidente ou por maioria de seus membros

Art. 48º- O Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social, a ser elaborado pela diretoria nos primeiros 30 (trinta) dias de sua posse, fixará os prazos legais de convocação a fixação de pauta das sessões ordinárias e extraordinárias do Plenário, além dos demais dispositivos referentes as atribuições do Secretário Executivo, das Comissões e do Plenário e de um de seus membros.

de Assistência Social, através de seus recursos humanos, materiais, financeiros e estrutura física para o funcionamento regular do Conselho.

Art. 50°- Para melhor desempenho de suas funções, o Conselho Municipal de Assistência Social poderá recorrer à pessoas e instituições, mediante os seguintes critérios:

I- Consideram- se colaboradores do Conselho Municipal de Assistência Social as instituições formadas de

recursos humanos para a Assistência Social e as entidades representativas de profissionais e usuários dos servidores de assistência social, sem embargo de sua condição de membro; II- Poderão ser convidados pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o Conselho

Municipal de Assistência Social em assuntos específicos.

### Do mandato do Conselheiro

Art. 51º- Os membros efetivos e suplentes do Conselho Municipal de Assistência Social serão nomeados por ato do Prefeito Municipal, conforme critérios instituídos nos artigos 11 e 12 desta lei, para o mandato de 02 (dois) anos, permitido uma recondução

Art. 52º- O exercício da função de conselheiro é considerado servico público relevante, não será munerado, sendo seu exercício prioritário e justificadas as ausência a quaisquer outros serviços quando determinado seu comparecimento a sessões do Conselho ou participação em diligências autorizadas por estes. Parágrafo Único - O pagamento da despesas com transportes, estadia e alimentação terá caráter de

Art. 53º- Os membros do Conselho Municipal de Assistência Social poderão ser substituídos, mediantes solicitação da instituição ou autoridade pública à qual esteja vinculadas, apresentada ao Conselho Municipal de Assistência Social, o qual fará a comunicação do ato ao prefeito municipal Parágrafo Único - Os membros representantes do poder Executivo Municipal são demissíveis "ad nutum" por

Art. 54°- Poderá o mandato o conselheiro que: Desvincular- se do órgão do regime de sua representação;

Faltar a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, sem justificativa, que deverá ser apresentado na forma prevista no regimento Interno do Conselho

Apresentar renúncia ao Plenário do Conselho, que será lida na sessão seguinte da recepção pela secretaria do conselho:

Apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções; For condenado por sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal.

da Assistência Social serão substituídos pelos suplentes, automaticamente, podendo estes, exercerem os mesmos direitos e deveres dos efetivos.

través de correspondência do Secretario Executivo do Conselho Municipal de assistência Social. Art. 57º- Perderá o mandato, a instituição que

Extinguir sua base territorial de atuações no Município Tiver constado em seu funcionamento irregularidade de acentuada gravidade, que torne incompatível sua representação no Conselho Municipal:

Art. 56°- As entidades ou organizações representadas pelos conselheiros faltosos deverão ser

Parágrafo Único – A substituição se dará por maioria dos componentes do Conselho em procedimento iniciado mediante provocação de integrante do Conselho Municipal de Assistência Social, do Ministério Público ou de qualquer cidadão, assegurado ampla defesa.

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 58°- Cabe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos estabelecidos nesta lei.

Art. 59º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei Municipal nº.

Edificio da Prefeitura Municipal de Itaguajé

Em, 16 de Dezembro de 2014 Him Dunon Jairo Augusto Parron Prefeito Municipa

a) Avaliar a situação da assistência social do Município;
 b) Fixar as diretrizes gerais da política municipal se assistência social no biênio subsequente ao de sua

Art. 36°- O Regimento Interno da Conferência Municipal de Assistência Social disporá sobre a forma

SEÇÃO I

Representante do Departamento de Assistência Social Representante do Departamento de Educação

Representante dos Trabalhadores do Setor Representante religioso Representante de Organizações de Assistência Social

Parágrafo 1º - O titular do órgão Público Municipal, responsável pela coordenação da Política Municipal de Assistência Social, na qualidade de representante do Executivo Municipal, é membro nato do Conselho

Municipal de Assistência Social, dentre os delegados participantes Os representantes do poder executivo serão escolhidos pelo Prefeito Municipal, dentre os servidores das

SEÇÃO II

Da competência

no âmbito Municipal; Apreciar e emitir parecer a cerca da proposta orçamentaria de assistência social a ser encaminhada pelo

Propor a formulação de estudos e pesquisas com vistas a identificar situações relevantes e a qualidade dos serviços da Assistência Social; Propor critérios para a elaboração de contatos ou convênios entre os setor público e as instituições de

Acompanhar e avaliar a gestão dos recursos destinados a programas de assistência social, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados; Acompanhar as condições de acesso da população usuária da assistência social, indicando as medidas

contas do Fundo Municipal de Assistência Social e os respectivos pareceres emitidos.

Socioassistenciais, Fundo de Assistência Social e Apuração de Denúncias;

Art.44°- O Conselho Municipal de Assistência Social instituirá seus atos, através de resoluções aprovadas pela maioria de seus membros

ampla divulgação plenário de diretoria e comissão, serão objetos de ampla e sistemática divulgação

Art. 49°- O Executivo Municipal prestará o apoio necessário ao funcionamento do Conselho Municipal